

JORGE LUIZ DE OLIVEIRA COSTA

**JEAN COINTA, O SENHOR DE BOLÉS
e a polêmica proveniente da França Antártica**

**ASSIS
2019**

JORGE LUIZ DE OLIVEIRA COSTA

**JEAN COINTA, O SENHOR DE BOLÉS
e a polêmica proveniente da França Antártica**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para a obtenção do título de Mestre em História Política: Ações e Representações.

Orientador: André Figueiredo Rodrigues

Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nivel Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

**ASSIS
2019**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Vânia Aparecida Marques Favato - CRB 8/3301

C837j Costa, Jorge Luiz de Oliveira
Jean Cointa, o senhor de Bolés e a polêmica proveniente da
França Antártica / Jorge Luiz de Oliveira Costa. Assis, 2019.
140 f.

Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual Paulista
(UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientador: Dr. André Figueiredo Rodrigues

1. América - Descobertas e explorações. 2. Inquisição..
3. Religião - Séc. XVI. 4. Rio de Janeiro - Colonização.
5. Brasil - História - Franceses no Rio de Janeiro. I. Título.

CDD 981.01

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO



TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: JEAN COINTA, O SENHOR DE BOLÉS e a polêmica proveniente da França Antártica

AUTOR: JORGE LUIZ DE OLIVEIRA COSTA

ORIENTADOR: ANDRÉ FIGUEIREDO RODRIGUES

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Mestre em HISTÓRIA, área: História e Sociedade pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. ANDRÉ FIGUEIREDO RODRIGUES
Departamento de História / UNESP/Assis

Prof. Dr. JORGE MIKLOS
UNIP / São Paulo/SP

Profª Drª LUCIA HELENA OLIVEIRA SILVA
Departamento de História / UNESP/Assis

Assis, 05 de junho de 2019

AGRADECIMENTOS

Esta página me fará lembrar das emoções e das aflições deste período, das pessoas que me ajudaram, das descobertas e, principalmente da satisfação do objetivo alcançado. Por isso, minha sincera gratidão:

À Deus, a força suprema de todas as coisas, que comunga a vida, a esperança de dias mais radiantes de paz, razão de tudo o que somos e fazemos; que me equilibrou e me fortaleceu para realizar e vencer mais uma etapa na minha vida.

Aos meus pais, que um dia uniram o calor dos seus corpos proporcionando minha vida, o auxílio e a motivação das minhas primeiras conquistas, desde minhas primeiras palavras pronunciadas, meus primeiros passos, segundos e terceiros que me trouxeram até aqui.

Em especial, à minha querida mamãe, razão maior da minha existência, da ambição e realização desta pós-graduação; quem me incentivou, apoiou incondicionalmente e conviveu com a minha ausência em vários momentos destes três anos; exemplo de amor com que fui criado.

À minha querida família, aos meus irmãos que também me proporcionaram apoio incondicional mesmo nos momentos mais incertos. Em especial, ao Claudemir Oliveira da Costa (*in memorian*).

Ao programa Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), pelo suporte financeiro.

Aos queridos professores que me ensinaram desde o bê-a-bá do ensino primário fundamental até os cursos superiores de extensão e pós-graduação; aos que me apoiaram e incentivaram no ensino fundamental e médio a esta realização; aos mestres e doutores que tanto me incentivaram na graduação; em especial, aos professores Luiz Antônio Albertti, João Adalberto Campato Júnior, Renato Martinelli, Márcio Fernando Gomes, Cesar Augusto Doriguello e ao professor, mestre, amigo e companheiro Elói Gomes da Silva (*in memorian*), a quem levarei como exemplo de educadores e profissionais por toda vida.

Aos orientadores deste trabalho, Dr. Milton Carlos Costa - quem me aceitou como orientando no início desta trajetória, me introduziu na pesquisa e tanto contribuiu com as leituras que alicerçaram este trabalho; ao Dr. André Figueiredo Rodrigues - quem me acolheu, reestruturou esta pesquisa e contribuiu com grande parte das leituras deste trabalho, com sugestões apresentadas sob o objetivo de fundamentar e valorizar a minha dissertação, quem puxou minhas orelhas quando precisei, exemplo de pesquisador e orientador; ao Dr. Claudinei Magno Magre Mendes pela dedicação, presteza e indicações de leituras na elaboração do projeto deste trabalho; aos três, com grande consideração, gratidão!

Aos funcionários do departamento de história e da biblioteca do campus, aos colaboradores da limpeza, e em especial, aos funcionários da secretaria da pós, Marcos Francisco D'Andrea e José Lino Alves - pela paciente atenção, disposição e carinho. Gratidão!

À professora Patricia Marie Baudoin Cornet, pelas aulas de francês e pela ajuda na tradução dos textos.

Ao professor João Adalberto Campato Jr., pela correção gramatical do trabalho, pelas orientações, pela humildade e fraternidade de sempre.

Ao meu psiquiatra Alfredo Querino da Silva e às minhas terapeutas Juliana Feroldi e Joyce Maria Corrêa, pelo amparo, por me ajudar a me encontrar quando tudo parecia caos, pela luz que foram e são, por tudo.

Aos amigos e colegas da graduação; conquistados ao longo do curso, pelo apoio, companheirismo e incentivo.

Aos queridos companheiros deste percurso de pós-graduação - Luiz Karat, Cíntia, Charles, Daniela, Bruno e Esther; à Marlene Cristina Medeiros da Silva Soares e ao Ulysses Siqueira - pelo companheirismo das viagens à Assis para cursar as disciplinas; ao Lucas Kenji, ao Wellington Borges, ao Lucas Mateus Stringueti, pelo apoio ao longo desta jornada; ao Wesley Dartagnan Salles e, especialmente, ao amigo e irmão João Muniz Júnior - pelas orientações e experiências compartilhadas; de modo geral, a ambos, por ouvirem e confiarem suas angústias e alegrias a mim, desde a seleção desta oportunidade. Companheiros que se tornaram irmãos nesta caminhada e amigos para a eternidade. Gratidão, meus queridos, por estarem aqui e para mim!

Reservo este parágrafo para descrever o quão inspiradores, o quão motivadores e especiais foram as companhias de outros dois nesta trajetória:

Quão prazeroso foi sonhar e viver esta realização com vocês, meus irmãos, que além de me acompanharem, vocês partilharam comigo inesquecíveis momentos, conversas - desde as discussões intelectuais sobre os textos lidos até as mais bocós -, as idas à “Assisterdã” - momentos de música, de dança da Macarena, de muita zuação, de muito café, de “frios amanhecer” e lindos “pôr do sol”. Onde aperto pra voltar? Amo vocês!

Por me acolher na sua casa para viajar de madrugada, pelas zueras e ótimas músicas nas viagens, pela cerveja gelada, pelo ombro amigo e companheirismo desde a graduação, GRATIDÃO, meu amigo e irmão Eduardo Melin!

Ahhh, meu amigo, se soubesse o quão me confortou, amparou, fortaleceu, o quão importante você foi nos momentos em que mais precisei... Esta palavra não é o suficiente para expressar o que almejo neste parágrafo, ainda assim, por hora, é a que uso para registrar aqui: GRATIDÃO, meu amigo e irmão, Fernando de Oliveira dos Santos!

Ao amigo, afilhado e irmão Jean Douglas da Silva (*in memoriam*) por não me deixar desistir desta oportunidade, por acreditar em mim e por me motivar com sua luta inesquecível nesta existência.

Aos meus amigos fora da área acadêmica: em especial, aos grandes e inesquecíveis companheiros e amigos nesta fase: Rodrigo da Costa Oliveira, Maurício da Silva Bento, Alessandra Alcantara de Almeida, Leonardo Augusto Zago, Greicy Kelly da Silva Carvalho, Amábily Gabriely da Silva Carneiro, Marina Silva, Ângela Maria dos Santos, Valter Jamariqueli, Alex Pereira, Antônio Rogério da Silva,

Tales Mendes Moreira, Diego Ricardo Lopes Silva, Matheus Querino da Silva, Felipe Bergamini, Guilherme Augusto Stella, Cleber Roberto da Silva, Eliana Gonçalves, Luiz Felipe Bedore, Raquel Alves Vida, Wagner Guilherme Alves, Genair Aparecida Fernandes Grigoleto, Ângela Cristina da Silva Borges, Joelma Santos, Henrique Prado, Andi Carvalho, Antônia de Brites da Silva, Maria Lúcia Ribeiro, Gelza, Iole e Fiorin, Flávia Helena Ribeiro Facundo de Souza e Pedro Augusto Grigoleto, Sara Regina da Silva, Ana Flávia e Ana Laura Kohlrausch, Júlia Ferreira, Gustavo Manzali, Hugo Henrique Gois, Cleber Roberto da Silva, Rodrigo de Paula, Wellington Borges, Sivonete Correia, Emily e Tamy Yaeko Oka, Christian Trindade Barbosa, Raquel Mariano, Waldir Souza, Régis Leandro Braguim Stábile e aos demais que por ventura eu tenha deixado de lembrar e cometido a injustiça de não citar aqui, porém, não menos queridos e especiais. Até mesmo àqueles que não percebem o quanto são meus amigos e o quanto sou dependente das suas existências.

Enfim, a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram, seja em motivação, conforto ou apoio para que eu chegasse até aqui, seja em indicações e conhecimentos sobre o assunto para que esta trajetória se tornasse mais prazerosa, real e, com certeza, inesquecível. Gratidão por fazerem parte da minha existência! Bem sei que ambição e conquista sem contribuição não tem significado, porém...

“Tudo o que se sonha só é só um sonho que se sonha.” Gratidão!

“Se algum dia contarem minha história, que digam que andei entre gigantes! Homens se erguem e caem como trigo no inverno, mas seus nomes jamais perecerão. Que digam que fui aluno do José Luís Benedicho Beired, da Lúcia Helena Oliveira Silva, do Germano Esteves, da Tânia Regina de Luca... Que digam que fui orientando do Claudinei Magno Magre Mendes, do Milton Carlos Costa e do André Figueiredo Rodrigues!”

Baseado nas palavras de Aquiles

Aos meus pais, Odete Oliveira da Costa e João Manoel da Costa; aos meus irmãos e belíssimos sobrinhos que me proporcionaram - em especial, à minha irmã e amiga Rosângela Oliveira da Costa; a todos os professores que tive; à escola Dr. Pio Antunes de Figueiredo - em que cresci e que hoje leciono - e a todos os companheiros de trabalho e alunos; aos amigos de toda vida - dentro e fora da área acadêmica:

COSTA, Jorge Luiz de Oliveira. **JEAN COINTA, O SENHOR DE BOLÉS e a polêmica proveniente da França Antártica**. 2019. 140 f. Dissertação de Mestrado Acadêmico em História. – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2019.

RESUMO

Esta pesquisa tem o objetivo de analisar a trajetória de Jean Cointa, o João de Bolés da América Portuguesa, desde sua vinda da França aos seus dias finais possíveis de se averiguar, e por ele, entender o projeto França Antártica, a colonização do Rio de Janeiro, a disputa e extensão entre os protestantes e católicos franceses e as ações da Inquisição que envolveram Bolés nas suas teias. Nesse período, meados do século XVI, a Europa se encontrava em luta religiosa contra a reforma proposta por Martinho Lutero. Tal questão, junto aos contatos que sustentaram a confiança da empresa, propiciaram a formalização do projeto França Antártica na ilha da Guanabara - nomeada pelos franceses como forte Coligny. O estudo da sua trajetória e seu biografismo é uma oportunidade de discutir sobre suas relações com a narrativa e a escrita da história. As mentalidades que instigaram as posições sobre a fé e as querelas religiosas entre os huguenotes, os colonos portugueses e jesuítas, os modos de se registrar o nome de Jean Cointa, que teve sua história por vezes escrita com dados fragmentarizados e tendenciosos esteriótipos, e por isso, com informações imprecisas e sem nexo nas narrativas, é uma oportunidade de analisar e discutir a historiografia relativa a Bolés, a França Antártica, a colonização do Rio de Janeiro e a atuação da Inquisição na América Portuguesa a partir de crônicas, cartas, dados das narrativas bibliográficas e dos depoimentos registrados no seu próprio processo inquisitorial.

Palavras-chave: João de Bolés; França Antártica; Colonização do Rio de Janeiro; Inquisição na América Portuguesa.

COSTA, Jorge Luiz de Oliveira. **JEAN COINTA, THE LORD OF BOLÉS and the controversy from France Antarctica**. 2019. 140 f. Dissertation of Academic Master in History. - Paulista State University (UNESP), Faculty of Sciences and Letters, Assis, 2019.

ABSTRACT

This research has the objective of analyzing the trajectory of Jean Cointa, João de Bolés of Portuguese America, from his coming from France to his final possible days to ascertain, and for him, to understand the Antarctic France project, the colonization of Rio de Janeiro, the dispute and extension between the Protestants and French Catholics and the actions of the Inquisition that involved Bolés in their webs. In this period, mid-sixteenth century, Europe was in a religious struggle against the reform proposed by Martin Luther. This issue, together with the contacts that supported the trust of the company, led to the formalization of the Antarctic France project on the island of Guanabara - named by the French as Fort Coligny. The study of his trajectory and his biography is an opportunity to discuss his relations with the narrative and the writing of history. The mentalities that instigated positions on faith and religious quarrels between the Huguenots, the Portuguese settlers and the Jesuits, the ways of registering the name of Jean Cointa, which had its history sometimes written with fragmented and tendentious stereotypes data, and for that reason, with imprecise information and without nexus in the narratives, is an opportunity to analyze and discuss the historiography related to Bolés, France Antarctica, the colonization of Rio de Janeiro and the performance of the Inquisition in Portuguese America from chronicles, letters, data from bibliographic narratives and testimonies recorded in their own inquisitorial process.

Keywords: João de Bolés; France Antarctica; Colonization of Rio de Janeiro; Inquisition in Portuguese America.

SUMÁRIO

Introdução	9
CAPÍTULO I - A França Antártica e a presença estrangeira no Novo Mundo: Conquista, exploração e religiosidade no Rio de Janeiro seiscentista.....	21
1.1 Colonização: a presença estrangeira na Terra dos Papagaios.....	21
1.2 O processo de colonização do Rio de Janeiro no século XVI e a vinda dos franceses.....	35
1.3 A instalação da França Antártica.....	55
CAPÍTULO II - João de Bolés, um religioso sem religião entre nós.....	67
2.1 Católicos e protestantes: contexto religioso do século XVI.....	67
2.2 Rápidas notas bibliográficas sobre Jean Cointa, o senhor de Bolés.....	79
2.3 Participação na França Antártica: estatutos e disputas pelas práticas da fé.....	92
2.4 Desdobramentos entre Bolés x Villegagnon sobre a Santa Ceia: opiniões divergentes sobre o corpo de cristo e a expulsão da ilha.....	96
CAPÍTULO III - Jean Cointa nas malhas da Inquisição.....	103
3.1 Das polêmicas querelas com os franceses à ousada arrogância com os portugueses.....	103
3.2 Nos cárceres da Inquisição: trajetória e desdobramentos na prisão.....	108
3.3 E agora, Bolés? Fim do processo, sentença e provável soltura (versões).....	114
Conclusão.....	126
Fontes.....	131
Referências Bibliográficas.....	133

Introdução

O interesse pelo estudo da história do francês Jean Cointa, o senhor de Bolés, surgiu a partir de uma apresentação de trabalho na graduação de história, sobre a Inquisição na América Portuguesa. A atenção pela temática aumentava à medida que as pesquisas do projeto da monografia que selaria a conclusão da mesma graduação se desenvolviam, e, por sua vez, despertavam os almejos por uma pós-graduação, com melhor formação para desenvolver uma pesquisa científica.

A monografia que abordou a história da Inquisição na América Portuguesa me fez procurar contato com alguém que possibilitasse a construção de um projeto de pesquisa para as oportunidades da pós-graduação. Nesta busca, conheci o professor Claudinei Magno Magre Mendes¹, que me indicou leituras que fomentaram a ambição pela temática. De modo mais geral, o interesse se afunilou em direção ao caso de João de Bolés e as versões que tratavam do seu fim. Na interpretação do conceito de Reinhart Koselleck, tal estudo monográfico, no espaço de experiência em que chegávamos, ampliou seu horizonte de expectativas², proporcionando o contato com outras leituras mais específicas e o almejo de estudos mais profundos sobre este personagem.

Ainda nas pesquisas para a construção da monografia, encontrei o processo inquisitorial de Jean Cointa, no site da Biblioteca Nacional; porém, embora já conseguisse perceber vários dados que contavam uma história diferente das descritas na bibliografia que citavam o nome de Cointa, objeto da minha pesquisa naquela fonte, ainda não tinha o conhecimento que me permitisse analisar aquele tesouro. E confesso: acredito que ainda não tenho!

No ano do meu ingresso na pós-graduação da Faculdade de Ciências e Letras - Unesp de Assis, o professor Claudinei não abriu vaga, sugerindo que eu indicasse a orientação do professor Milton Carlos Costa³ no processo seletivo. Assim seguindo, tive o fraterno acolhimento do professor sugerido, que me indicou leituras

¹ Professor do Departamento de História da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Unesp de Assis - pesquisador com ênfase em História e Política, Historiografia, Debates Políticos, Intelectuais e Cultura.

² KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado - contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. p.308-310.

³ Professor assistente do Departamento de História da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Unesp de Assis - pesquisador com ênfase em Historiografia Brasileira, atuando principalmente nos seguintes temas: Joaquim Nabuco, Brasil Colônia, Brasil Império e História Cultural.

e me orientou sobre o início da dissertação, sobre a trajetória das disciplinas, publicações de artigos e participações nos eventos para os cumprimentos de créditos exigidos; porém, logo após a qualificação da minha dissertação, o professor Milton precisou se desligar do programa.

Na oportunidade, recebi o convite para ser orientado pelo professor André Figueiredo Rodrigues⁴, com quem já tinha cursado uma das disciplinas do Programa de Pós-graduação e já tinha relação de leituras e afinidades temáticas. Nesta, o professor me propôs replanejar o plano de dissertação e reescrever - a partir de novas leituras - algumas já apontadas por ele na qualificação do trabalho. O percurso desta pesquisa com orientações de ênfases diferentes foi de grande valia para o resultado desta dissertação.

A erudição de Jean Cointa, o Senhor de Bolés, fez dele protagonista das tramas na empresa França Antártica. Os documentos com os quais trabalhei - cartas, crônicas e seu processo de Inquisição - abriam um leque muito amplo de possibilidades narrativas. E, nestas fontes, encontrava vários estímulos; entre os testemunhos tendenciosos⁵ - narrativos ou não - e a realidade, é preciso considerar o contexto de espaço e de tempo anteriores a este recorte e a relação entre os personagens, as narrativas, as possibilidades e as análises.

Apesar de seu nome ser vinculado a polêmicas sobre a fé por todos os registros - quer pelos huguenotes calvinistas, quer pelos católicos seguidores de Villegagnon, pelos colonos portugueses ou jesuítas desta história - as crônicas dos calvinistas são as que mais dados coerentes fornecem sobre sua trajetória e as discussões em que estava metido, talvez por estar vinculada ao principal protagonista da França Antártica, o cavaleiro de Malta e capitão da empresa, Nicolás Durand de Villegagnon, de quem ele se aproximou mediante a função que viera desempenhar e em quem se apoiou Cointa para sustentar suas discordâncias.

Num primeiro momento, com medo de ver “sua terra” roubada por outros

⁴ Professor do Departamento de História da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Unesp de Assis - pesquisador com ênfase em História do Brasil Colônia, em Prática de Ensino de História e da Ciência da Informação e em Metodologia.

⁵ Entendam este adjetivo como uma característica das narrativas sobre Jean Cointa e os acontecimentos com viés “partidário” religioso. Para estas narrativas, também podemos entender como relatos de alguém envolvido na trama - direta ou indiretamente - devoto ou simpatizante do catolicismo, da Reforma proposta por Martinho Lutero ou por João Calvino naquele momento. Nos séculos posteriores, também surgiram outras narrativas ou novas edições mais neutras sobre as contemporâneas do século XVI, numa macro visão, mais panorâmica, que também serão citadas.

países, os portugueses pouparam obras com descrições sobre a colônia. As obras de Pero Magalhães Gandavo⁶ foram as primeiras, enumerando riquezas locais, fomentando lendas antigas e seres imaginários que já eram tradição na Península Ibérica.

Depois, a do padre Fernão Cardim, que segundo Lilia Moritz Schwarcz, foi escrita entre 1583 e 1601, mas só foi traduzida e publicada no inglês em 1625 e, finalmente, publicada para o português no século XIX por João Capistrano de Abreu⁷. A obra⁸, que compõe os três manuscritos transcritos, compilados e anotados por Rodolfo Garcia, João Capistrano de Abreu e Afrânio Peixoto, foi publicada no tricentenário da morte de Cardim, em 1925; mas, em 1881, Capistrano de Abreu atribuiu a autoria de escritos⁹ sobre a origem e os costumes dos nativos no Brasil.

Depois destes registros, surge o primeiro documento tratado como historiografia sobre a História do Brasil¹⁰, pelo religioso, historiador e cronista baiano, Frei Vicente do Salvador. Posterior a este, percebemos que só no século XVIII - em 1730 - é que surge a história político-administrativa dos séculos iniciais do Brasil por Sebastião da Rocha Pitta - a *História da América Portuguesa*¹¹, que também permaneceu manuscrita e só foi publicada no século XIX, na Colleção de obras relativas à História da Capitania depois Província da Bahia e a sua Geographia, em 1878, por Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello, na Imprensa Econômica.

Os relatos sobre os primeiros contatos com o Novo Mundo ilustraram e proporcionaram o fantástico das literaturas de viagem na Europa do século XVI. Dos portugueses, era mais comum a visão pessimista sobre os nativos que aqui encontraram e a propaganda dos recursos naturais para cativar imigrações. Os

⁶ GANDAVO, Pero de Magalhães. **Tratado da Terra do Brasil: História da Província de Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos de Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p.28.

⁸ CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e gente do Brasil**. São Paulo - Rio - Recife - Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1939.

⁹ CARDIM, Fernão. **Do principio e origem dos índios do Brasil e de seus costumes, adoração e ceremonias**. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Noticias, 1881.

¹⁰ SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil: 1500-1627**. Terceira edição, revista por Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. São Paulo, Cayeiras-Rio: Melhoramentos, 1918.

¹¹ PITTA, Sebastião da Rocha. **História da América Portuguesa desde o anno de mil e quinhentos, do seu descobrimento, até: de mil e setecentos e vinte e quatro**. Lisboa Occidental: Officina de Joseph Antonio da Silva, Impressor da Academia Real, 1730.

relatos sobre os franceses na Guanabara pouco detalham do contexto que trataremos posteriormente.

A história da França Antártica, sobretudo a dos relatos franceses, foi realizada sob uma ótica individual, a partir dos registros dos envolvidos, comum naquele tempo. As crônicas do padre André Thevet registraram a trajetória, as descobertas e as relações dos franceses sob uma visão mais neutra que Jean de Léry - talvez por ter permanecido na ilha por menos tempo

Segundo Paul Gaffarel, a primeira edição da obra de Léry tinha como título *Histoire d'un voyage fait en la terre du Bresil dite Amerique*, descrevendo a navegação e coisas marítimas notáveis durante a viagem, a conduta de Villegagnon, os estranhos costumes e modos de vida dos nativos americanos, junto a descrição de animais, plantas e demais singulares desconhecidos na Europa¹². A versão de Léry é difamatória sobre a liderança de Villegagnon - tal como as descrições de Pierre Richier; porém, em discordâncias no tocante a práticas vulgares cometidas pelo cavaleiro de Malta. Ainda nesse século, Jean Crespin publica suas crônicas sobre as aventuras e tragédia da França Antártica, além de algumas edições das histórias dos mártires.

O contato de Bolés com os colonos e jesuítas portugueses, seu nome nas malhas da Inquisição e as versões do seu fim é registrado nas cartas do padre José de Anchieta - ainda no século XVI. No século seguinte, embora publicadas a partir de 1598, surgem as primeiras biografias de Anchieta - pelo padre Simão de Vasconcelos, Quirício Caxa, Sebastião Beretário, Pero Rodrigues, Serafim Leite, Hélio Abranches Viotti e outros mais contemporâneos – das quais citaremos seus testemunhos nas próximas páginas para melhor compreensão dos fatos que envolveram o padre e Bolés.

Embora as crônicas dos huguenotes e dos portugueses já ilustrassem a literatura de viagem desde o século XVI, para este trabalho, além das já citadas acima, também tivemos contato com narrativas dos séculos posteriores, tais como

¹² Ainda segundo a nota bibliográfica de Paul Gaffarel na tradução de Sérgio Millet - de 1951 -, a primeira edição foi publicada em 1578, por Antoine Chuppin; pois, Jean de Léry havia entregue a obra em manuscrito a um amigo que o devolveu por um criado desastrado que a perdeu. Léry viu-se obrigado a refazer a obra de memória, mas também perdeu esta segunda. E por sorte, encontrou o primeiro manuscrito em 1576, em Lyon, e finalmente o publicou, em 1578. Anos antes, ainda segundo Gaffarel, Léry teria redigido uma narrativa chamada *Perseguição dos fiéis nas terras da América*, incorporada por Jean Crespin na edição de 1619 da obra *Histoire des martyrs*.

_____. LÉRY, Jean de. **Viagem à terra do Brasil**. Trad. Sérgio Millet segundo a edição de Paul Gaffarel. 2ª ed. Biblioteca Histórica Brasileira VII. São Paulo: Martins, 1951. p. 13, 15 e 19.

as descobertas e a história do Brasil francês de Paul Gaffarel em 1878, que também traz anexas as zelosas crônicas e Histórias dos Mártires de Jean Crespín - já citadas; ou a biografia de Villegagnon por Arthur Heulhard em 1897.

João Capistrano Honório de Abreu e Francisco Adolfo Varnhagen - de Abreu, além das publicações dos manuscritos citados acima -, numa visão mais geral sobre “o descobrimento” e a colonização portuguesa da América, fazem leves relatos sobre os franceses nas terras brasileiras.

As obras e reedições do século XX até os dias atuais com que tivemos contato, quer sobre as crônicas, quer sobre as literaturas de viagens ou sobre a descoberta e colonização do Rio de Janeiro e do Brasil, nos permitiu uma visão menos despreendida dos cronistas religiosos - católicos ou calvinistas, portugueses ou franceses - ou dos apaixonados biógrafos dos personagens desta temática.

Também tivemos contato com dissertações e artigos mais recentes, como a de Laura de Mello e Souza, Monique Augras, Maria Fernanda Bicalho, Jean Marcel de Carvalho França, Paulo Knauss de Mendonça, Wilton Carlos Lima da Silva, Vasco Mariz e Lucian Provençal, Luiz Fabiano de Freitas Tavares, Rodrigo Bentes Monteiro, entre outros, incorporados ao longo da dissertação com suas devidas referências e conforme a demanda das discussões a seguir.

Para Carlo Ginzburg, “ler testemunhos históricos a contrapelo, contra as intenções de quem os produziu - embora, naturalmente, deva-se levar em conta estas intenções - significa supor que todo texto inclui elementos incontrolados”¹³. Nosso trabalho se utiliza das fontes e bibliografia dos autores acima citados para fazer valer as percepções registradas mais adiante, contextualizando o processo de exploração dos portugueses, a vinda e organização francesa em torno da França Antártica, as influências dos acontecimentos políticos, econômicos e culturais daquele momento na Europa e etc.

No âmbito de explicar a história da França Antártica a partir da trajetória do francês Jean Cointa, o Senhor de Bolés - da viagem com destino à Guanabara, da atuação nos acontecimentos da ilha, dos dias de contato com os colonos portugueses em São Vicente e durante seu processo de inquisição em que esteve preso -, dissertamos por um viés voltado às polêmicas sobre a fé. Mediante a história de João de Bolés, contextualizando também as maneiras de atuações da

¹³ GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. Tradução: Rosa Freire d’Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.11.

Inquisição pela qual nosso objeto teve sua condenação eclesiástica antes da primeira visitação do Tribunal do Santo Ofício à América Portuguesa, que se deu somente na década de 1590 do século XVI.

Conforme os avanços dos nossos estudos, percebíamos na instigante trajetória deste erudito - já investigado por outros autores - aspectos não analisados que mereciam estudos mais específicos. Em outras palavras, os estudos anteriores trataram a participação de Jean Cointa nas querelas religiosas da França Antártica, mas não abordaram as razões da sua inquietação ao confrontar com os ministros representantes de João Calvino no forte Coligny; relataram a relação com Nicolas Durand de Villegagnon, mas não deram a devida atenção às proporções que seus desabafos íntimos e a ira proveniente das discussões com os calvinistas causaram nos estatutos de convívio da ilha, na fragilidade e fragmentarização que traçaram o fim da França Antártica.

Para Carlo Ginzburg - brilhante historiador e especialista das atitudes e crenças populares religiosas do início da Idade Moderna -, “ler testemunhos históricos a contrapelo, contra as intenções de quem os produziu - embora, naturalmente, deva-se levar em conta estas intenções - significa supor que todo texto inclui elementos incontrolados”¹⁴. Na análise realizada para esta dissertação, percebemos o surgimento das narrativas sobre Bolés à medida que o tempo se passava, conforme os interesses de quem escrevia sobre os personagens e os acontecimentos vinculados a ele.

Entre julgar e compreender, Marc Bloch cita as funções do cientista e do juiz para ilustrar as maneiras existentes de ser imparcial no seu trabalho, sob a raiz comum da honesta submissão à verdade; nestas, “o cientista registra, ou melhor, provoca o experimento que, talvez, inverterá suas mais caras teorias”¹⁵. Já o juiz, “qualquer que seja o voto secreto do seu coração, o bom juiz interroga as testemunhas sem outra preocupação senão conhecer os fatos, tais como se deram”¹⁶.

¹⁴ GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. Tradução: Rosa Freire d’Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.p.11.

¹⁵ BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p.125.

¹⁶ BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p.125.

No processo de inquisição de Bolés, as informações que validam as narrativas da sua história são extraídas dos testemunhos registrados; algumas, como já registrado acima, ainda não exploradas com a merecida atenção. Ginzburg, na sua analogia sobre o inquisidor como antropólogo, atenua que o historiador que estuda personagens e sociedades mais antigas “se serve de documentos escritos como fontes, mas também de registros dos testemunhos orais”¹⁷. Em outra obra, Ginzburg orienta que “o fato de uma fonte não ser ‘objetiva’ (mas nem mesmo um inventário é ‘objetivo’) não significa que seja inutilizável”¹⁸. Uma carta, uma crônica hostil, pode oferecer informações valiosas para entendermos sobre a cultura, o comportamento, as angústias e ações individuais e coletivas.

O corpus documental desta dissertação reúne, além do processo inquisitorial de Bolés, da parte integrante do processo que comprova a justificativa de Bolés, o traslado de testemunhos de São Vicente a Salvador, seu traslado de Salvador a Lisboa e o teor dos seus serviços prestados ao rei do Brasil na capitania de São Vicente e na tomada do forte Coligny, no Rio de Janeiro - ambos acessados nos arquivos da Torre do Tombo -, reúne também as crônicas dos seus contemporâneos franceses, de alguns jesuítas e cartas oficiais, tais como a petição do provincial Luís da Grã e depoimentos de diversos padres da Companhia de Jesus.

Vale registrar que seu processo - o original arquivado na Torre do Tombo - é dividido em duas partes: a primeira, designadas no processo de número 1586¹⁹, em que ficam registrados os depoimentos do réu e dos demais citados na denúncia e nos depoimentos das testemunhas; e a segunda, que dispõe de informações à parte sobre Bolés, designadas no processo de número 5451²⁰, em que compõem a petição e o despacho do mesmo, de 24 de agosto de 1564 e traslado de testemunhos - de 17 de março de 1563, em São Salvador da Baía, do governador Mem de Sá e de António de Castro; este, consertado pelo tabelião Aleixo Lucas, é registrado o teor dos serviços prestados pelo réu ao rei no Brasil, a partir das

¹⁷ GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. Tradução: Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.p.280.

¹⁸ GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p.17.

¹⁹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo. **Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Processo 1586 (de Giovanni des Boulez)**. Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 6001. PT/TT/TSO-IL/028/05451. 74 fl. 1v.

²⁰ Arquivo Nacional da Torre do Tombo. **Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Processo 5451 (de Giovanni des Boulez)**. PT/TT/TSO-IL/028/05451. 14 fl. Papel.

informações que passou aos colonos na capitania de São Vicente e da tomada da fortaleza dos franceses - o forte Coligny - no Rio de Janeiro²¹. Registramos ainda que as informações das quais utilizamos neste trabalho, são da sua versão publicada nos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro²².

As primeiras experiências francesas na América Portuguesa, os contatos que sustentaram a confiança da empresa e as motivações que formalizaram o projeto França Antártica na ilha da Guanabara - nomeada pelos franceses como forte Coligny, as mentalidades que instigaram as posições sobre a fé e as querelas religiosas entre os huguenotes²³, as imprecisões e os modos de se registrar o nome de Jean Cointa, que teve sua história por vezes escrita com dados fragmentarizados, e por isso, com informações imprecisas e sem nexo nas narrativas que tive a oportunidade de ler e unir no quebra cabeças que hoje compõem meu acervo particular sobre a trajetória de Bolés que tentei registrar nesta dissertação.

Jean Cointa, ou João de Bolés, figura na maioria dos registros das narrativas sobre o forte Coligny e da atuação da Inquisição na América Portuguesa. Procuramos investigar a incógnita existente na atuação deste erudito na França Antártica, que muitas vezes é criticado como um polêmico sem fundamentos de ser. Entretanto, paradoxalmente, é sempre apontado como doutor nas letras e nos pensamentos teológicos da Sorbonne.

Faz-se fundamental entender como os franceses conheceram o território - denominado por alguns nativos como Terra Pindorama, logo conhecida como Terra dos Papagaios²⁴ - outrora desconhecido pelos europeus, como surgiu a ambição de ali instalar de um projeto, os investimentos para o alicerce e como os patrocínios investivos desta empresa mudariam os rumos do que se planejou. Assim, entender como se deram as primeiras vindas francesas e o que foi a França Antártica e suas

²¹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo. **Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Processo 1586 (de Giovanni des Boulez)**. Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 6001. PT/TT/TSO-IL/028/05451. 74 fl. 1v.

²² ABN. **Processo de João de Bole e justificação requerida pelo mesmo (1560-1564)**. Rio de Janeiro, 1903-1904. Vol. 25. p. 215 -308.

²³ Nome dado aos protestantes franceses - na maioria, seguidores de João Calvino - pelos católicos, que se basearam no líder religioso suíço - arcebispo de Besançon - Hugues de Salins. _____. VREGILLE, Bernard de. **Hugues de Salins, archevêque de Besançon, 1031-1066**. Besançon: Cêtre, 1981. p.152-153.

²⁴ Laura de Melo e Souza trata destas denominações e a história que os justifica em um texto pelo qual trataremos nas próximas páginas.

proporções na história da América Portuguesa é de suma importância.

Após o levantamento bibliográfico para tratar da França Antártica, mediante as leituras das obras de Jean Antoine Samson Desmarquets e Paul Gaffarel, encontramos a *Histoire des Martyrs* de Jean Crespin - uma compilação de registros de julgamentos, processos inquisitoriais e relatos de testemunhas oculares dos muitos que morreram por causa de suas crenças protestantes, além de depoimentos escritos por acusados enquanto estavam na prisão - pelo qual, percebemos que Crespin tentava passar aos companheiros protestantes exemplos de fé; na obra de Crespin, tomamos nota de dados sobre Bolés que cobriam as lacunas das narrativas sobre seu nome, esclarecendo as ligações do conteúdo do seu processo ao conteúdo das crônicas dos franceses e portugueses contemporâneos seus.

Narrar a vida de um indivíduo, e esta é uma das características da biografia, só é possível a partir de uma série de relações sociais. O conhecimento da sociedade é necessário, porque nela se constitui viver de um personagem individual. Na biografia, se resgata uma das preocupações essenciais do historiador: o tempo - o tempo de uma vida. Esse tempo deve ser visto em relação às diversas conjunturas: sociais, políticas, intelectuais, religiosas²⁵. Não, não pretendemos neste trabalho escrever uma biografia. Mesmo porque, ainda não temos em mãos documentos que informem os antecedentes de Jean Cointa antes da sua vinda à Guanabara junto aos demais franceses; porém, utilizamos do mesmo teórico na investigação sobre a temática proposta.

Diferente dos dados registrados e arquivados na folha de rosto do processo do seu mancebo - *Pero de Villa Nova* - na Torre do Tombo, no processo de Jean Cointa não é informado sua idade ou data de nascimento, mas é mostrado que ele foi acusado e respondeu pelo crime de luteranismo, que ele era governador dos franceses no Brasil - embora os documentos e narrativas mostrem que não - e que, entre outros, pode-se encontrar seu processo pelos nomes *Jehovanan des Boulez*, *Senhor de Boulez* ou *Giovanni des Boule*.

Além das fontes primárias - manuscritas e impressas - que fundamentam esta dissertação, fomos conduzidos por narrativas preexistentes que nos forneceram informações oriundas das mesmas e de outras fontes primárias - incluindo outros processos, cartas e crônicas - que cruzavam as narrativas e complementavam os

²⁵ LE GOFF, Jacques. **São Luís - Biografia**. Rio de Janeiro: Record, 2010. p.22.

dados, esclarecendo, retificando e, como já registrado acima, preenchendo as lacunas que outrora propunham interpretar a história do objeto desta pesquisa de maneira confusa; contudo, procuramos entender, além do seu percurso, o homem que foi Jean Cointa, o senhor de Bolés.

As narrativas das crônicas - ainda que tendenciosas na abordagem religiosa dos seus autores -, o processo inquisitorial de Jean Cointa²⁶ - e mesmo o do citado Pêro Vila Nova²⁷ - nos remetem ao seu tempo e espaço, não só do indivíduo João de Bolés, mas dos demais personagens envolvidos na sua história. Especialmente sobre seu processo, por se tratar de fonte oficial - a manuscrita na Torre do Tombo em Portugal e a impressa na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - arquivadas em instituições do Estado, tentamos tratar com a cautela necessária para este trabalho hermenêutico; por isso, optamos pela não limitação apenas aos dados do corpus documental dos processos e crônicas, pois vale adiantar que parte dos episódios da narrativa que traçamos para entendê-lo foram vividos por Cointa fora dos cárceres da Inquisição, e estes dados, encontramos em outras obras impressas.

Esclarecemos de antemão que os textos escritos por Jean Cointa²⁸ - antes, durante e depois da sua prisão - citados nas próximas páginas não serão nesta oportunidade analisados com a merecida atenção, pois tratam-se de uma temática que demanda e merece mais tempo e foco em outros teóricos.

Sobre as demais fontes impressas, foi de fundamental importância as leituras e

²⁶ Arquivo Nacional da Torre do Tombo. **Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Processo 1586 (de Giovanni des Boulez)**. Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 6001. PT/TT/TSO-IL/028/05451. 74 fl. 1v.

²⁷ Fico inseguro em citar neste parágrafo, mas além do processo de João de Bolés, lemos o processo de seu criado e mancebo que também está entre os depoimentos testemunhas; porém, tal leitura tinha como foco averiguar mais dados sobre Bolés. O processo de Pêro Vila Nova fora tramitado na mesa da Visitação na cidade do Salvador, em que Heitor Furtado de Mendonça era visitador do Santo Ofício, entre 3 de setembro de 1592 e 14 de julho de 1593.

_____. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. **Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Processo 2526 (de Pêro de Vila Nova)**. Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 2789. PT/TT/TSO-IL/028/02526. 27 fl. 1v.

²⁸ Os textos, um, que Bolés diz em seu depoimento ter escrito antes de ser preso na América Portuguesa - contra João Calvino e suas obras - e o outro, que diz ter escrito quando estava preso em Lisboa - contra judeus e mouros, que se intitulam por colóquio de Joavano Senhor de boles / com alchana de farao capitão turco - não conseguimos encontrar, certamente porque não foram publicados como estes:

COINTHA, Jean (João des Bolez).

_____. **Paradoxo ou Sentença Philosophica Contra a Opinião do Vulgo: Que a Natureza não faz o Homem se não o Vulgo**. Lixboa: Marcos Borges, 1566.

_____. **Catholica e Religiosa Amoestação à Sujeitar, o Homem sem Entendimento à Obediência da Fé com breve & crara & douda exposiça do Simbolo dos Apostolos, pelo Senhor des Bolez**. Lixboa: Marcos Borges, 1566.

análises das cartas e crônicas do padre José de Anchieta, de Pero Magalhães Gandavo, de Pero Lopes de Souza, de Binot Palmier de Gonneville, de André Thevet, de Nicolás Barrés, de Jean de Léry, do Frei Vicente de Salvador, de Simão de Vasconcelos, de Jean Crespin, da petição do provincial Luís da Grã e dos depoimentos de diversos padres da Companhia de Jesus.

Da bibliografia geral, mas não específica, quase sempre relatam a história de Cointa vinculada à história da França Antártica, das querelas religiosas que envolveram o cavaleiro de Malta e capitão do projeto Nicolas Durand de Villegagnon, Pierre Richier e Guillaume Chartier - ministros representantes de João Calvino na empresa - tratando Bolés como polêmico erudito e herege depois preso em São Vicente. Outrora o vinculam às mobilizações da Inquisição na América Portuguesa para conter os diversos motivos que ameaçaram a evangelização católica dos jesuítas na comunidade em processo de colonização do início da segunda metade do século XVI.

Para melhor compreensão desta dissertação, vale a nota de que no corpo do texto, para validar algumas informações, utilizamos de citações - diretas e indiretas - conforme estão nas fontes e bibliografia que encontramos, e que optamos por colocar na nota de rodapé, além da referência documental, a nossa tradução livre, algumas vezes comentando a interpretação que fizemos.

O objetivo desta dissertação é narrar a trajetória de Jean Cointa, o João de Bolés da América Portuguesa, desde sua vinda da França aos seus dias finais possíveis de se averiguar, e, por ele, entender o projeto França Antártica, a disputa e sua extensão entre os protestantes e católicos franceses e as ações da Inquisição que envolveram Bolés nas suas teias. Tais objetivos justificam a divisão dos capítulos doravante.

No primeiro, abordamos o contexto histórico, social, os interesses da presença estrangeira na América Portuguesa, o processo de colonização do Rio de Janeiro no século XVI e a vinda dos franceses para a instalação da França Antártica, a partir da historiografia existente do século XVI aos anos atuais.

O segundo capítulo é dedicado a contextualizar o momento religioso na Europa, os acontecimentos e a mentalidade que justifica as posições de Jean Cointa e os personagens com quem teve contato aqui descritos. Além disso, esse capítulo também tratará das notas biográficas e bibliográficas de Jean Cointa, a sua participação na França Antártica, os motivos que o trouxeram à Guanabara, os

estatutos a que viera incumbido e disputas pelas práticas da fé com os ministros de João Calvino e outros franceses e seus desdobramentos com Villegagnon sobre a Santa Ceia, as opiniões divergentes sobre o corpo de cristo e a sua saída do forte Coligny, mediante algumas das cartas e crônicas dos personagens envolvidos e historiografia sobre o assunto desde o período.

No capítulo III, analisamos o percurso de João de Bolés nas malhas da Inquisição, das polêmicas querelas com os franceses à ousada arrogância com os portugueses, sua trajetória e desdobramentos na prisão e o fim do seu processo, sentença e provável soltura, mediante os dados que completam as lacunas e ligam as versões das narrativas analisadas nas cartas, crônicas, historiografia e do processo inquisitorial de Bolés.

I A FRANÇA ANTÁRTICA E A PRESENÇA ESTRANGEIRA NO NOVO MUNDO: CONQUISTA, EXPLORAÇÃO E RELIGIOSIDADE NO RIO DE JANEIRO SEISCENTISTA

1.1 Colonização: a presença estrangeira no Novo Mundo

Iniciamos este trabalho dialogando entre fatos que propiciaram que o nome de Jean Cointa, o senhor de Bolés, se registrasse entre os estrangeiros na história da América Portuguesa. Especialmente para entender como surgiu e o que fundamentou a ambição dos franceses em fundar uma colônia nestas terras, a partir do que propunha e Nicolas Durand de Villegagnon, que dispunha de grande credibilidade por ser cavaleiro da Ordem de Malta, diplomata, vice-almirante da Bretanha, sequestrador de Maria Stuart, entre outras conquistas, também por terminar recentemente sua missão de fortificar o Porto de Brest²⁹ e se tornar o comandante geral das galeras da Bretanha.

João de Bolés - nome pelo qual o francês Jean Cointa foi aportuguesado em São Vicente - pretendia sair da França, quando foi convidado a compor a expedição que reforçaria a fortificação da ilha idealizada por Villegagnon - também líder de tal empresa. Doutor nas letras e portador de vasto conhecimento teológico, Bolés reunia as qualidades que Gaspar de Coligny - um dos financiadores do projeto - procurava para quem faria os estatutos do forte que levaria seu nome futuramente; contudo, sobre Cointa, trataremos com a merecida atenção doravante.

A colonização portuguesa e a tentativa francesa na história da América no século XVI é, ao mesmo tempo, história da América, história dos nativos, história de Portugal e história da França - considerando a temática deste trabalho. A presença dos franceses na Terra Pindorama é parte de um processo maior, global; a ocupação do Brasil é apenas um episódio que compõe um processo mais amplo e já conhecido: a expansão marítima europeia. Isso significa que os impulsos iniciais do processo de colonização se explicariam pelo desejo da expansão da empresa europeia dentro da lógica mercantilista que se consolidava naquele momento da Idade Moderna.

Nas palavras de Caio Prado Júnior, não se tratou apenas de um projeto específico de desbravamento do mar, do espírito aventureiro português, mas tratava-

²⁹ Cidade francesa localizada na região da Bretanha, sede do departamento de Finistère.

___ MARIZ, Vasco Mariz & PROVENÇAL, Lucien. **Villegagnon e a França Antártica**. 2º edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p.77.

se de buscar alternativas para ampliar o comércio que tinha como entrave questões de ordem política e econômica, também internas ao continente, a exemplo dos árabes que dominavam o comércio de especiarias³⁰. Desta maneira, passamos a refletir a definição de Marc Ferro, que diz que a colonização é associada à ocupação de uma terra estrangeira - alheia, à exploração agrícola, à instalação de colonos³¹.

A história que o colono escreveu não é a da colônia saqueada, mas a de sua própria nação, expressa nos diferentes pontos de vista - testemunhadas ou fantasiadas, a partir do que se ouviu - na metrópole colonizadora. Ainda para Ferro, as Américas são consideradas como terras de conquista, de colonização, já que tratam sobre os Grandes Descobrimentos Ultramarinos - com a busca de um caminho para as Índias. Por certo, os descobrimentos deram nova dimensão ao fenômeno da colonização, e, por vezes, à sua natureza, mas o expansionismo lhe é anterior:

A necessidade de contornar o Império Turco, com tudo o que isso implicava, não explica por si só a diferentes dimensões do fenômeno expansionista colonial. É exatamente a visão da tradição árabe. Esta considera que a expansão européia começa com as Cruzadas, primeira expressão do "imperialismo". A tradição ocidental, ao contrário, considera as Cruzadas uma tentativa de reconquistar a Terra Santa do islamismo, que se apossara de uma terra cristã. Assim, de um jeito ou de outro, uma história européia da colonização parte necessariamente dessa periferia da cristandade³².

A reflexão de Marc Ferro retoma a história da colonização, neste texto, especificamente a da América Portuguesa, com uma percepção de expansão também cultural, difusora da religião cristã, prolongando também os costumes da sua metrópole. A expansão cultural, que no século XVI, tem na religião uma das suas funções mais fortes e eloquentes, moveu agentes sociais, determinou comportamentos coletivos e imprimiu suas marcas sobre todos os quadrantes da vida social ao longo da colonização da Terra Pindorama.

Pindorama - por alguns indígenas; Ilha de Vera Cruz, em 1500; Terra Nova, em 1501; Terra dos Papagaios, ainda em 1501; Terra de Vera Cruz, em 1503; Terra de

³⁰ PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2008. p. 17.

³¹ FERRO, Marc. **História das colonizações: das conquistas às independências, séculos XIII a XX**. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.17.

³² FERRO, Marc. **História das colonizações: das conquistas às independências, séculos XIII a XX**. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.19.

Santa Cruz, em 1503; de Santa Cruz do Brasil, em 1505; do Brasil, em 1505; e por fim, Brasil, desde 1527. Laura de Mello e Souza relata que a tantas indefinições somava-se a falta de um nome certo³³. Anterior ao início da colonização, muitos nativos chamavam por Pindorama - Terra das Palmeiras no tupi-guarani. Segundo Laura de Mello e Souza, “entre 1351 e 1500, os mapas europeus mostram o nome Brasil e variantes dele (...) Assim, primeiro houve o nome, depois o lugar que foi nomeado”³⁴. Após a chegada dos portugueses, os nomes variaram de Vera Cruz, Terra dos Papagaios, de Santa Cruz até Terra do Brasil. Para Laura,

A necessidade de nomear a nova terra se colocou para Cabral quando, dias depois, a 3 de maio, partia para a Índia: mandou, então, “arvorar uma cruz mui grande no mais alto lugar de uma árvore e ao pé dela se disse missa. A qual foi posta com solenidade de bênçãos dos sacerdotes: dando este nome à terra, Santa Cruz”. O Santo Lenho inscrevia o sacrifício de Cristo na gênese da terra encontrada, que ficava toda ela dedicada a Deus, como a expressar as grandes esperanças na conversão dos gentios. Mas os acontecimentos tomaram rumo diverso. Se a cruz erguida naquele lugar durou algum tempo, o demônio logo começou a agir para derrubá-la, pois não queria perder o domínio que tinha sobre a nova terra. Valendo-se do fato de chegarem a Portugal carregamentos cada vez mais significativos e pau-brasil, trabalhou para que o nome da madeira comercializada dominasse o nome do lenho no qual morrera Jesus, vulgarizando-se na boca do povo. Assim, era como se importasse mais “o nome de um pau que tinge panos” do que o nome “daquele pau que deu tintura a todos os sacramentos por que somos salvos, pelo sangue de Cristo que nele foi derramado” (Souza *apud* Barros 1988: 174-175)³⁵.

Refletindo a interpretação de Fernando Novais³⁶, a expansão européia dos séculos XV e XVI não é apenas uma expansão comercial, econômica ou material, ela é também uma expansão cultural, considerando que é impossível entender os povos ou um único personagem deste período, insistindo apenas em uma determinação exclusivamente econômica desse movimento expansionista europeu.

³³ SOUZA, Laura de Mello e. **O nome do Brasil**. Revista de História. São Paulo, n. 145, dez. 2001. p.61-86. p. 66.

³⁴ SOUZA, Laura de Mello e. **O nome do Brasil**. Revista de História. São Paulo, n. 145, dez. 2001. p.61-86. p. 66..

³⁵ SOUZA, Laura de Mello e. **O nome do Brasil**. Revista História. São Paulo, n. 145, dez. 2001. p.61-86. p. 69.

³⁶ NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777 - 1808)**. São Paulo: Hucitec, 1979. p.59.

A expansão material e cultural da Europa dos séculos XV e XVI envolve o continente americano, conferindo um protagonismo não exclusivo aos portugueses, pois o mandato da Coroa sobre o território abrangido pela *Costa do Pau-Brasil* decorria do tratado de Tordesilhas, que não foi, porém, reconhecido pelos reis da França.

É possível dizer que a formação da sociedade brasileira não era um fim, um objetivo propriamente dito, como diferentemente ocorreu nas chamadas colônias de povoamento tão presentes na América Inglesa. Mais como consequência do que como alvo, a formação do Brasil se deu por um processo histórico bastante peculiar, com desdobramentos significativos para a constituição do país como futura nação. Caio Prado Júnior afirma que “todo o povo tem na sua evolução um certo sentido, o qual não se dá pelos pormenores da história”, mas fundamentalmente ao analisar o conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais da história em um largo período de tempo³⁷. Assim, encaminhar armadas ao território americano nas décadas iniciais do século XVI não significava que houvesse interesse, de imediato, pela colonização e exploração do território. A atenção ainda era focada no Oriente, e os portugueses só se interessaram pela Terra Pindorama com o declínio do comércio oriental, sob a ameaça da perda das terras e as possíveis riquezas para nações estrangeiras.

Serge Bernstein esclarece que “uma cultura política pode se tornar dominante em relação às demais, porém, não anula os valores ou a existência das outras culturas”³⁸; através deste, se entende o contexto já citado acima, compreendido a partir da expansão marítima europeia, especificando a colonização da Terra Pindorama³⁹, em que os portugueses impuseram sua cultura, já que consideravam as demais culturas do território inferiores. E o fizeram especialmente por meio das missões religiosas com os jesuítas, que diferentemente dos demais portugueses que aqui estavam, sabiam entender-se com os nativos através da sua fala mansa e mais humana⁴⁰. A tendência de absolutizar a determinação cultural dos fenômenos

³⁷ PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2008. p. 19.

³⁸ BERNSTEIN, Serge. **A cultura política**. In: RIOUX, Jean-Pierre. & SIRINELLI, Jean-François. (org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1988. p.25.

³⁹ Considerando que religião – que exercia seus poderes através das imposições culturais – e política andavam juntas, eram aliadas.

⁴⁰ Considerando que os demais colonos reduziam os nativos como selvagens, num processo de submissão e extermínio, tanto por meio de ações violentas como pela proliferação de doenças trazidas por eles.

políticos incorre numa espécie de reducionismo culturalista que empobrece a análise, desprezando outros fatores de motivação da ação humana.

Considerando esta premissa, nas palavras de José Henrique Songolano Néspoli,

as culturas políticas evoluem na história em função de determinadas conjunturas e também devido à influência de outras culturas políticas, tal como nas terras da América portuguesa, podendo, nos seus vários movimentos, declinar quando deixam de responder às aspirações da sociedade, da mesma maneira como podem crescer quando respondem a problemas específicos e fundamentais da vida pública⁴¹.

Não é mais comum dizer que a história dos autóctones daquelas terras são obscuras, pois, segundo Ferro, “se é verdade que o discurso colonial pôde encobrir a visão dos vencidos, isso não significa que, nos tempos em que eram subjulgados, eles tivessem desistido da ideia de retomar o controle de sua própria história”⁴². Dessa maneira, os tempos obscuros podem ser substituídos por tempos opacos, por não serem compreendidos para os que entravam em contato com tais povos.

Ainda segundo Prado Júnior, “há uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos, que se sucedem em ordem rigorosa, dirigida para determinada orientação”⁴³. Tais acontecimentos históricos são partes de um todo, fato que nos permitiria compreender a especificidade de um povo, de uma nação, de uma sociedade. É válido reiterar que a cultura determina o desenrolar de muitos acontecimentos, mas nem tudo neste período e contexto - do século XVI na colonização da América Portuguesa - tem sido explicado pela influência dos fatores culturais; a economia ou a política também não poderiam ser exceção.

Quando os turcos otomanos substituíram os árabes, depois de vencê-los, lançaram-se numa nova *jihad* [guerra santa] que se concluiria em 1453, com a queda do Império Romano do Oriente - Bizâncio - e, em seguida, com o avanço até Viena, capital dos Habsburgo. Jamais o Império Otomano, muçulmano, fora tão

⁴¹ NÉSPOLI, José Henrique Songolano. **Cultura política, história política e historiografia**. História e Cultura, Franca: v.4, n.1, p.361-376, mar. 2015.

⁴² FERRO, Marc. **História das colonizações: das conquistas às independências, séculos XIII a XX**. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.13.

⁴³ PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2008. p. 20.

poderoso quanto nessa época de Suleiman II; as guerras de Felipe II e Lepanto significaram um freio à segunda expansão do islã (...) O contra-ataque da cristandade deu-se em um outro campo, e de um outro modo. Como se sabe, para poder negociar com a Índia e a China, bem conhecidas desde as viagens de Marco Polo, precisavam-se encontrar novas rotas para evitar o Império Otomano. Mas a expedição de Vasco da Gama tinha também uma conotação religiosa: chegando a Calicute após contornar a África, o navegador declarou 'que viera à cata de cristãos e de especiarias'. E, tal como os portugueses, os otomanos relacionavam o comércio oriundo dos Grandes Descobrimentos a uma das formas de guerra santa... ⁴⁴

Dessa maneira, o comércio e a política se expandiram do Mediterrâneo para o Oceano Atlântico, revelando que o contexto da guerra santa não deve ser ignorado ao discutir as histórias do início dos descobrimentos e das colonizações.

Entre tantos pontos a se analisar, o termo colonização, iniciamos com a reflexão de uma situação muito comum na prática de se escrever sobre este período: tratamos, a princípio, sobre o fenômeno do anacronismo, que é percebido na colonização da América, a partir do termo descoberta do Brasil, de que a viagem de Cabral é a viagem do descobrimento, considerando que os objetivos eram outros - o comércio e a política, como já discutido acima⁴⁵. A colonização, com base neste ponto de vista, era tida como algo intencional, destinado a criar uma nação – algo planejado⁴⁶, cuja estabilidade de Estado Nacional se deu apenas no século XIX, após longo processo de construção⁴⁷.

Para Sérgio Buarque de Holanda, “a verdadeira colonização se iniciou com a fundação de vilas e cidades em pontos privilegiados da costa brasileira, as primeiras ligadas à iniciativa dos donatários e as últimas erigidas pela ação direta da administração portuguesa”⁴⁸. Tais aglomerados pioneiros redundaram na criação de

⁴⁴ FERRO, Marc. **História das colonizações: das conquistas às independências, séculos XIII a XX**. Tradução de Rosa Freire d'Aguilar. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.22.

⁴⁶ O conceito de *nação*, segundo Benedict Anderson, em *Comunidades Imaginadas*, é um povo, uma comunidade humana fixada em um mesmo território, cujos membros estão ligados por laços históricos, étnicos, linguísticos e culturais. Adam Smith, em *A Riqueza das Nações*, de 1776, afirma que a principal vinculação do termo *nação* era com Estado e que este legitimava o poder do povo.

_____. ANDERSON, Benedict R. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

⁴⁷ ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: Uma história dos costumes** – vol. I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. p.178

⁴⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **A Época Colonial 1: Do descobrimento à expansão territorial**. Tomo 1. Volume 1. 6ª edição. São Paulo: Difel-Difusão Editorial S.A., 1981. p.69.

pequenas áreas agrícolas, em seus arredores, destinadas ao abastecimento imediato das populações. Alianças com alguns agrupamentos indígenas amigos fortaleceram o esquema da vida colonial, garantindo seu progresso e continuidade, enquanto os jesuítas, encarregados da catequese, se constituíram no elemento moderador entre as pretensões dos colonos e as prerrogativas ancestrais dos gentios.

E como contar a história do Brasil, sua colonização e as transformações até os dias atuais, sem considerar a participação dos nativos da América portuguesa? É preciso narrar o que se consegue comprovar a partir das fontes, mas, também, é preciso considerar que os povos indígenas - nativos da Terra dos Papagaios - acreditam em mitos e o mito é atemporal, em ciclos, em que o fato já aconteceu, está acontecendo e continuará. Segundo o que distingue o discurso mítico do discurso do historiador é a temporalidade.⁴⁹

As primeiras impressões causadas pelos nativos foram muito favoráveis para as ações dos portugueses. Pero Vaz de Caminha descreve:

Parece-me que são pessoas de tanta inocência que, se pudéssemos compreendê-los e eles a nós, em breve tornar-se-iam cristãos porque não parecem ter ou compreender nenhuma forma de religião (...) Porque é certo que esta gente é boa e de simplicidade pura e que pode facilmente gravar-se neles qualquer crença que se lhes deseje dar. E, ademais, nosso senhor lhes deu belos corpos e boas caras como a homens bons, e se Ele nos trouxe aqui, creio, não foi sem propósito (...) havia entre eles três ou quatro raparigas muito novas e muito belas, com cabelo muito preto, comprido, sobre os ombros, e com suas partes íntimas tão altas, fechadas e desprovidas de pêlo que não sentíamos vergonha nenhuma em fixá-las (...) uma das raparigas estava toda pintada da cabeça aos pés com aquela tinta [preto azulada], e era tão bem feita e torneada e a sua ausência de vergonha era tão encantadora que muitas mulheres da nossa terra, se vissem tais atrativos, sentir-se-iam envergonhadas por os seus não serem como os dela⁵⁰.

Testemunha ocular desse encontro, Caminha os descreve ao rei Dom Manuel como inocentes filhos da natureza, tal qual Adão e Eva no Jardim do Éden antes do pecado original. O estereótipo do nativo da Terra Pindorama como filho da natureza no estado mais puro foi logo substituído pela convicção portuguesa de que era um

⁴⁹ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. [et al.] – Campinas-SP, Editora da UNICAMP, 1990.

⁵⁰ CAMINHA, Pero Vaz. **Carta a El-Rei D. Manuel**. A Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro. NUPILL. Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

selvagem sem fé, sem rei e sem lei. Em 1549, segundo Charles R. Boxer, “o rei enviou um governador-geral com o propósito de fundar uma capitania nova, situada no centro, na Bahia, diretamente administrada pela Coroa”⁵¹; e em sua companhia viajaram alguns missionários jesuítas, encarregados de educar e reformar os colonos e, principalmente, converter os ameríndios.

Sobre a chegada dos portugueses na Terra na América, conta-se uma versão como se fosse a única verdade e a historiografia da expansão marítima europeia e as consequentes colonizações passam a ser a história que o sistema dominante quer que tenha sido, não a história que aconteceu, sob a percepção de todos os envolvidos – nativos e portugueses colonos.

Ao refletir sobre tal chegada, ampliamos as possibilidades do descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral, se foi por acaso, de propósito ou sob a ampla perspectiva do descobrimento da América. É fato que Cristóvão Colombo chegou a América em 1492; na América do Sul na sua terceira viagem - ao conhecer a Ilha de Trinidad em 1498 - e em 1º de agosto avistou o continente propriamente dito, em frente ao estreito que separa esta ilha da costa da Venezuela, que, no entanto, ele considerou ser uma ilha santa. A partir de então, os espanhóis começaram a explorar o litoral norte da América do Sul. Por outro lado, Pedro Álvares Cabral aportou na América em 22 de abril de 1500. No entanto, percebemos que há várias pretensões de descobrimento desta terra nos 15 anos anteriores à chegada de Cabral.

Embora estes últimos parágrafos tentem abordar sobre o termo “colonização”, neste texto trataremos mais especificamente sobre o século XVI, e, para isso, é preciso considerar que este século, na Terra Pindorama, antes de ser adjetivado pelos termos a partir da expansão marítima europeia, também pode ser descrito como um período de experimentações e mudanças, que também não fogem da temática entrelaçada - cultura política na história - e tal compreensão está assentada em três contextos que precisam ser pensados em sua especificidade, como implicando configurações sociais distintas e logicamente separadas, chamadas por João Pacheco de Oliveira por situações históricas, pela qual

a primeira situação histórica podemos chamar de *Regime das*

⁵¹ BOXER, R. Charles. **O império marítimo português 1415-1825**. Tradução: Ana Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.101.

Feitorias, designando, assim, uma economia cuja produção é primordialmente o Pau Brasil e está baseada no escambo (...) a relação entre colonizadores e colonizados não é dualista, mas está bipartida e inclui de fato quatro elementos: os portugueses, seus inimigos franceses, os indígenas que se aliam aos portugueses e os indígenas que se aliam aos franceses. (...) A segunda situação é a que podemos denominar por *Guerra de Conquista*. Os atores sociais são os mesmos, mas as relações já são bastante distintas. Portugal não quer mais ter puramente parceiros comerciais ou aliados, mas sim vassalos. (...) Trata-se não mais de propiciar um comércio lucrativo, mas de fundar uma colônia portuguesa na América Meridional, o que envolve o controle do território e povoamento (...) A terceira situação é a da *plantation* escravista do final do século XVI, voltada para exportação do açúcar e baseada na mão de obra africana, que se manterá como hegemônica por dois séculos⁵².

Após esta descrição dividida em três partes sobre o século XVI, compreendem-se as estruturas que resultaram na formação da sociedade colonial, que teve, contemporânea a ameaça francesa, a própria hostilidade dos nativos, que fizeram com que a população portuguesa e os engenhos se fragmentassem, estimulando as ações dos franceses.

Para Luís Filipe Barreto⁵³, “Brasil achado em 1500 e em 1500 esquecido, de tal modo que a sua criação como espaço colonial é uma resposta a perigos de concorrência essencialmente ligados com a carreira da Índia”⁵⁴. Percebe-se que Portugal de Dom Manuel não cuidou devidamente da exploração e do povoamento do território, hoje brasileiro, nas três primeiras décadas do século XVI; porém, esse abandono é questionado por historiadores, considerando que diversas armadas foram oficialmente encaminhadas a Terra Pindorama para exploração e guarda. Segundo Hélio Vianna, relativamente numerosas também foram as expedições preparadas por particulares, de objetivos puramente comerciais, principalmente dedicadas ao resgate de pau-brasil nas feitorias litorâneas já então existentes. De acordo com ele,

⁵² OLIVEIRA, João Pacheco. In: FRAGOSO, João. GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **O Brasil Colonial – Vol. 1 (ca. 1443 – ca. 1580)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p.205-210.

⁵³ BARRETO, Luis Filipe. **Descobrimentos e Renascimento. Formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI (Temas Portugueses)**. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983. p.170.

⁵⁴ Nome pelo qual denomina-se o sistema de frotas que ligava, anualmente, Portugal à Ásia, especialmente à Goa, na Índia, e vice e versa, iniciada logo depois da viagem de exploração de Vasco da Gama. Com armadas anuais, os navios muitas vezes se dividiam em frotas menores, partindo em diferentes datas à busca de especiarias de menor volume. As literaturas de viagem contribuíram com a má impressão destas viagens, devido aos registros das tragédias marítimas envolvendo navios da Carreira.

Em 1502 foi arrendada a alguns comerciantes de Lisboa, dentre os quais o cristão novo Fernão de Noronha, a exploração do pau-brasil a ser extraído nos domínios portugueses da América. Comprometeram-se, esses arrematantes, a enviar anualmente frotas de seis navios, com o fim de explorar até trezentas léguas de costa da nova terra, construindo feitorias fortificadas nas regiões adequadas, conservando-as durante três anos. Obedeceram talvez a esse regime, os navios da segunda expedição exploradora, que carregaram madeira em Cabo Frio, a acreditar-se na narrativa atribuída a Américo Vespúcio. Vários documentos demonstram a continuidade desse tráfico do Brasil para o reino, nos anos seguintes. Aqui se estabeleceram feitorias litorâneas, inclusive no Rio de Janeiro e Pernambuco, talvez outras em Santa Cruz – hoje Porto Seguro – e Ilha de Santo Aleixo, além de Cabo Frio. Há notícias de navios que isoladamente dedicavam-se a esse comércio, como a nau Bretoa, que em 1511 veio carregar madeira em Cabo Frio, daí também levando alguns indígenas escravizados, aves e pequenos animais⁵⁵.

Outros relatos descrevem que tais expedições facilitaram o resgate com os indígenas e deram início ao escasso povoamento da imensa costa.

Conhecida na Europa a existência da madeira útil à indústria de tintas da época, nestas terras, navios de armadores franceses começaram a frequentar seu litoral, entregando-se ao comércio clandestino com os nativos.

De início, segundo Boxer, “os nativos não sabiam distinguir as duas nações européias rivais, mas por volta de 1530, já tinham aprendido a fazê-lo”⁵⁶. Daí em diante as rivalidades entre as tribos foram agravadas por certos grupos, numa conjuntura violenta, sobretudo entre os Tupinambás, que apoiavam os franceses, e por outros, principalmente os Tupiniquins, que se aliaram aos portugueses. Este quadro de mudanças marcantes é descrito por John Monteiro a partir de uma escravidão indígena que desmaterializava, e de uma autoridade externa que se mostrava cada vez mais próxima. Segundo Monteiro,

Os paulistas demarcavam sua identidade pela denominação característica do mando senhorial. Paradoxalmente, recorriam a marcadores indígenas para estabelecer a distinção entre eles e os colonos de outras regiões e, sobretudo, dos portugueses: isso se manifesta não apenas por meio do uso da língua-geral, como também nos conteúdos simbólicos dos ataques a autoridade da

⁵⁵ VIANNA, Hélio. História do Brasil: Período Colonial. Vol.1. São Paulo: Melhoramentos, 1967. p.66.

⁵⁶ BOXER, R. Charles. **O império marítimo português 1415-1825**. Tradução: Ana Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.25.

coroa e dos assassinatos praticados e apurados numa longa investigação criminal⁵⁷.

O desejo de propagação da fé católica em terras habitadas por nativos, aliado à necessidade do povoamento e defesa das referidas regiões ultramarinas, constituíram, porém, o maior motivo da nova orientação de Dom João III, expresso na carta à Martim Afonso de Souza, em setembro de 1532⁵⁸.

O regime a ser introduzido no Brasil, em mais larga escala, qual desde 1504 o rei D. Manuel I já havia criado a capitania hereditária da Ilha de São João – hoje Fernando de Noronha - não constituía novidade em Portugal. Era uma adaptação sistemática há muito tempo vigente, de doação de bens da Coroa. Para Vianna,

O resultado da aplicação desse regime, começando por Dom Manuel I, com a doação da Ilha de Fernando de Noronha, em 1504, ao armador desse nome e incentivado por D. João III, em 1534-36, com a criação de mais quatorze Capitânicas hereditárias, não foi o completo malogro que apenas com duas exceções tem sido alegado. Além dessas quinze, mais três pequenas donatárias foram criadas ainda no século XVI, perfazendo o total de dezoito Capitânicas do gênero. Se é verdade que alguns lotes, então distribuídos, não tiveram nem mesmo começo de povoamento, outros, ou a maioria, receberam os esforços de seus donatários, fundando-se povoações e iniciando-se plantações que, mesmo quando precárias, eficazmente contribuíram para a obtenção do primeiro objetivo que se tinha em vista, que era impedir o estabelecimento de estrangeiros em zonas anteriormente abandonadas. Isto, sem falar nas Capitânicas que progrediram, no consenso geral, como Pernambuco e São Vicente⁵⁹.

Para Buarque de Holanda, o advento de uma cultura comercial, como foi a da cana de açúcar, conseguiu favorecer as regiões onde ela foi plantada e expandida⁶⁰. Com isso, percebe-se a formação dos primeiros focos de atração para a imigração histórica de elementos metropolitanos e muito cedo os grandes senhores, enriquecidos com a cana e a fabricação do açúcar, puderam comprar elementos

⁵⁷ MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, tapuias e historiadores : estudos de historia indigena e do indigenismo**. Campinas: IFCH Unicamp, 2001. p.9.

⁵⁸ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo 24 (1º trimestre), 1861, pp. 74-79. Apud: RIBEIRO, Darcy & MOREIRA NETO, Carlos de Araújo (orgs.). **A Fundação do Brasil: Testemunhos, 1500-1700**. Petrópolis: Vozes, 1992. p.136-8.

⁵⁹ VIANNA, Hélio. **História do Brasil: Período Colonial**. Vol.1. São Paulo: Melhoramentos, 1967. p.95-96.

⁶⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **A Época Colonial 1: Do descobrimento à expansão territorial**. Tomo 1. Volume 1. 6ª edição. São Paulo: Difel-Difusão Editorial S.A., 1981. p.69.

escravos.

Na década de 30 do século XVI, o incremento das escravizações indígenas forçadas para atender as necessidades da colonização mais sistemática iniciada com as capitanias hereditárias intensificou as guerras na costa brasileira. A violenta reação dos índios foi um dos fatores responsáveis pelo fracasso da maioria das capitanias, tornando-se ameaça ao projeto colonial. Assim, ao criar o governo geral, com o objetivo de manter a soberania sobre a colônia, a preocupação da Coroa não se restringia aos ataques de estrangeiros. Maria Regina Celestino de Almeida argumenta que a preocupação da Coroa

visava também, essencialmente, submeter os índios nas categorias de mansos e selvagens, de forma a tê-los como aliados e isso se faria através de guerra justa e da política de aldeamentos, respectivamente. Delineava-se assim, já no regimento de Tomé de Souza, o princípio básico da política indigenista da coroa que, com raras e curtas interrupções, se manteria até as reformas pombalinas, no século XVIII⁶¹.

Tal princípio fundamentava-se na divisão dos índios nas categorias de mansos e selvagens, de forma a tê-los como aliados e como força de trabalho. Os primeiros se tornariam súditos cristãos do rei de Portugal e viveriam nas aldeias coloniais sob a administração portuguesa; enquanto os últimos seriam combatidos através das guerras e, uma vez vencidos, seriam legalmente escravizados.

A partir da instituição das capitanias hereditárias, o sistema de organização das tribos nativas teve que corresponder a exigências sociais que provinham da formação de um sistema social mais complexo e absorvente, cuja estrutura interna impunha uma posição subordinada e dependente das comunidades nativas. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, “tribos autônomas se convertiam em camada social heteronômica de uma sociedade organizada com base na estratificação interétnica” – na dominação dos nativos pelos portugueses. Ainda para ele,

teoricamente, podemos presumir três formas básicas de reação do índio a esse desdobramento da conquista, sendo a primeira: de preservação da autonomia tribal por meios violentos, a qual teria de tender, nas novas condições, para a expulsão do lavrador branco; a segunda, de submissão, nas duas condições indicadas, de aliados e

⁶¹ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. In: FRAGOSO, João. GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **O Brasil Colonial - Vol. 1 (ca. 1443 – ca. 1580)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p.436-437.

de escravos; a terceira, de preservação da autonomia tribal por meios passivos, a qual teria de assumir a feição de migrações para as áreas em que o branco não pudesse exercer dominação efetiva. Essas três formas de reação hão de ocorrer, de fato, contribuindo para modelar os contornos assumidos pela civilização luso-brasileira⁶².

A terceira forma de reação, devido à grande mobilidade das entradas e bandeiras dos portugueses, como nos atesta Frei Vicente de Salvador, tinha pouca eficiência⁶³. Todavia, ela constitui a maneira típica de acomodação, desenvolvida pelos nativos, na tentativa de controlar os efeitos da invasão. Trata-se, naturalmente, de um controle de natureza passiva, que transforma o isolamento em fator de defesa da autonomia tribal. Apesar disso, ele pressupunha certo conhecimento por parte dos nativos, da sequência de acontecimentos associados ao domínio do branco e o propósito de evitá-los.

Segundo Capistrano de Abreu, os donatários saíram em geral da pequena nobreza, dentre pessoas práticas da Índia, afeitas ao viver largo da conquista, porventura, muitos nunca tinham vindo a estas terras ou desanimaram com o primeiro revés. D. João III cedeu às pessoas a quem doou capitanias alguns dos direitos reais, levado pelo desejo de dar vigor ao regime agora organizado; muitas concessões fez também como administrador e grão-mestre da Ordem de Cristo⁶⁴. Em tudo agiu considerando quanto serviço de Deus e os proveitos dos seus reinos e senhorios, assim para, na Terra de Santa Cruz, celebrar o culto e ofícios divinos, e se exaltar a fé católica, como trazer a ela os naturais infiéis e idólatras da dita terra.

Existindo agrupamentos humanos na nova terra representados pelos ameríndios, os colonizadores tiveram que entrar em contato com eles através das mais diversas formas, auxiliados pelos missionários jesuítas, parceiros infatigáveis da tarefa de colonização. Pelo extravasamento de uma parte da população da metrópole, como pelo cruzamento intensivo com os nativos e africanos trazidos a estas terras, o sistema de colonização foi tipicamente de enraizamento. É verdade que a fórmula jesuítica de catequização e seus esforços de aldeamento tenderam a

⁶² HOLANDA, Sérgio Buarque de. **A Época Colonial 1: Do descobrimento à expansão territorial**. Tomo 1. Volume 1. 6ª edição. São Paulo: Difel-Difusão Editorial S.A., 1981. p.84.

⁶³ SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil (1500-1627)**. 5.a ed., São Paulo: Melhoramentos, 1965.

⁶⁴ ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. p. 52.

criar um aspecto de colônia de enquadramento, de caráter atípico e extremamente singelo. Nunca, entretanto, pode-se processar tal tipo de colonização em áreas dominadas por populações silvícolas, destituídas de possibilidades comerciais. Assim, aqui não foi possível nada de semelhante ao que depois se observou nos esforços de colonização exploradora de outros países europeus, os quais se sobrepuseram aos quadros tradicionais das velhas comunidades do Extremo Oriente, impondo-lhes sua administração e seu controle econômico, à custa de um transplante da máquina burocrática e bélica de suas metrópoles de origem.

Mesmo com a mobilização política e a reorientação deixando os marcos teóricos generalizantes do século XX, fundamentando seus trabalhos numa base mais sólida de pesquisa empírica, John Monteiro, na sua tese de livre docência já citada antes, nos ajuda a perceber a ampliação de estudos que exploraram novos arquivos coloniais na década de 1980, sobretudo “da escravidão e dos escravos, sobre os cristãos novos e a Inquisição, sobre as mulheres, sobre os pobres, os desclassificados (...) através das novas perspectivas da social, demográfica, econômica e cultural”⁶⁵. No entanto, os índios permaneceram esquecidos.

A propagação da fé católica aparece no texto de Caminha como forte desejo do monarca, de fazer o que sua alteza tanto deseja, a saber acrescentamento de nossa santa fé⁶⁶. Quase cinquenta anos depois, D. João III reiterava os propósitos cristianizadores da monarquia portuguesa: “Porque a principal cousa que me moveu a mandar povoar as ditas terras do Brasil, foi para que a gente dela se convertesse à nossa santa fé católica”⁶⁷, escrevia em 1548 à Tomé de Sousa.

Com Tomé de Souza, a Coroa enviou também os primeiros jesuítas, recomendando-lhes que tivessem com os índios especial cuidado de os provocar a serem cristãos.

Segundo Jean Marcel Carvalho França, “a ciumenta e receosa Coroa portuguesa coibiu com vigor a presença de estrangeiros em território brasileiro,

⁶⁵ MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, tapuias e historiadores : estudos de historia indigena e do indigenismo**. Tese (livre-docencia). Campinas: IFCH Unicamp, 2001. p.9.

⁶⁶ CAMINHA, Pero Vaz. **Carta a El-Rei D. Manuel, Dominus**. A Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro. NUPILL. Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

⁶⁷ NÓBREGA, Manoel da. **Cartas do Brasil**. In: ROWER, Basílio. A Ordem Franciscana no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1947. p.38.

condenando a colônia a um brutal isolamento”⁶⁸. Boa parte do que os europeus escreveram sobre a América, durante os três séculos que se seguiram ao período áureo da expansão ultramarina, baseou-se em relatos de viagem, em relatos de aventureiros e exploradores que, muitas vezes à custa da própria vida, viram com os olhos da cara aquelas terras que tanto atiçavam a imaginação dos seus contemporâneos.

Mais adiante, abordaremos a participação dos franceses neste processo estrutural para o Rio de Janeiro que conhecemos hoje:

1.2 O processo de colonização do Rio de Janeiro no século XVI e a vinda dos franceses

Antes mesmo dos primeiros registros oficiais sobre o reconhecimento do litoral fluminense pelos portugueses, nas suas crônicas e nas dos franceses - comprovados na motivação⁶⁹ que trouxe a expedição de Martim Afonso e Pero Lopes de Souza ao reconhecimento deste local -, Jean Antoine Samson Desmarquets registra que Jean Cousin, após perder a direção devido a uma tempestade, esteve na Terra Pindorama em 1488⁷⁰, doze anos antes dos portugueses. Trataremos mais adiante sobre o assunto. Estas vindas expõem melhor compreensão sobre a facilidade do contato entre franceses - que se entendiam-se melhor com os nativos Tupinambás que os portugueses.

Dessa maneira, convém propor a reflexão sobre o protagonismo dos franceses nos anos iniciais da colonização da Terra Pindorama, especialmente do Rio de Janeiro, embora os documentos considerados oficiais - pela Coroa - expressem apenas os relatos que evidenciam o protagonismo dos colonos portugueses.

A terra por Cabral chamada de Vera Cruz, depois de reconhecida e demarcada era frequentada por diferentes grupos, especialmente pelos comerciantes do pau brasil, que pelo escambo das madeiras desta árvore, fazia a Terra conhecida por Terra do Brasil. Segundo Varnhagen, “os castelhanos aportavam ali indevidamente,

⁶⁸ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Visões do Rio de Janeiro Colonial. Antologia de Textos (1531-1800)**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2008. p.9.

⁶⁹ Reconhecer o território e manter a segurança de que este não seria tomado por outros países.

⁷⁰ DESMARQUETS, Jean Antoine Samson. **Mémoires chronologiques pour servir l’histoire de Dieppe et celle des navigations françaises**. Paris: Éditions Desauze, 1785. p.92-93.

e, para o mesmo fim, os franceses faziam temíveis piratarias e hostilidades”⁷¹. Foi então que, com a notícia das explorações de Gaboto e Diogo Garcia no Rio da Prata, o rei D. João III decidiu tomar inteira posse deste local, colonizando a terra e a fazendo respeitar o seu pendão por aqueles mares, apresentando uma armada de cinco velas, levando 400 homens, e nomeando Martim Afonso de Souza para comandar no mar e depois em terra⁷².

Pedro Calmon relata que “O Brasil cria-se entre 1532 e 1549, isto é, entre a fundação de São Vicente - primeira vila - e a chegada de Tomé de Souza, primeiro governador”⁷³. Já Nireu Cavalcanti narra que em 1531 a expedição dos irmãos Pero Lopes e Martim Afonso de Souza, “no comando da expedição, sob a missão de reconhecimento da costa brasileira e de combater os invasores estrangeiros”⁷⁴, tais como os franceses, chegou ao Rio de Janeiro, como descrito na carta de Pero Lopes de Souza:

*Sabado trinta dias d'abril, no quarto d'alva, éramos com a boca do Rio de Janeiro, e por nos acalmar o vento, surgimos a par de hua ilha, que está na entrada do dito rio, em fundo de quinze braças d'area limpa. Ao meo dia se fez o vento do mar, e entramos dentro com as naos. Este rio he mui grande; tem dentro oito ilhas, e assi muitos abrigos: faz a entrada norte sul toma da quarta do. noroeste sueste: tem ao sueste duas ilhas, e outras duas ao sul, e tres ao sudoeste; e entre ellas podem navegar carracas: he limpo, de fundo vinte e duas braças no mais baxo, sem restinga nenhuma e o fundo limpo. Na boca de fóra tem duas ilhas da banda de leste, e da banda d'aloeste tem quatro ilheos. A boca nam he mais que de hum tiro d'arcabuz; tem no meo hua ilha de pedra rasa com o mar; pegado com ella ha fundo de desoito braças d'area limpa. Está em altura de vinte e tres graos e hum quarto.*⁷⁵

Eis os primeiros registros considerados oficiais da história do Rio de Janeiro,

⁷¹ VARNHAGEN, Francisco A. **História geral do Brasil I – II**. 7ª edição. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

⁷² SOUZA, Pero Lopes de. **Diário da navegação da Armada que foi à Terra do Brasil - em 1530**. Lisboa: Typografia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 1839.

⁷³ CALMON, Pedro. *in* **História da Expansão Portuguesa no Mundo**. Vol. III. Lisboa, 1940. p.31. *apud* BARRETO, Luís Filipe. **Descobrimentos e Renascimento. Formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI (Temas Portugueses)**. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983. p.170.

⁷⁴ NIREU, Cavalcanti. **O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p.21.

⁷⁵ SOUZA, Pero Lopes de. **Diário da navegação da Armada que foi à Terra do Brasil - em 1530**. Lisboa: Typografia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 1839. p.25.

porém, não os únicos. Segundo Lucien Provençal, “desde o final do século XV falava-se bastante da Terra Pindorama na França. O Brasil não era desconhecido dos marinheiros franceses, sobretudo dos normandos”⁷⁶. Jean Marcel Carvalho França descreve este momento ao narrar:

A experiência da França Antártica, melhor, as diversas narrativas derivadas da polêmica aventura ultramarina encabeçada pelo Cavaleiro de Villegaignon – aventura que o protestante Marc Lescarbot, em 1609, ironicamente qualificou como a malograda tentativa de se criar uma espécie de presídio de além-mar – talvez tenha sido o mais consistente, amplo e divulgado conjunto de relatos sobre o Novo Mundo a circular pela Europa na segunda metade do século XVI. No que tange às possessões portuguesas na região, ao Brasil, isso é quase uma verdade incontestável. Refiro-me, é claro, aos conhecidos Singularidades da França Antártica (1558), de André Thévet, e História de uma viagem feita à terra do Brasil (1578), de Jean de Léry, mas igualmente aos hoje menos célebres Cópias de algumas cartas sobre a navegação do cavaleiro Villegaignon (1557), do piloto Nicolas Barré, Contra as execráveis imposturas, impiedades e blasfêmias de Durand, bordeleiro que se intitula Villegaignon (1561), panfleto atribuído a Pierre Richer, História das coisas memoráveis ocorridas na terra do Brasil (1561), narrativa imputada pelo renomado Paul Gaffarel a Jean de Léry, e a mais uma meia dezena de cartas, panfletos e narrativas breves, os quais, no seu tempo, um tempo sedento por novidades sobre as exóticas terras de além-mar, quaisquer que fossem elas, tiveram lá a sua importância.⁷⁷

Este relato nos instigou a pesquisar mais do fato e encontrar dados com mais precisão sobre Jean Cousin, Binot Paulmier de Gonneville e Jean Ango, possibilidades de mais fontes documentais que comprovassem sobre os relatos de Desmarquets, porém, embora os dados levantados sejam interessantes para melhor compreensão sobre a experiência francesa na Terra de Santa Cruz, nada documental encontramos.

Jean Cousin, segundo Jean Antoine Samson Desmasques⁷⁸, era um navegador francês de Dieppe - comuna francesa na região administrativa da Normandia, no departamento do Sena Marítimo - que se tornou um dos principais

⁷⁶ MARIZ, Vasco Mariz & PROVENÇAL, Lucien. **Villegaignon e a França Antártica**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. P.75.

⁷⁷ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **A França Antártica e a criação de padrões narrativos sobre o Brasil e os brasileiros**. Revista História. **Dossiê França Antártica**. São Paulo, Tomo 27 (1º semestre), 2008. p.15-27.

⁷⁸ DESMARQUETS, Jean Antoine Samson. **Mémoires chronologiques pour servir l'histoire de Dieppe et celle des navigations françaises**. Paris: Éditions Desauze, 1785.

comerciantes da dita cidade. Seus parceiros comerciantes se associaram e propuseram a Jean Cousin o comando da navegação para uma viagem de exploração.

Assim como o personagem principal desta dissertação, Jean Cointa, segundo Gaffarel, “parece ter existido vários Jean Cousin ou Cossin⁷⁹”; um deles viveu por volta de 1570, bem posterior à chegada dos portugueses na Terra Pindorama, porém, o Cousin que instiga a possibilidade dos franceses em terras fluminenses, antes mesmo dos portugueses no território brasileiro, é o do livro de Desmarquets:

Se ele tivesse nascido dois séculos depois, ou se houvesse desde a sua morte algum historiador que o tivesse conhecido... Foi ele quem deu os primeiros elementos da ciência hidrográfica (...) Cousin deixou o porto de Diepp no ano de 1488. Este capitão é o primeiro no universo que sabia, das lições de Pierre Descaliers, para avançar nos mares mais como tinham ido seus antecessores⁸⁰.

Cousin aceita a oferta dos comerciantes e põe-se a velejar em 1488 para comerciar na África Ocidental. Segundo Paul Louis Gaffarel, “para fugir das tempestades, bancos de areia e recifes próximos à costa ocidental da África, a tripulação de Cousin teria navegado para o sudoeste e, perto das Ilhas dos Açores⁸¹, uma corrente marítima o teria arrastado ao sul da Linha do Equador, até a *Terre des Parroquets* - ou Terra dos Papagaios - onde teria descoberto a foz do rio Amazonas, que passa pelo norte de Pernambuco. Na sua percepção, Gaffarel descreve que os franceses

viajaram ao Brasil anos antes de Gonville, e foram precisamente Normandos e Bretões, isto é, nossos compatriotas que teriam sido os primeiros a conhecer pela descoberta de Jean Cousin, que correu em seus passos e explorou as vicissitudes ainda desconhecidas para a região.⁸².

⁷⁹ GAFFAREL, Paul Louis Jacques. **Les découvreurs françaises du XIV au XVI siècle: côtes de Guinée, du Brésil et de l'Amérique du Nord**. Paris: Challamel et Compagnie, 1888. p. 39-63.

⁸⁰ Tradução literal: *S'il fût né deux siècles plus tard, ou s'il fût y eût eu depuis sa mort, quelqu'historien qui l'eût fait connaître. C'est lui qui a donné les premiers éléments de la science hydrographique (...) Cousin partit du port de Diepp dans le commencement de l'année 1488. Ce capitaine est le premier de l'univers qui ait su, d'après les leçons de Descaliers, prendre hauteur au milieu des mers: aussi ne ferra-t-il plus les côtes, comme avoient fait ses prédécesseurs.*

DES MARQUETS, Jean Antoine Samson. **Mémoires chronologiques pour servir l'histoire de Dieppe et celle des navigations françaises**. Paris: Éditions Desaugue, 1785. p.92-93.

⁸¹ GAFFAREL, Paul Louis Jacques. **Histoire du Brésil Français au seizième siècle**. Paris: Maisonneuve et C^{le}., 1878. p. 1-18.

⁸² Tradução literal: *voyageaient donc au Brésil plusieurs années avant Gonville, et c'étaient justement des Normands et des Bretons, c'est-à-dire ceux de nos compatriotes qui avaient dû être les*

Embora o panfleto publicado pela biblioteca Nacional descreva a possibilidade de franceses no litoral⁸³, a única base para afirmar que Jean Cousin chegou a Terra Pindorama antes dos portugueses é a obra de Desmarquets⁸⁴, escrita em 1785 - quase três séculos depois do fato narrado -, não havendo antes desta data - dentro do que pesquisamos - nenhum registro conhecido desta viagem.

Ainda segundo Gaffarel, Jean Cousin teria como companheiros um tal Pinzón e um tal Martin⁸⁵, mas não os mesmos que participaram, como capitães de duas - Pinta e Niña - das três embarcações da esquadra de Colombo, que descobriu a América em 1492.

Em 1499, Vincent Yanez Pinzón, sobrinho de Martin, empreendeu uma expedição à América⁸⁶, e dirigia-se precisamente até ao litoral que, em 1488, supõe-se que Cousin teria descoberto, com o seu tenente castelhano, também chamado Pinzón. Ainda não temos documentos para definir se foi puro acaso, coincidência acidental ou projeto premeditado, considerando que o registro mais antigo que encontramos sobre a vinda de Jean Cousin é o de Desmarquets, que também relata a possibilidade do Pinzón, tenente de Jean Crespín, ser o mesmo de Colombo⁸⁷. Porém, Gaffarel relata que o Pinzón de Crespín fora demitido pelos dieppois:

Talvez seja questionado que, se Pinzon realmente tivesse descoberto a América antes de Colombo, ele teria reivindicado para si tal homenagem

premiers informés de La découverte de Jean Cousin, qui s'élançaient sur ses traces et exploitaient les richesses encore inconnues de la région.

___ GAFFAREL, Paul Louis Jacques. **Histoire de la decouverte de l'Amerique. Deuxième partie – Les contemporains de Colomb.** Extrait des mémoires de la société Bourguignonne de géographie et d'histoire. Paris: Arthur Rousseau, 1892.

⁸³ SCHULLER, Rodolpho Riemel. **A Nova Gazeta da Terra do Brasil (Neben Zeytung auss Presillg Landt) e sua origem mais provavel.** Tradução portuguesa e a reprodução em fac-simile do precioso pamphlete pertencente à Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro. Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, vol. XXXIII (1911), p. 115-143. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1915. p.119.

⁸⁴ DESMARQUETS, Jean Antoine Samson. **Mémoires chronologiques pour servir l'histoire de Dieppe et celle des navigations françaises.** Paris: Éditions Desauge, 1785.

⁸⁵ GAFFAREL, Paul Louis Jacques. **Histoire du Brésil Français au seizième siècle.** Paris: Maisonneuve et C^{le}., 1878. p. 2-3.

⁸⁶ GUEDES, Max Justo. **Aspectos náuticos da expedição de Pedro Teixeira (1636-1639).** In: DOMINGUES, Francisco Contente; BARRETO, Luís Filipe. **A abertura do Mundo. Estudos de História dos Descobrimentos Europeus.** Lisboa: Presença, 1987. p.19.

⁸⁷ DESMARQUETS, Jean Antoine Samson. **Mémoires chronologiques pour servir l'histoire de Dieppe et celle des navigations françaises.** Paris: Éditions Desauge, 1785. p.93-97.

pelo feito como almirante antes de sua morte. Mas Pinzon [da versão de Desmarquets] fora demitido com muita vergonha de Dieppe; ele provavelmente não queria se lembrar desse negócio ruim e expor-se, pois seria negado pelos Dieppois, se ele reivindicasse a glória de ter visto a Terra Nova pela primeira vez⁸⁸.

Gaffarel ora parece concordar com a vinda de outras nações, antes mesmo de Crespin em 1488, dado a popularidade do próprio nome Brasil - depois denominado pelos portugueses - pela madeira de bonita tinta vermelha, conhecida inclusive na Itália⁸⁹.

Arquivado na Biblioteca Nacional, há um panfleto que relata, entre outras descrições sobre a Terra dos Papagaios, as comunicações com os nativos, e em um deles,

*as gentes daquela logar tambmm dizem que ás vezes chegam alli outros navios. Trazem roupas como nós. Os portugueses dizem que são francezes segundo informa o povo. E têm tambem barbas, quase todos vermelhas. E os honrados portugueses dizem que são Chíns que navegam para Malacca*⁹⁰.

Em tal versão disponível na Biblioteca Nacional, há um estudo crítico sobre tal panfleto, por quem, para quem e quando ele foi escrito e as informações que ele traz. E, desta análise, evidencia-se que foi redigido por um italiano em 1514, traduzido para o alemão e, desta língua, para o português⁹¹.

⁸⁸ Tradução literal: *Peut-être objectera-t-on que, si réellement Pinzon avait découvert l'Amérique avant Colomb, il aurait revendiqué pour lui cet honneur lors du proces qui s'éleva a la mort ele l'amiral. Mais Pinzon avait été renvoye fort ignominieusement de Dieppe; il ne voulait sans doute pas rappeler cette mauvaise affaire et s'exposer à l'alfront d'être publiquement démenti par les Dieppois, s'il réclamait pour lui la gloire d'avoir aperçu le premier la terre nouvelle.*

_____. GAFFAREL, Paul Louis Jacques. **Histoire de la decouverte de l'Amerique. Deuxième partie – Les contemporains de Colomb.** Extrait des mémoires de la société Bourguinonne de géographie et d'histoire. Paris: Arthur Rousseau, 1892. p.331.

⁸⁹ GAFFAREL, Paul Louis Jacques. **Histoire de la decouverte de l'Amerique. Deuxième partie – Les contemporains de Colomb.** Extrait des mémoires de la société Bourguinonne de géographie et d'histoire. Paris: Arthur Rousseau, 1892. p.320.

⁹⁰ SCHULLER, Rodolpho Riemel. **A Nova Gazeta da Terra do Brasil (Newen Zeytung auss Presillg Landt) e sua origem mais provavel.** Tradução portuguesa e a reprodução em fac-simile do precioso pamphleto pertencente à Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro. Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, vol. XXXIII (1911), p. 115-143. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1915. p.119.

⁹¹ SCHULLER, Rodolpho Riemel. **A Nova Gazeta da Terra do Brasil (Newen Zeytung auss Presillg Landt) e sua origem mais provavel.** Tradução portuguesa e a reprodução em fac-simile do precioso pamphleto pertencente à Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro. Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, vol. XXXIII (1911), p. 115-143. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1915. p.121-143.

Gaffarel ainda comenta que não existiam melhores intérpretes entre os franceses e os nativos que os normandos, pois, “Assim que um navio francês era avistado, eles [os nativos] se dirigiram para a costa. Eles apressaram-se em torno de nossos marinheiros, traziam novas provisões, dedicavam-lhes todo o cuidado da hospitalidade e eram engenhosos para agradá-los”.⁹².

Para escrever sobre a vinda de Jean Cousin, Desmarquets usa como fonte o relato da viagem presente nos Arquivos do Almirantado e da prefeitura da cidade de Dieppe - fonte desconhecida até então. Gaffarel descreve que esse relato de viagem teria se perdido no incêndio de 1694, em que os britânicos teriam bombardeado e incendiado a cidade e que é cheio de erros e negligências, mas foi composto em manuscritos oficiais, nas relações extraídas dos depósitos do Almirantado e no Hotel-de-Ville de Dieppe, e peca mais pelos detalhes do que pelo fundamento. “O incêndio dos Arquivos Dieppoises em 1694 é muito real, e o relacionamento de Cousin deve confiar mais no acaso que nos tornaria um dia ou outro este precioso documento”⁹³.

Percebe-se que há uma série de inconsistências sobre a viagem do francês Jean Cousin, da qual suas descrições tentam parecer a viagem de Cabral. Desmarquets coloca Jean Cousin como discípulo do célebre cartógrafo francês Pierre Descaliers⁹⁴ que, no entanto, alguns registros dizem que viveu cerca de 50 anos após esta suposta viagem, criando uma notável incoerência cronológica em relação a estes fatos. Parece ter sentido a possibilidade da existência de um certo Cousin, e que o mesmo tenha sido discípulo de Pierre Descaliers, porém, posterior ao citado navegante, considerando que também não há fontes fidedignas sobre a possibilidade da participação dos irmãos Pinzón nesta viagem, conforme

⁹² Tradução literal: *dès qu'un navire français était signalé au large, ils con aient au rivage. Ils s'empressaient autour de nos matelots, leur apportaient eles vivres frais, leur prodiguaient tous les soins de l'hospitalité et s'ingéniaient à leur plaire.*

_____. GAFFAREL, Paul Louis Jacques. **Histoire de la decouverte de l'Amerique depuis les origines jusqu'a la mort de Christophe Colomb**. Paris : Arthur Rousseau, 1892. p. 333.

⁹³ Tradução literal: *l'incendie des Archives Dieppoises en 1694 n'est que trop réel, et la relation de Cousin faut plus compter que sur le hasard qui nous rendrait un jour ou l'autre ce précieux document.*

_____. GAFFAREL, Louis Paul. **HISTOIRE DE LA DÉCOUVERTE DE L'AMÉRIQUE DEPUIS LES ORIGINES JUSQU'A LA MORT DE CHRISTOPHE COLOMB**. Tome Premier. Paris: Éditeur Arthur Rousseau, 1892. p.321-322.

⁹⁴ Cartógrafo francês do Renascimento, considerado pai da hidrografia francesa, ordenado padre, sabe-se que era próximo de Jean Ango, do círculo de exploradores de Dieppe, e que viveu em Arques-La-Bataille entre fim do século XV e meados do século XVI. “Descaliers étoit le meilleur Mathématicien & Astronome de son temps: sa mémoire jouiroit de la plus grande réputation.”

_____. DESMARQUETS, Jean Antoine Samson. **Mémoires chronologiques pour servir l'histoire de Dieppe et celle des navigations françaises**. Paris: Éditions Desauge, 1785. p.92.

Desmarquets também descreve.

Embora ainda sejam vagas as informações que afirmam a narrativa de Desmarquets, a vinda dos franceses antes da chegada dos portugueses na Terra Pindorama, através do comando de Jean Cousin, percebemos o conhecimento prévio aparente das terras, da viabilidade maior no entendimento e comunicação com os Tamoios e na locomoção pelo litoral, com mais habilidade que os portugueses em anos posteriores.

Além das frotas de Jean Cousin, há discussões sobre a vinda de outras nações antes dos portugueses em terras brasileiras, tais como as representadas pelo florentino italiano Amerigo Vespucci ou Américo Vespúcio⁹⁵, cujo primeiro nome foi homenageado na nomeação do continente americano⁹⁶; porém, nada que acrescente na discussão sobre o processo de colonização do Rio de Janeiro. Os relatos sobre a possibilidade da vinda de Jean Cousin orientam esta dissertação para a percepção da facilidade de comunicação e locomoção dos franceses no litoral brasileiro, mesmo em terras, embora demarcadas pelo Tratado de Tordesilhas, porém, não exploradas, tais como o Rio de Janeiro antes de 1531, com a vinda de Pero Lopes e Martim Afonso de Sousa.

Assim como Mariz e Provençal, Gaffarel percebe que os franceses não tinham a mesma prática de escrever para registrar oficialmente e demarcar, assegurando suas descobertas, diferente dos seus contemporâneos portugueses, haja visto os registros que temos para pesquisar sobre o protagonismo lusitano na Terra Pindorama, que lhes rendeu anos de lucro através desta exploração.

Apesar de instigante esta possibilidade de contato francês anterior à vinda dos portugueses, as bases históricas que relatam a vinda de Jean Cousin a estas terras - assim como os demais registros - contém lacunas para a pretensão de ter mais créditos que os documentos oficiais, que legitimam a primeira vinda às terras brasileiras dada pelos portugueses.

Gaffarel, em *Histoire de la decouverte de l'Amerique depuis les origines jusqu'a la mort de Christophe Colomb*⁹⁷, faz objeções à publicação de Jean Antoine Samson

⁹⁵ Nas suas cartas, percebe-se que ele chegou ao Brasil na viagem que realizou junto com Alonso de Hojeda em 1499. No entanto, de modo geral, há controvérsias sobre suas viagens. _____. Vespucci, Amerigo. **Cartas de viaje**. Luciano Formisano. Madrid: Alianza, 1986.

⁹⁶ Vale registrar que, o continente recebeu seu nome - América, no feminino - por ser comum aos nomes dos demais continentes, que tem seus nomes flexionados no gênero feminino, apesar de ser uma homenagem a um navegador do sexo masculino, Américo Vespúcio.

⁹⁷ GAFFAREL, Paul Louis Jacques. **Histoire de la decouverte de l'Amerique depuis les origines**

Desmarquets, que, em sua obra, afirma que Crespín tenha chegado a Terra Pindorama antes dos portugueses - em *Mémoires chronologiques pour servir l'histoire de Dieppe et celle des navigations françaises*⁹⁸, por não haver documentos que comprovem a viagem de Cousin em 1488 e ainda, por relacionar a vinda de Cousin à primeira visita espanhola no litoral brasileiro, por Yáñez Pinzón⁹⁹. Na análise destes relatos, percebemos confusão com o nome da segunda situação.

Sobre Binot Paulmier de Gonneville, Provençal e Mariz registram que “recentemente se contestou a existência da viagem efetuada”¹⁰⁰. Ele, comerciante e navegador normando que, segundo o arquivista e geólogo francês Marie Armand de Castéra-Macaya d'Avezac, também se lançou em uma empreitada em busca das terras das Índias¹⁰¹; em 1504, pouco depois de Pedro Álvares Cabral à Terra Pindorama chegar, Binot Palmier enviou um relato aos oficiais de Rouen em 1505 - *Relation authentique du Voyage Du Capitaine Gonneville Es Nouvelles Terres Des Indes* ¹⁰²- registrando sua viagem – organização, detalhes da embarcação, as cargas, as rotas que seguiram, seus sessenta companheiros, os desafios do tempo e das doenças que vitimaram a tripulação durante a viagem, a chegada em terras desconhecidas, a recepção e a relação com os nativos destas terras, o retorno à Honfleur, o susto com o ataque dos piratas, o naufrago da embarcação e a perda da carga e dos diários de bordo, a chegada e etc.

Segundo Armand d'Avezac, tais registros só foram encontrados mais de

jusqu'a la mort de Christophe Colomb. Paris : Arthur Rousseau, 1892. p. 342-343.

⁹⁸ DESMARQUETS, Jean Antoine Samson. **Mémoires chronologiques pour servir l'histoire de Dieppe et celle des navigations françaises.** Paris: Éditions Desaugé, 1785. p.92-97.

⁹⁹ GAFFAREL, Paul Louis Jacques. **Histoire de la decouverte de l'Amerique depuis les origines jusqu'a la mort de Christophe Colomb.** Paris : Arthur Rousseau, 1892. p. 320-323.

¹⁰⁰ MARIZ, Vasco Mariz & PROVENÇAL, Lucien. **Villegagnon e a França Antártica.** 2º edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. P.18-19.

¹⁰¹ GONNEVILLE, Binot Paulmier de. **Relation authentique du Voyage Du Capitaine Gonneville Es Nouvelles Terres Des Indes.** Campagne Du Navire L'Espoir de Honfleur, 1503 – 1505. Publ. intégralement pour la 1re fois avec une introd. et des éclaircissements par M. d'Avezac. 1869. Geneve: Sletkines reprints, 1971. p.9.

¹⁰² GONNEVILLE, Binot Paulmier de. **Relation authentique du Voyage Du Capitaine Gonneville Es Nouvelles Terres Des Indes.** Campagne Du Navire L'Espoir de Honfleur, 1503 – 1505. Publ. intégralement pour la 1re fois avec une introd. et des éclaircissements par M. d'Avezac. 1869. Geneve: Sletkines reprints, 1971.

trezentos anos depois da viagem do capitão Gonneville¹⁰³, que ele mesmo os publicou em 1847, especificando - com base nas leituras destes relatos - a Terra dos Papagaios, região que na época era habitada por nativos da tribo Carijó, onde hoje é conhecido por São Francisco do Sul, em Santa Catarina.

Poucos anos depois, segundo Mariz e Provençal, em 1550, “o armador francês Jean Ango levou da Terra dos Papagaios para a França grande quantidade de madeira pau-brasil, produtos, animais tropicais, e até alguns indígenas”¹⁰⁴. Esses navegadores informavam que os portugueses raramente saíam de suas capitâneas e que os tamoios não gostavam de como eram tratados pelos colonos portugueses. Ango, “descontente com a hostilidade dos portugueses, chegou a bloquear o porto de Lisboa com seus navios. Só desistiu por ordem expressa de Francisco I”¹⁰⁵.

Jean Ango foi armador francês que, ao assumir os negócios de seu pai, armava navios a serviços e navegava para o comércio de especiarias que encontrava nas terras em que passava. Mariz e Provençal ainda afirmam que o armador “construía um verdadeiro palácio, com terraços em estilo italiano e afrescos, graças ao comércio com vários pontos da costa brasileira (...) Na igreja de Saint-Jacques, em Dieppe, existe um baixo-relevo da época representando indígenas brasileiros com penas e cocares”¹⁰⁶.

Ango foi amigo íntimo de Francisco I, à quem forneceu embarcações para suas explorações e, durante seu reinado, em frota conjunta e isolada, promoveu guerra do corso à Espanha e à Inglaterra. Foi um dos primeiros franceses a contestar o monopólio marítimo dos espanhóis e portugueses, que se baseava na política do *mare clausum*,¹⁰⁷ praticada com fundamento no Tratado de Tordesilhas. Suas frotas contribuíram para que a França assegurasse um lugar na era dos

¹⁰³ GONNEVILLE, Binot Paulmier de. **Relation authentique du Voyage Du Capitaine Gonneville Es Nouvelles Terres Des Indes**. Campagne Du Navire L'Espoir de Honfleur, 1503 – 1505. Publ. intégralement pour la 1re fois avec une introd. et des éclaircissements par M. d'Avezac. 1869. Geneve: Sletkines reprints, 1971. p.6.

¹⁰⁴ MARIZ, Vasco Mariz & PROVENÇAL, Lucien. **Villegagnon e a França Antártica**. 2º edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p.75.

¹⁰⁵ MARIZ, Vasco Mariz & PROVENÇAL, Lucien. **Villegagnon e a França Antártica**. 2º edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p.76.

¹⁰⁶ MARIZ, Vasco Mariz & PROVENÇAL, Lucien. **Villegagnon e a França Antártica**. 2º edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p.75-76.

¹⁰⁷ Termo que descreve que o mar ou corpo de água navegável, na jurisdição de um país está vedado a outras nações, muito utilizada pelos espanhóis e portugueses para exclusividade na exploração das especiarias e riquezas das terras que conquistavam.

descobrimientos e em 1521 foi condecorado como visconde de Dieppe.

Paralelo a estas movimentações francesas, os portugueses continuavam a agir na demarcação do território, ao seu modo. Nireu Cavalcanti relata que os irmãos Martim Afonso e Pero Lopes de Sousa:

permaneceram na Guanabara por três meses, tempo suficiente para Pero Lopes pudesse fabricar pequenas embarcações, consertar outras e enviar um grupo para explorar o interior com a finalidade de colher informações sobre a existência, nesse território, de ouro e pedras preciosas (...) que construiu a primeira casa portuguesa (...) a anunciar à população indígena local que os portugueses tinham vindo para ficar¹⁰⁸.

Mas essa permanência, assim como nos primeiros anos da chegada dos portugueses na Terra Pindorama, também foi falha no que tange à estruturação e desenvolvimento de uma colônia. Como já relatado acima, a estadia dos irmãos na Guanabara foi curta - três meses -, e, mesmo com os feitos de Pero Lopes neste local, em seguida, rumaram - ele e o irmão - e aportaram em outra baía próxima, mais ao sul, onde fundaram vila e a chamaram de São Vicente. Com a criação do Regime de Capitanias¹⁰⁹ - que dava continuidade ao projeto de tomada de posse revendo a política de colonização da Terra de Santa Cruz, iniciada com a vinda da expedição dos irmãos -, esta porção de terras foi doada a seu fundador - Martim Afonso de Sousa, “enquanto Pero Lopes de Sousa ganharia uma faixa de terra de 50 léguas de costa, onde se situava a Guanabara¹¹⁰”, mas este, ainda segundo Cavalcanti, retornou a Portugal, para de lá seguir em uma nova missão oficial às Índias, delas não regressando, por ter desaparecido em um naufrágio perto da ilha de Madagascar¹¹¹.

Dessa maneira, sob a responsabilidade de Martim Afonso de Sousa, a capitania de São Vicente prosperou, e a ela foram anexadas as terras da *capitania natimorta* do irmão, ampliando ainda mais o seu território, “cujo perímetro foi

¹⁰⁸ NIREU, Cavalcanti. **O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p.21.

¹⁰⁹ CINTRA, Jorge Pimentel. **As capitanias hereditárias no mapa de Luís Teixeira**. Anais do Museu Paulista, v.23, p.11-42, São Paulo, 2015.

¹¹⁰ NIREU, Cavalcanti. **O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p.21.

¹¹¹ NIREU, Cavalcanti. **O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p.21.

identificado por frei Gaspar da Madre de Deus ao reconhecer que passara a englobar as áreas correspondentes aos domínios dos posteriores governos de Minas Gerais, Mato Grosso, São Paulo e Rio de Janeiro”¹¹², segundo Nireu Cavalcanti.

Sob a premissa de que a vinda dos irmãos Pero Lopes e Martim Afonso de Sousa tenha sido em função do reconhecimento e demarcação do território, com o início do despertar para os interesses na colonização, percebe-se que Martim Afonso, com a responsabilidade de capitão de um território ampliado, não dispunha de muitas pessoas sob seu comando, nem de recursos para manter dois núcleos urbanos - São Vicente e Guanabara - tão distantes entre si; dessa maneira, ele abandona o núcleo da Guanabara, transformado-o em fácil presa de grupos estrangeiros nele interessados. É assim que os corsários franceses, que já frequentavam o litoral praticando o escambo, aliados aos tupinambás, se apossaram da região e puseram em prática o projeto de fundar um estabelecimento colonial - denominado de França Antártica, que serviria como base militar e naval, de onde a Coroa francesa tentaria o controle do comércio com as Índias. Falaremos com mais dados adiante.

Por nunca terem aceitado as divisões que o Tratado de Tordesilhas impunha entre Portugal e Espanha, a França tentava ao menos um princípio de liberdade e comércio¹¹³ entre as nações envolvidas. Essa liberdade de trato de mercadorias estava, aliás, na dependência da recíproca vigilância das autoridades dos portos e para se imporem. Os direitos de trânsito e de comércio proporcionavam o estado de paz entre as nações, mas, ao invocar esses direitos, os franceses abusavam, atacando a navegação e se apossando das terras descobertas e possuídas por Portugal.

Desde 1549, a Terra de Santa Cruz possuía um governador-geral¹¹⁴; e, por meio deste, Portugal reagiu contra as investidas dos corsários franceses. Da primeira tentativa de colonização até sua primeira expulsão - 1555-1560, o governo

¹¹² NIREU, Cavalcanti. **O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p.22.

¹¹³ BAIÃO, Antônio. DIAS, Carlos Malheiro. **A Expedição de Cristóvam Jacques**. In: DIAS, Carlos Malheiro; VASCONCELOS, Ernesto de; GAMEIRO, Roque. **História da colonização portuguesa do Brasil**. Vol. III. **A Idade Média brasileira (1521-1580)**. Edição monumental comemorativa do primeiro centenário da Independência do Brasil. Porto-Portugal: Litografia Nacional; Rio de Janeiro: Sociedade Editora da História da Colonização do Brasil, 1924. p.59-61.

¹¹⁴ Tomé de Souza, de 1549 a 1553; Duarte da Costa, de 1553 à 1558 e Mem de Sá, de 1558 à 1572.

português tentou, por via diplomática, se entender com o governo francês sobre a retirada dos seus súditos invasores da Guanabara, sem sucesso. Assim, segundo Nireu Cavalcanti,

Portugal enviou à Guanabara, em 1560, uma esquadra sob o comando do governador-geral do Brasil, Mem de Sá, que destróçou as fortificações dos franceses e tupinambás, expulsando-os da região (...) Logo após a vitória sobre seus inimigos, Mem de Sá retirou-se, abrindo campo livre aos sobreviventes foragidos nas matas interioranas da região. Assim voltaram os poucos franceses e seus aliados a ocupar a orla da baía, onde construíram duas novas fortificações: uma, na região da Carioca, chamada de Uruçu-Mirim, e outra batizada de Paranapuam, na ilha do Gato, depois denominada Governador¹¹⁵.

Após a expulsão de 1560, o retorno dos franceses, aliados dos Tupinambás, não era orientado pelo capitão Nicolas Durand de Villegagnon - o Paicolás dos nativos que logo trataremos, pois ele havia retornado à França pouco antes da primeira expulsão da Guanabara, deixando seu sobrinho Bois-Le-Comte em seu lugar.

Essa informação encorajou a esquadra de Mem de Sá, que já conhecia a fama de Villegagnon¹¹⁶. Segundo Paul Gafarel, a ausência de Villegagnon foi informada por Jean Cointa, o senhor de Bolés, após se afastar da Ilha de Seregipe e se aliar aos colonos portugueses e Tupiniquins¹¹⁷. Paulo Knauss descreve que Bolés “viveria assim entre portugueses na capitania de São Vicente, abastecendo-os das informações necessárias acerca do potencial e das condições francesas na baía da Guanabara”¹¹⁸. Knauss ainda afirma que Bolés participou da empresa militar portuguesa de 1560, a mesma que culminaria no fim das investidas francesas da região e na destruição definitiva do forte Coligny - que habitavam - anos mais

¹¹⁵ NIREU, Cavalcanti. **O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p.22.

¹¹⁶ Representante da Ordem de Malta na França aos 21 anos, corajoso, elogiado por atos de bravura, tais como pelo sequestro de Maria Stuart (da Escócia?) e por combates no norte da África, fidalgo, formado nas letras e na experiência de uma vida aventureira, e por isso, condecorado a Vice-Almirante da Bretanha.

_____. MARIZ, Vasco Mariz & PROVENÇAL, Lucien. **Villegagnon e a França Antártica**. 2º edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p.63-67.

¹¹⁷ GAFFAREL, Paul Louis Jacques. **Histoire du Brésil Français au seizième siècle**. Paris: Maisonneuve et C^{le}., 1878. p.298.

¹¹⁸ KNAUSS DE MENDONÇA, Paulo. **O Rio de Janeiro da pacificação: franceses e portugueses na disputa colonial**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade, 1991. p.115.

tarde¹¹⁹. Trataremos mais adiante sobre Bolés, Villegagnon e a ilha em que construíram tal forte. Mem de Sá assim descreve esse momento:

Ao tempo que me queria partir dos Ilhéus veio da Capitania de São Vicente um gentil-homem francês que se chamava monsenhor de Bolés, pessoa de sangue segundo os franceses afirmavam, o qual viera de França para povoar o Rio de Janeiro onde estava outro fidalgo monsenhor Vila Ganhão que tinha feito uma fortaleza muito forte e por desavenças que com ele teve se saiu de sua companhia e se foi para São Vicente e daí veio ter comigo e me descobriu algumas ruins intenções de Vila Ganhão em prejuízo desta terra e do serviço de Sua Alteza¹²⁰.

Percebe-se o quão importante e decisiva foi a vinda dos franceses para a atenção dos portugueses sobre a necessidade de, além do reconhecimento e demarcações, a fundação e povoamento de São Sebastião, hoje Rio de Janeiro, pois foi só então que optaram pela construção de uma cidade, logo que conseguissem expulsar os franceses restantes, que como reação conjunta aos nativos Tupinambás que daquelas terras não queriam abrir mão, os franceses que haviam se refugiado ao interior do território voltaram ao litoral da Guanabara e tentaram reconstruir suas fortificações. Esta segunda investida levou o governo português a rever sua posição de protelar a ocupação da região.

Para Michel de Certeau, “as crônicas e os relatos de viagem indicam uma nova relação escriturária com o mundo: são o efeito de um saber que ‘pisa’ e percorre ‘ocularmente’ a terra para construir nela a representação”¹²¹, a compreensão, e assim, reconstruir a percepção do real, através da troca dos mitos relatados nas crônicas ainda sob efeito do obscuro da Idade Média pelos relatos sobre o desconhecido no novo mundo¹²². Para Maria Fernanda Bicalho, “a relação que estabeleceram com uma total alteridade geográfica, social e humana serviu de base

¹¹⁹ KNAUSS DE MENDONÇA, Paulo. **O Rio de Janeiro da pacificação: franceses e portugueses na disputa colonial**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade, 1991. p.115.

¹²⁰ ABN. **Documentos relativos a Mem de Sá, governador-geral do Brasil**. Rio de Janeiro: 1905. Vol. 27, 1905. p.127-280. p.134.

¹²¹ CERTEAU, Michel de. Etno-grafia. “A oralidade ou o espaço do outro: Lery”, in **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p.222. In: BICALHO, Maria Fernanda. **A Cidade e o Império: O Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.24.

¹²² BARRETO, Luis Filipe. **Descobrimentos e Renascimento. Formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI (Temas Portugueses)**. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983. p.23.

para a construção da nova identidade do homem ocidental”¹²³, e a propagação destes relatos deve-se ao surgimento da imprensa, que multiplicou pelo conhecimento e repetição a visão que os viajantes e cronistas relatavam ou repetiam do que ouviam sobre as descobertas, conquistas e conversões destas terras.

Quer pelos portugueses, quer pelos franceses, principais protagonistas desta primeira parte do século XVI na Terra de Santa Cruz, os relatos nestas crônicas são mais naturalistas que culturais ou políticos; dos viajantes estrangeiros franceses, são mais afeitos ao espírito do Renascimento¹²⁴ que dos portugueses. Segundo Bicalho, “os portugueses pouco contribuíram para o endosso, quer da geografia fantástica, quer dos mitos de conquista (...) a natureza mágica que envolveu as paragens do Novo Mundo ficava rarefeita à medida que se penetrava na América Portuguesa”. E os relatos descritos por Mem de Sá e seus contemporâneos sobre as terras de São Sebastião mostram que os motivos vão além da demarcação e imposição do território, comuns aos demais. Frei Vicente de Salvador descreve que

O Rio de Janeiro está em vinte e tres graus debaixo do tropico de Capricornio, e impropriadamente se chama rio, porque antes é um braço de mar, que alli entra por uma bocca estreita que se pode facilmente defender de uma parte a outra com artilharia; mas dentro faz uma Bahia ou enseada em que entram muitos rios e tem perto de quarenta ilhas, das quaes as maiores se povoam e as menores servem d ornar o sitio, ou de portos onde se abriguem os navios. Estas comodidades e outras muitas deste rio e Bahia, juntas com a fertilidade da terra, a faziam digna de ser povoada, quando se povoaram as mais do Brasil¹²⁵.

O historiador e cronista português Pero de Magalhães Gandavo registra que a Capitania do Rio de Janeiro

está sessenta léguas do Espírito Santo em vinte e três graus e um terço, terra d’el-Rei Nosso Senhor. Pode ter pouco mais ou menos cento e quarenta vizinhos, agora se começa de povoar novamente.

¹²³ BICALHO, Maria Fernanda. **A Cidade e o Império: O Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.25.

¹²⁴ Que cria uma nova ideia global sobre a Idade, o período que se vive com as novas descobertas e experiências, percebendo as diferenças das outras que passaram na formação da consciência ocidental.

_____. BARRETO, Luis Filipe. **Descobrimientos e Renascimento. Formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI (Temas Portugueses)**. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983. p.14.

¹²⁵ SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil: 1500-1627**. Terceira edição, revista por Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. São Paulo, Cayeiras-Rio: Melhoramentos, 1918. p.171.

Esta é a mais fértil e viçosa terra que há no Brasil. Tem terras mui singulares e muitas águas para engenhos de açúcar. Há nela muito infinito pau do brasil, de que os moradores da terra fazem muito proveito. Esta capitania tem um rio mui largo e formoso; divide-se dentro em muitas partes, e quantas terras estão ao longo dele se podem aproveitar, assim pera roças de mantimentos como pera canas-de-açúcar e algodões, porque são mui viçosas e melhores de quantas há por toda esta costa (...) porque são como digo as terras desta capitania mui largas, e sabem quão proveitosas são para toda gente pobre que as for possuir. E por tempo hão de se fazer nelas grandes fazendas: e os que lá forem viver com esta esperança não se acharão enganados¹²⁶.

Além deles, aventureiro alemão que foi nomeado comandante da fortaleza de Bertioga - capitania de São Vicente - por Tomé de Souza, Hans Staden, que em 1546, em uma frota de 28 embarcações, deixou o Havre para a Terra de Santa Cruz, com objetivos comerciais, e que após ser capturado pelos Tupinambás, esteve no Rio de Janeiro em 1550, e o descreve a partir da grande serra do morro da Urca, hoje Pão de Açúcar:

Há uma grande serra, que se estende a 3 milhas do mar, em alguns logares mais longe, em outros talvez mais perto e que chega mais ou menos até a altura de Boiga de Todolos Sanctus, um lugar assim chamado, onde os portugueses edificaram e moram. Esta serra estende ao longo do mar exactamente 204 milhas, até a altura do 29º gradus do lado do Sul da linha Equinoxial, onde termina. Em alguns logares, tem ella oito milhas de largura. Por detraz da serra há um planalto. Descem bonitos rios dessa serra e há nela muita caça. Na serra habita uma casta de selvagens que se chama Wayganna. Estes não têm habitações fixas como os outros, que moram deante e por detraz da serra (...) Há também muito mel silvestre, na serra, servindo de alimento (...) Têm elles – os selvagens Tuppin Inba – as suas habitações em frente da grande serra, junto ao mar. Também por detráz da serra da mesma serra estende-se o seu domínio, cerca de 60 milhas.¹²⁷

O relato de Staden é o primeiro grande documento sobre os hábitos de algumas culturas nativas do continente, sobretudo pela forma detalhada e bastante minuciosa como narra sua experiência. Percebe-se que o trecho acima se trata do território do Rio através da localização dos selvagens - Tuppin Inba - pelos quais foi

¹²⁶ GANDAVO, Pero de Magalhães. **Tratado da Terra do Brasil: História da Província de Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos de Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008. p.47.

¹²⁷ STADEN, Hans. **Viagem ao Brasil**. Versão do texto de Marpurgo, de 1557, por Alberto Lofgren. Publicações da academia brasileira. Rio de Janeiro: Officina Indurtrial Graphica, 1930. p.133-134.

capturado e quase devorado.

Até então, foram discutidas viagens de reconhecimento feitas por Jean Cousin - no fim do século XV, por Palmier de Gonneville, em 1504, por Jean Ango - em 1509, e as descrições do local e sua gente, por Hans Staden - em 1546; navios corsários ou de comércio, procedentes da França, que frequentavam o litoral brasileiro. Sobre o assunto, ainda motivo de vivas controvérsias, há discussões minuciosas e esclarecedoras nos trabalhos de Alphonse de Beauchamp¹²⁸, Paul Gaffarel¹²⁹, Mário de Lima Barbosa¹³⁰, Robert de Billy¹³¹ e Juliette Monbeig¹³² – neste, a historiadora francesa fixa aspectos inéditos da viagem de Binot Palmier de Gonneville ao Brasil.

De 1530 em diante, todavia, normandos e bretões, particularmente, já demonstravam sua preferência pela região compreendida entre Porto Seguro, Cabo Frio e São Vicente. Por aí dirigiam os seus barcos, em viagens puramente de negócios ou de pirataria. Trocavam mercadorias e ferramentas, e nessas incursões mercantis e exploratórias, o que menos importava aos franceses era a soberania de Portugal, e o que mais os preocupava conquistar era a boa relação com os nativos. Dessa maneira, limitavam-se, na época, ao simples comércio com os indígenas, no exercício do qual a posse da terra era rigorosamente respeitada. Normalmente mantinham os navios e a gente das tripulações à distância do litoral, não somente para evitarem a desconfiança dos aborígenes, mas, também, a natural hostilidade dos portugueses.

Sobre os relatos dos marinheiros das cidades francesas de Dieppe, Honfleur e Rouen, de frequentarem as águas brasileiras nas primeiras décadas do século XVI para fazer comércio e de lá levar alguns indígenas e a madeira de tintura tão apreciada naquela época, percebemos as dúvidas que pairam também sobre a data correta dos primeiros passos, do descobrimento da baía da Guanabara pelos europeus, que envolve a versão precursora da expedição de Gonçalo Coelho, de

¹²⁸ BEAUCHAMP, M. Alphonse de. **Histoire du Brésil**. Vol. 3 Paris: D'Alexis Eymery, 1878.

¹²⁹ GAFFAREL, Paul Louis Jacques. **Histoire du Brésil Français au seizième siècle**. Paris: Maisonneuve et Cie., 1878.

¹³⁰ BARBOSA, Mário de Lima. **Les français dans l'Histoire Du Brésil**. (traduction ET adaptation de l'original brésilien par Clément Gazet). Paris: Albert Blanchard, 1923.

¹³¹ BILLY, Robert de. **Les français et le Brésil au XVI Siècle**. Paris: 1955.

¹³² MONBEIG, Juliette. **Normandos no Brasil**. In: Revista *O Cruzeiro*, p.45-50. Rio de Janeiro: 19 de outubro de 1963.

1502, deixando menos evidente ainda a possibilidade de planos sobre uma instalação durável nestas terras, como a de Villegagnon. Com a vinda de sua frota, que será relatada com mais precisão adiante, a Terra de Santa Cruz tornaria-se desaguadouro das lutas e discórdias políticas, religiosas e militares que, no mesmo período, varriam e ensanguentavam a Europa¹³³.

A região da Guanabara, tão valorizada pelas crônicas dos estrangeiros franceses nas oportunas vindas pela tentativa de sua colonização foi motivo de ameaça para os portugueses, que passaram a perceber esta área com mais atenção.

A primeira tentativa de expulsão dos franceses por Mem de Sá - em 1560, que como já relatado acima, destruiu suas fortificações conjuntas aos Tupinambás, após retirar-se com sua tropa, abriu espaço para os sobreviventes retornarem e construírem novas fortificações. Os remanescentes da França Antártica sobreviviam espalhados na região, com apoio dos nativos, e a situação tornava-se difícil novamente para os portugueses, que já haviam percebido a importância da Guanabara em seus planos de colonização. Dessa maneira, o governo teve que rever sua posição de protelar a ocupação da região, nomeando Estácio de Sá para atacar e tomar de assalto o Morro da Glória, sob a incumbência de repelir esses rivais europeus, contando com o apoio de homens da capitania de São Vicente e dos valentes índios Temiminós - liderados por Araribóia. Estácio de Sá, sobrinho do governador geral, aceita a empreitada proposta, chega a Salvador em 1563, com a incumbência de rumar para o sul e expulsar definitivamente os franceses remanescentes, na Baía da Guanabara, e ali fundar uma cidade. Com os desafios do início da colonização, apenas dois anos depois, em 1565, com reforços da Bahia, do Espírito Santo, da então Capitania de São Vicente e, com o auxílio dos jesuítas, conseguiu reunir uma força de ataque para cumprir a sua missão.

Cavalcante registra, entre os feitos de Estácio de Sá, que

assentada a cidade provisória, Estácio de Sá organizou-lhe uma mínima estrutura político-administrativa e judiciária. Foram então nomeados o ouvidor, o escrivão de sesmarias, o tabelião e outras autoridades. Constituída essa estrutura básica, deu-se início à distribuição das terras em forma de sesmarias, tendo em vista o

¹³³ Sobre estes conflitos, trataremos mais adiante para contextualizar o momento europeu e suas influências na América Portuguesa.

desenvolvimento da futura cidade. Duas dentre elas, coladas uma à outra, foram doadas no mesmo mês de julho: a primeira, no dia 1º, foi entregue à Companhia de Jesus, medindo duas léguas em quadra; a segunda, medindo uma légua e meia por duas - portanto menor que sua vizinha -, foi destinada pelo próprio Estácio de Sá ao “rocio e termo” da cidade. A velha casa de pedra construída por Pero Lopes de Souza em 1531 tornou-se o marco inicial para a medição da sesmaria do rocio da cidade, em cujo interior deveria obrigatoriamente se levantar a urbe de São Sebastião¹³⁴.

Estácio de Sá lança, então, os alicerces da cidade do Rio de Janeiro; um “decisivo impulso para a conquista do sítio” e para que os novos moradores pudessem assentar os fundamentos da nova cidade. A Guanabara foi o ponto escolhido para sua implantação, bem à margem do imenso espelho d’água do oceano Atlântico, entre o Pão de Açúcar e o Morro Cara de Cão - hoje São João - entre a orla e o interior, e ali construir rústicas fortificações e modestas casas, por razões estratégico-militares, onde lhes proporcionava “boa visibilidade para controlar os núcleos inimigos situados na Carioca” e que oferecia condições favoráveis de movimentos para suas embarcações. Tal fato, em março de 1565, batizou e escolheu São Sebastião como padroeiro do povoado, em homenagem ao rei que então governava Portugal. Nireu Cavalcanti relata que Estácio de Sá, se bem sucedido da incumbência pelo rei,

se converteria no primeiro governador da capitania a ser constituída. (...) após os acertos necessários, suas tropas desembarcaram nas terras da Guanabara em 1 de março de 1565, na altura do sopé do morro Cara de Cão, local hoje denominado Urca. Sem dúvida a região da Guanabara respondia satisfatoriamente às premissas econômicas, geopolíticas e militares nas quais o rei, secundado por seus conselheiros, se baseara para fundar a cidade. O local permitia a instalação de um excelente porto, fundamental para o comércio atlântico; suas características geográficas facilitavam a defesa contra ataques estrangeiros; sua estratégica situação tornava possível o controle da extensa orla marítima que ia daquele ponto ao extremo sul da costa, além de permitir a interiorização no continente, em busca de metais e pedras preciosas¹³⁵.

O padre José de Anchieta, jesuíta da Companhia de Jesus, fundada por Inácio de Loyola, registra as primeiras iniciativas para que a esquadra de Estácio de Sá se

¹³⁴ NIREU, Cavalcanti. **O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p.23.

¹³⁵ NIREU, Cavalcanti. **O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p.22.

estabilizasse nas terras:

começaram a roçar em terra com grande fervor e cortar madeira para a cerca, sem querer saber dos Tamoios nem dos Franceses, mas como quem entrava em sua terra, se foi logo o capitão-mor a dormir em terra, e dando ânimo aos outros para fazer o mesmo, ocupando-se cada um em fazer o que lhe era ordenado por ele, a saber: cortar madeira, e acarretá-la aos ombros, terra, pedra, e outras cousas necessárias para a cerca, sem haver nenhum que a isso repugnasse (...) desde o capitão-mor até o mais pequeno todos andavam e se ocupavam em semelhantes trabalhos; e porque naquele lugar não havia mais que uma légua de água ruim, e esta era pouca, o dia que entramos choveu tanto que se encheu, e rebentaram fontes em algumas partes, de água boa num poço, que logo se fez; e como esta esteve em termos de se poder beber, secou-se de todo a lagoa, e além disto se achou uma fontezinha num penedo d'água muito boa, com que todos se alegraram muito, e se vão firmando mais na vontade que traziam de levar aquela obra a cabo, vendo-se tão particularmente favorecidos da Divina Providência¹³⁶.

Cavalcanti ainda informa que nem o *Foral* nem o *Regimento* dos quais Estácio de Sá deveria estar munido, “apesar de citados na documentação referente às sesmarias, jamais foram localizados, restando a dúvida se realmente o fundador da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro trouxera-os ou não consigo”¹³⁷.

As hostilidades entre franceses e portugueses com seus respectivos aliados indígenas - Tupinambás e Termiminós de Araribóia - duraram quase dois anos, resumindo-se a esporádicos encontros nas praias e, sobretudo, a combates navais; porém, apenas com a chegada da esquadra comandada por Cristóvão de Barros, com o apoio de homens da capitania de São Vicente, dos valentes nativos mobilizados pelos padres jesuítas - José de Anchieta e Manuel da Nóbrega - e com reforços comandados pessoalmente pelo governador geral, Mem de Sá, que veio da capital da colônia, é que as lutas decisivas para a expulsão dos franceses da Guanabara foram iniciadas em 20 de janeiro de 1567, dia escolhido por ser o do padroeiro da cidade.

Estácio de Sá dirige as tropas contra as fortificações de Uruçumirim - atual

¹³⁶ ANCHIETA, José de. **Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933. p.567.

¹³⁷ No tocante a fundação de cidades, o governo português instruía a autoridade responsável destes dois importantes documentos, o *Regimento* e o *Foral*. Estes estabeleciam as normas jurídicas, administrativas e de estruturação do poder local, além de traçarem diretrizes gerais para a escolha do sítio e constituição da vila ou cidade.

____ NIREU, Cavalcanti. **O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p.23.

praia do Flamengo - e trava os combates, enquanto Mem de Sá, seu tio, toma de assalto a ilha de Paranapuã. Aniquilando a aliança dos franceses com os Tupinambás, a batalha final custou sacrifício de muitos e feriu Estácio de Sá por uma flecha envenenada, que lhe vazou um olho, levando-o ao óbito um mês depois, em 20 de fevereiro. Com a conquista definitiva da Guanabara pelos portugueses, Mem de Sá, dois anos após ser fundada a cidade de São Sebastião - no morro de Cara Cão, transfere o Rio de Janeiro para ser reinstalado no então denominado Morro do Descanso - que também foi chamado de Alto da Sé, Alto de São Sebastião e, depois, Morro do Castelo. Era localizado de frente a ilha de Serecipe, escolhida por Villegagnon, e de lá, era possível estruturar uma defensiva mais firme em caso de novas tentativas de invasão pelos franceses; do local se via a Baía da Guanabara, porta de entrada da cidade.

Fisicamente, o Morro do Castelo não existe mais; após pequenas derrubadas para realização de aterros na cidade, o morro foi demolido em 1921, para reformas na cidade e obras de comemoração do 1º Centenário da Independência do Brasil. Os registros mostram que a cidade no morro se desenvolveu bastante. Murado e fortificado, contava com prédios como a Casa da Câmara e Cadeia, a Casa do Governador, o colégio e as igrejas dos Jesuítas, os armazéns e a igreja de São Sebastião; com o tempo, os moradores tiveram que ocupar regiões vizinhas, como áreas planas que ficavam entre morros vizinhos. Segundo Maurício de Abreu, a igreja de São Sebastião era onde foi instalada a primeira Sé Catedral da cidade, e junto à qual estava o marco de pedra da fundação da cidade, trazido do primitivo estabelecimento no sopé do Morro Cara de Cão, assim como os restos mortais do fundador do Rio, Estácio de Sá¹³⁸.

E, assim, a cidade de São Sebastião, logo, Rio de Janeiro, se desenvolve num formato voltado para uma estratégia prática, repleta de adaptações e imprevistos, reescrevendo desta vez, ao modo do império português, a história daquele território, que outrora fora tão almejado pelas ambições políticas e religiosas dos franceses liderados por Villegagnon; mas sobre esta empreitada, falaremos a seguir:

1.3 A instalação da França Antártica

¹³⁸ ABREU, Maurício de. **A Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar, 1987. p.97.

Conhecida como tentativa francesa de estabelecer, com a ajuda dos Tamoios, uma colônia no território litoral, sabe-se hoje, pertencente ao estado do Rio de Janeiro. O nome - França Antártica - possivelmente em oposição simétrica a linha do equador, de acordo com a informação do dicionário, que descreve a palavra a partir do grego *anti-árktos* - ártico/antártico. Ou, ainda em oposição à linha do equador, “as margens do rio Sena e do Rio de Janeiro como que se espelham mutuamente (...) do outro lado do mundo”, segundo a descrição de Monique Augras¹³⁹. Aparentemente, tal nome foi invenção do próprio Nicolas Durant de Villegagnon.

Quer iniciada por Jean Cousin no final do século XV, quer por Paulmier de Gonneville ou outros franceses nos anos iniciais do século XVI, outros fatores contribuíram para as ideias iniciais e ambiciosas sobre as possibilidades da França Antártica.

Rodrigo Bentes Monteiro comenta que por várias concessões papais, Portugal e Espanha defendiam e buscavam para si o monopólio da navegação oceânica.

De maneira genérica, os argumentos defendidos pela posição portuguesa eram: o da prioridade das suas navegações (invocando a ocupação original); a posse e uso em que estavam a usufruir dessas navegações (invocando a prescrição); a doação pontifícia (a eficácia da concessão ou privilégio), e por fim, a conquista (o argumento da guerra justa). Porém, tudo dependia do êxito em se provar que algo naturalmente comum – o mar – podia ser objeto de apropriação particular, mesmo que esse particular fosse um príncipe, soberano em seus domínios¹⁴⁰.

Com base nestas ideias, os portugueses tentaram, ao longo do século XVI, delimitar o território dividido com a Espanha - logo chamado Terra de Santa Cruz -, se garantindo por armas e alianças com algumas tribos nativas simpáticas. Esta situação proporciona a reflexão sobre o conceito de propriedade privada, de acordo com Quentin Skinner, que analisa na *teoria tomista* - de São Tomás de Aquino - que o direito de possuir bens da sociedade política sempre fora tratado como parte da lei da natureza, mas,

¹³⁹ AUGRAS, Monique. **Imaginária França Antártica**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 19-34, jul. 1991. ISSN 2178-1494. p.20.

¹⁴⁰ MONTEIRO, Rodrigo Bentes. **O Rei no Espelho: a Monarquia Portuguesa e a Colonização da América: 1640-1720**. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2002. p.203.

uma vez admitido que a lei das nações simplesmente representa um aspecto da lei humana positiva, (...) a propriedade privada teria sido primeiro instituída por uma autoridade em nada superior à das leis que os homens editam para si mesmos após a constituição das repúblicas. Uma vez aceito que a lei das nações representa um aspecto da lei humana positiva (...) ela tem de poder ser formulada de modo a compor um código legal especial para regulamentar as relações entre diferentes sociedades.¹⁴¹

Como já registrado anteriormente, os franceses não reconheciam os tratados de posse territorial e demarcações marítimas dos portugueses e espanhóis, e tampouco os fundamentos do *mare clausum* nos quais se baseavam. Desde o início do século XVI, segundo Provençal, “os portugueses raramente saíam de suas capitanias e os Tamoios não gostavam de como eram tratados pelos colonos portugueses”¹⁴². Essa dispersão territorial, através da desorganização política e administrativa do império, por conseguinte, desestruturava a possibilidade de um modelo único de administração, despreparado para acolher instituições de origens diversas em territórios múltiplos, de acordo com as intenções e oportunidades de ocupação. Rodrigo Bentes Monteiro descreve que “o esquema tradicional de se organizar o poder mediante uma rede de funcionários com competências bem estabelecidas era incompatível com a grandeza dos espaços a serem dominados, bem como com a variedade de situações a serem enfrentadas”¹⁴³. Com mais detalhes, ainda segundo Bentes Monteiro,

a contenção de recursos no plano político e administrativo, a delegação a outrem de poderes menos relevantes ou a utilização de mecanismos mais informais, podiam significar uma diminuição decisiva de esforços. Isso resultaria num império heterogêneo e descentralizado, com muitos centros políticos relativamente autônomos. A “arquitetura” imperial era assim voltada para uma estratégia prática - repleta de adaptações e imprevistos - dirigida para a sobrevivência de cada parte de maneira auto-suficiente, ligando por meio de longas e perigosas viagens um conjunto vastíssimo de territórios a um centro político pequeno e cada vez

¹⁴¹ SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno I**. Revisão técnica: Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.430-431.

¹⁴² MARIZ, Vasco Mariz & PROVENÇAL, Lucien. **Villegagnon e a França Antártica**. 2º edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p.75

¹⁴³ MONTEIRO, Rodrigo Bentes. **O Rei no Espelho: a Monarquia Portuguesa e a Colonização da América: 1640-1720**. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2002. p.204.

mais desgastado.¹⁴⁴

Tal instabilidade foi relatada nas diversas *histórias de aventuras dos navegadores* em terras estranhas, contadas na França, que tanto agradavam as curiosidades de Francisco I e Henrique II¹⁴⁵. Dessa maneira, o projeto de expedição à Terra de Santa Cruz, apresentado por Villegagnon a Henrique II se tornou interessante e viável, pois Villegagnon já tinha grande credibilidade por, entre outras conquistas, terminar recentemente sua missão de fortificar o Porto de Brest¹⁴⁶ e se tornar o comandante geral de Gales – que fica no sudoeste da Bretanha.

A preparação da expedição foi sigilosa, e a vinda de Villegagnon só se propagou anos mais tarde, com as crônicas publicadas por seus companheiros de expedição. Por estes motivos, talvez, Villegagnon só viera receber o título de vice-rei do Brasil¹⁴⁷ por biógrafos posteriores a sua existência, tais como Arthur Heulhard¹⁴⁸, no final do século XIX, Leonce Peillard¹⁴⁹, no final do século XX - ambos na França - e Chermont de Brito¹⁵⁰, no Brasil, também final do século XX.

Mariz e Provençal registram que Henrique II foi nebuloso em sua designação, e que “a nomeação nestes termos deixou Villegagnon como dono do seu destino, mas ao mesmo tempo deu-lhe a responsabilidade total de seus atos”¹⁵¹. A tripulação da pequena frota, segundo Augusto Tasso Fragoso, veio em dois grandes navios armados com artilharia e uma naveta, embarcação de transporte de carga e

¹⁴⁴ MONTEIRO, Rodrigo Bentes. **O Rei no Espelho: a Monarquia Portuguesa e a Colonização da América: 1640-1720**. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2002. p.204-205.

¹⁴⁵ GAFFAREL, Paul Louis Jacques. **Histoire du Brésil Français au seizième siècle**. Paris: Maisonneuve et C^{le}., 1878. p.183.

¹⁴⁶ Cidade francesa localizada na região da Bretanha, sede do departamento de Finistère.
_____. MARIZ, Vasco Mariz & PROVENÇAL, Lucien. **Villegagnon e a França Antártica**. 2º edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p.77.

¹⁴⁷ Tradução literal: *vice-roi d'Brésil*.

¹⁴⁸ HEULHARD, Arthur. **Villegagnon, roi d'Amerique, un homme de mer au XVI siècle**. edições Leroux. Paris, 1897.

¹⁴⁹ PEILLARD, Leonce. **Villegagnon, vice-amiral de Bretagne, vice-roi du Brésil** Edições Perrin. Paris, 1991.

¹⁵⁰ BRITO, Chermont de. **Villegagnon, o Rei do Brasil**. 2º edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002.

¹⁵¹ MARIZ, Vasco Mariz & PROVENÇAL, Lucien. **Villegagnon e a França Antártica**. 2º edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p.79.

mantimentos¹⁵² e era heterogênea em sua constituição, já que foi difícil encontrar voluntários para seguir viagem. Segundo Lucien Provençal,

Villegagnon percorreu as prisões do Norte da França, prometendo liberdade aos que aderissem a expedição, e essa baixa qualidade de seus seguidores iria causar-lhe não poucas dificuldades. A tripulação (...) era de seiscentas pessoas aproximadamente, número elevadíssimo para tão exígua frota. Levava ele uma guarda pessoal de escoceses que lhe foi fiel e muito útil nos momentos difíceis que iria encontrar no Rio de Janeiro. (...) Viajaram pouquíssimas mulheres com seus maridos, o que constituiria depois grave falha no planejamento da expedição (...) diversos colaboradores de algum mérito e operários especializados, além de André Thevet. Os mais importantes foram o seu sobrinho Boissy, seigneur de Bois-le-Comte, e Nicolas Barré, ex-piloto e homem culto que atuou como uma espécie de secretário da França Antártica e escreveu até um pequeno livro a respeito. Vieram também dois beneditinos, bons conhecedores de botânica que criaram a primeira escola católica na Guanabara. Viajou também como intérprete da expedição um índio tabajara, que havia sido levado para a França anos antes e se casara com uma francesa. O pobre rapaz não teve sorte e nem foi de grande serventia, pois falava o dialeto dos *margageats* (maracajás), que era bem diferente do idioma dos seus inimigos, tupinambás, que residiam na região da Guanabara. Poucas semanas depois da chegada, os tupinambás se apoderaram dele, assaltaram-no e o comeram, o que resultou em séria briga entre Villegagnon e o cacique Cunhambebe sobre o problema da antropofagia. Os dialetos das diversas tribos eram bem diferentes¹⁵³.

Com apoio de amizades de alto prestígio e influência, entre os quais, o almirante da França, Gaspard de Coligny, conde de Châtillon, do apoio material do rei Henrique II, da adesão de ilustres personalidades da nobreza, interessadas nos frutos do difícil empreendimento, que a princípio, consistia na ambição de expulsar os portugueses da Terra de Santa Cruz - que já tinham iniciado seu processo de colonização em 1549 -, instalar diversos núcleos colonizadores para comercializar com a metrópole e interferir para se garantir no comércio marítimo de especiarias já monopolizado pelos portugueses. Tal projeto se denominou por França Antártica.

Deixaram o porto de Havre, com manifestações de confiança e entusiasmo, em 12 de julho de 1549¹⁵⁴; porém, mais depressa do que se esperava, os ventos

¹⁵² FRAGOSO, Augusto Tasso. **Os franceses no Rio de Janeiro**. 3º edição. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004. p.29.

¹⁵³ MARIZ, Vasco Mariz & PROVENÇAL, Lucien. **Villegagnon e a França Antártica**. 2º edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p.79 e 86.

¹⁵⁴ MARIZ, Vasco Mariz & PROVENÇAL, Lucien. **Villegagnon e a França Antártica**. 2º edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p.83-84.

encarregaram-se de mostrar quão difícil e arriscada era a empresa, como relata Paul Louis Jacques Gaffarel:

O reparo no navio levou três semanas. No início de agosto houve uma segunda partida: mas a fatalidade parecia estar furiosa contra Villegaignon. Os ventos eram tão contrários que a esquadra foi obrigada a retornar uma segunda vez para Dieppe, e o deixou definitivamente apenas em 14 de agosto. Para homens supersticiosos, como eram e ainda são nossos marinheiros, essa série de acidentes e percalços foi um mau presságio.¹⁵⁵

Por duas vezes, a pequena frota teve de se abrigar em Dieppe, para fugir dos temporais e proceder reparos em suas unidades, até que, finalmente, rumaram para o continente americano em 14 de agosto de 1555. O mau presságio que acreditavam ser os marujos estes ventos contrários, a tentativa de passagem pela Ilha de Ténériffe¹⁵⁶, em que Gaffarel descreve que Villegaignon queria parar por ali para levar água e comida fresca, sendo recebido e cumprimentado pelo fogo da cidadela, marcaram o percurso da frota de Villegaignon; ainda que sua tripulação de Villegaignon não fizera com intuito hostil, de provocação, as Canárias já pertenciam a Espanha, e a França estava em guerra com os espanhóis¹⁵⁷.

Paul Louis Jacques Gaffarel também registra um fato narrado por Barré, que não percebemos nas leituras das biografias de Villegaignon:

Como não conseguiram, desde a partida da França, renovar o fornecimento de água e a temperatura produziu uma rápida decomposição, tiveram muito que sofrer. "Quando bebemos dessas águas", escreve Barré ingenuamente, "tivemos que fechar os olhos e abrir nossos narizes". O escorbuto declarou-se a bordo dos navios. Quase cinquenta pessoas foram afetadas, cinco das quais morreram. Villegaignon, com uma prudência que honra sua perspicácia, mas que não elogia seu caráter, apressou-se a mudar de navio para ter

¹⁵⁵ Tradução literal: *La réparation des navires demanda trois semaines. Au commencement d'août eut lieu un second départ: mais la fatalité semblait s'acharner contre Villegaignon. Les vents furent si contraires que l'escadre fut obligée de retourner une seconde fois à Dieppe, et n'en partit définitivement que le 14 août. Pour des hommes superstitieux, comme l'étaient et le sont encore nos marins, cette série d'accidents et de contretemps était d'un bien mauvais augure.*

_____. GAFFAREL, Paul Louis Jacques. **Histoire du Brésil Français au seizième siècle**. Paris: Maisonneuve et C^{le}., 1878. p.179.

¹⁵⁶ Maior ilha do arquipélago das Canárias, com 908.555 habitantes, pertencente à Espanha e localizada a Noroeste do continente africano.

¹⁵⁷ GAFFAREL, Paul Louis Jacques. **Histoire du Brésil Français au seizième siècle**. Paris: Maisonneuve et C^{le}., 1878. p.180.

menos a temer a epidemia. Hoje em dia, um líder que abandona seu posto no momento do perigo seria estigmatizado pela opinião pública: no século XVI, ainda achamos essa conduta bastante natural, e Barré, que preservou essa característica, a salva sem a mais pouco pensamento. A continuação do calor e a ausência de água poderiam ter se tornado muito perigosas. Felizmente, as tripulações conseguiram inúmeros peixes, e essa comida saudável os consolou.¹⁵⁸

Seria anacronismo julgar a atitude de Villegagnon com os valores atuais; por isso, apenas registramos este fato como mais um dos dados biográficos sobre o navegador, que só foi citado por Gaffarel, em *Brésil Français au Seizième Siècle*, que se baseou nas cartas de Nicolas Barré¹⁵⁹.

Segundo as cartas de Barré¹⁶⁰ e as crônicas do padre André Thevet - que já havia¹⁶¹ feito duas viagens à Terra de Santa Cruz¹⁶², a tripulação de Villegagnon chegou em 10 de novembro de 1555. Lery afirma que, antes de pisar na Guanabara, a expedição passou por Cabo Frio¹⁶³. Há divergências entre as narrativas - de Nicolas Barré, de André Thevet e de Jean de Lery - sobre o primeiro desembarque da tripulação ter sido na Ilha Ratier – ou Ilha da Laje, mas o depoimento de Barré é mais claro, relatando o levante de um forte de madeira em uma ilha onde guardou

¹⁵⁸ Tradução literal: *Comme ils n'avaient pu, depuis leur depart de France, renouveler leur provision d'eau, et que la température produisait une rapide décomposition, ils eurent beaucoup à souffrir. / Quand nous buvions d'icelles eaues, écrit naïvement Barré, il nous falloir boucher les yeux et estouper le nez. / Le scorbut se déclara même à bord des navires. Près de cinquante personnes en furent atteintes, dont cinq moururent. Villegaignon, avec une prudence qui honore sa perspicacité, mais qui n'est pas à l'éloge de son caractère, s'empresse de changer de navire pour avoir moins à redouter l'épidémie. De nos jours un chef qui abandonnerait ainsi son poste au moment du danger serait stigmatisé par l'opinion publique: Au xvie siècle, on trouvait encore cette conduite toute naturelle, et Barré, qui nous a conserve ce trait, l'enregistre sans la plus petite réflexion. La continuation des chaleurs et l'absence d'eau auraient pu devenir très-dangereux. Par bonheur, les équipages purent se procurer des poissons en abondance, et cette saine nourriture les reconforta.*

_____. GAFFAREL, Paul Louis Jacques. **Histoire du Brésil Français au seizième siècle**. Paris: Maisonneuve et C^{le}., 1878. p.181-182.

¹⁵⁹ Piloto francês de religião protestante que estava entre os homens recrutados por Villegagnon. Nicolas Barré, da França Antártica enviou duas cartas a Paris, a primeira em 1555 - *Discours de Nicolas Barré sur la navigation du Chevalier de Villegagnon en Amérique* - e a segunda, um ano mais tarde, em 1556. Ambas publicadas, posteriormente em 1557.

¹⁶⁰ BARRÉ, Nicolas - **Discours sur la navigation du chevalier de Villegagnon em Amérique**. Paris: Editor Le Jeune, 1558.

¹⁶¹ THEVET, André. **As singularidades da França Antártica**. Tradução de Eugênio Amado. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

¹⁶² MARIZ, Vasco Mariz & PROVENÇAL, Lucien. **Villegagnon e a França Antártica**. 2º edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p.83.

¹⁶³ LÉRY, Jean de. **Viagem à terra do Brasil**. Trad. Sérgio Millet segundo a edição de Paul Gaffarel. 2ª ed. Biblioteca Histórica Brasileira VII. São Paulo: Martins, 1951.

parte de sua artilharia, estrategicamente para defenderem-se dos eventuais ataques inimigos, e, em outra, pôs o restante da sua guarnição e a tripulação que o acompanhava:

O lugar é naturalmente bonito e fácil de manter, porque a entrada é estreita, fechou dois costez de duas cadeias de montanhas. No meio desta entrada (que é possível um largo da liga) há uma pedra de trinta pés de comprimento e sessenta pés de largura, sobre a qual Monsieur de Villegaignon fez um forte de madeira, colocando ali parte de sua artilharia. para impedir que os inimigos os prejudiquem. É tão categórico que todos os navios do mundo estarão ancorados. A Ille está repleta de pradarias e ilhas tão lindas, decoradas com madeira que se alinham em verde: a uma delas (ao alcance do canhão que ele reforçou) põe o resto de sua artilharia e todo o seu povo, temendo que se fosse colocado em terra firme, os selvagens não teriam nos despedido para ter seus bens.¹⁶⁴

Embora Nicolas Barré não nomeie as ilhas citadas, comparando as narrativas de André Thevet e de Jean de Lery - um padre e um pastor calvinista -, que mostraram sua rivalidade nas discrepantes versões das edições dos seus livros, percebe-se que é sobre a Ilha da Laje e a Ilha das Palmeiras¹⁶⁵ que ele relata na primeira das cartas enviadas aos seus amigos e publicada por Gaffarel¹⁶⁶. As cartas de Nicolas Durand de Villegaignon relatando sua chegada na Terra de Santa Cruz poderiam, talvez, descrever detalhes com mais precisão, mas, embora também tenham sido mencionadas por Mariz e Provençal, não as encontramos.

A recepção organizada pelos nativos Tamoios, que, segundo Barré, na linguagem deles, saudavam os franceses, adiantou a acomodação e adaptação dos estrangeiros na instalação do projeto França Antártica¹⁶⁷, que, para Lucien

¹⁶⁴ Tradução literal: *Le lieu est naturellement beau et facile à garder, à raison que l'entrée en est étroite, close des deux costez de deux haults monts. Au milieu de ladicte entrée (qui est possible demy lieue de large) il y a une roche longue de cent pieds, et large de soixante, sur laquelle monsieur de Villegaignon a fait un fort de bois, y mettant une partie de son artillerie pour empêcher que les ennemis ne viennent les dommager. Celle est tant spatieuse que tous les navires du monde y seroient à l'ancre seurement. Icelle est semée de préaux et isles tant belles, garnies de bois tousiours verd : à l'un desquels (estant à la portée du canon de celui qu'il a fortifié) a mis le reste de son artillerie et tous ses gens, craignant que s'il se fust mis en terre ferme, les sauvages ne nous eussent saccagé pour avoir sa merchandise.*

_____. GAFFAREL, Paul Louis Jacques. **Histoire du Brésil Français au seizième siècle**. Paris: Maisonneuve et C^{le}., 1878. p.379.

¹⁶⁵ Chamada por Ilha de Itamoguaia pelos Tupis, por Seregipe pelos Tamoios e, em homenagem ao patrono do empreendimento, Villegaignon a denominou por Forte de Coligny – de Gaspar de Coligny.

¹⁶⁶ GAFFAREL, Paul Louis Jacques. **Histoire du Brésil Français au seizième siècle**. Paris: Maisonneuve et C^{le}., 1878. Coipie de quelques lettres – première et deuxième. p.373-385.

Provençal e Vasco Mariz, consistia em “expulsar os portugueses do Brasil aqui instalar diversos núcleos colonizadores para comercializar com a metrópole e interferir no comércio marítimo com as Índias”¹⁶⁸.

Thevet, com seu conhecimento prévio do território e dos nativos, fora muito útil para a localização da Guanabara - interessante não só para a apresentação dos atrativos, mas sobre a distância das Capitanias Portuguesas, que naquele momento tinha outras prioridades. Os portugueses, ao desenvolverem seus planos, necessitavam da mão de obra para o cultivo da cana de açúcar, implicando na escravidão dos nativos. Os primeiros contatos com os Tamoios também foram orientados pelo padre André Thevet para um método de cativo e bom relacionamento, considerando que os maus tratos e as imposições dos portugueses os tornavam malquistos pelos nativos, especialmente pelos Tamoios, que percebiam certa afinidade de articulação entre os colonos portugueses e os Temiminós - tribo liderada por Maracajá-Guaçu -, inimiga dos Tamoios - liderada por Cunhanbebe. Estas orientações contribuíram muito para a parceria entre os nativos da Guanabara - os Tupinambás - e os franceses e para o êxito dos primeiros anos de instalação do empreendimento. Villegagnon, através das dicas de Thevet, também orientava os componentes da tripulação e agia com a mesma cautela nas tentativas de comunicações.

Após acolhedora recepção dos nativos, seguiram-se meses de muito trabalho, empenhado pelos homens da expedição, por escravos e nativos, contrafeitos ou obrigados na instalação e fortificação da Ilha. O primeiro desafio foi a lide com a diversidade de condutas da tripulação; segundo Mariz e Provençal, alguns eram “hábeis artesãos ou operários eficientes, mas eram indisciplinados, indolentes e de mau caráter”¹⁶⁹; muitos deles vieram das prisões do Norte da França pra Guanabara para livrarem-se das penas, das galés ou até mesmo das penas de morte. O clima diferente e as precárias condições sanitárias da França Antártica causaram desfalques na equipe de instalação, ora por realmente estarem adoentados, ora por fazerem corpo mole em resistência ao trabalho. André Thevet também foi uma das vítimas destas doenças e regressou três meses depois para a França. A mão de

¹⁶⁸ MARIZ, Vasco Mariz & PROVENÇAL, Lucien. **Villegagnon e a França Antártica**. 2º edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p.80.

¹⁶⁹ MARIZ, Vasco Mariz & PROVENÇAL, Lucien. **Villegagnon e a França Antártica**. 2º edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p.91.

obra da instalação acabou sendo suprida pelos nativos Tupinambás, que eram simpáticos aos presentes dos franceses; e graças a eles, a fortaleza – Forte Coliny, hoje Ilha de Villegagnon – ficou pronta em três meses de trabalho.

Mariz e Provençal registram que, numa segunda etapa da instalação da colônia, os nativos Tamoios, apesar de se queixarem do trabalho excessivo e de se enjoarem dos presentes que recebiam em troca, foram muito úteis também:

para expandir o cultivo de frutas, hortaliças e legumes e na construção de casas em Henriville, isto é, na região entre o Rio Carioca e o Morro da Glória. Foi construída na atual região do Flamengo uma olaria (denominada pelos franceses de *brigaterie*), que produziu milhares de tijolos para as construções na ilha e em terra firme. Villegagnon não gostava das palhoças que a princípio os índios construíram para os franceses que residiam em Henriville. As casas foram confeccionadas com terra batida misturada com conchas e mariscos, o que lhes dava notável resistência. Consta que a beira mar havia belos jardins com fileiras de palmeiras e canteiros de flores. Infelizmente, tudo foi destruído pelos portugueses em 1560, depois do regresso de Villegagnon à França.¹⁷⁰

O almirante cultivou a amizade dos nativos Tupinambás e do seu chefe Cunhambebe. Apesar da discórdia ao saber que um de seus homens fora capturado, esquartejado, assado e devorado pelos Tupinambás¹⁷¹, a tentativa de parceria com o líder, Cunhanbebe, deu sempre certo. O fato é que a tribo já tinha por cultura o costume do canibalismo com os inimigos capturados, e este último, por sua vez, era um nativo que havia ido à França, vivido alguns anos e casado com uma francesa, que aceitara compor a equipe de Villegagnon para ser interprete entre nativos e franceses, mas tal companheiro era descendente da tribo inimiga.

Segundo Vasco Mariz, “Villegagnon tomava aulas diárias de tupi e chegou a completar um dicionário tupi-francês que iniciara com André Thevet. Ele era muito mais compreensivo com as faltas dos indígenas selvagens do que com os erros de seus turbulentos franceses”¹⁷² - chamados pelos índios de papagaios amarelos - porque falavam muito e tinham cabelos louros.

¹⁷⁰ MARIZ, Vasco Mariz & PROVENÇAL, Lucien. **Villegagnon e a França Antártica**. 2º edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

¹⁷¹ STADEN, Hans. **Duas viagens ao Brasil**. Tradução Angel Bojadsen. Porto Alegre: L&PM POCKET, 2017. p.91-92.

¹⁷² MARIZ, Vasco. **Villegagnon: herói ou vilão**. Revista História. **Dossiê França Antártica**. São Paulo, Tomo 27 (1º semestre), 2008.

O pouco número de mulheres na tripulação motivou o primeiro desafio aos tripulantes da empresa França Antártica - de ordem sexual - do grupo. Segundo Nicolas Barré,

fora iniciado por um intérprete dado como um senhor cavalheiro normando que acompanhara o senhor – Villegagnon - naquele lugar. Esse sujeito era casado com uma mulher selvagem, a quem ele não permitia que ela o deixasse como esposa. Mas os dizeres por Sieur de Villegaignon, em seu começo, estabeleceu sua casa como homem bom, e temente a Deus, dizendo que: nenhum homem deveria estar lidando com estas cachorras selvagens, se eles não fossem tomá-las como esposas, teriam sentença de morte. Este companheiro teve vescu (como todos os outros vivem) na maior abominação e vida epicurista, que é impossível dizer: sem Deus, sem fé, não é leal, o espaço de sete anos. No entanto, ele estava doente para deixar sua prostituta e sua vida superior, para viver como um bom homem e companheiro de cristãos.¹⁷³

Os pormenores que formaram o perfil estrutural da França Antártica são decorrentes destes acontecimentos do primeiro ano da empresa. Estas características oriundas das normas que Villegagnon impunha, como autoridade, ao grupo heterogêneo de franceses da Guanabara, causaram repúdios e inesperadas conspirações contra ele, que reagiu com repreensão para manter a ordem, mas tais acontecimentos fragilizaram o projeto. Segundo Augusto Tasso Fragoso,

Embora se sentisse encorajado em seus desígnios, pela ausência de forças ou reações inimigas, cedo compreendeu o vice-almirante que era necessário dar novos aspectos proporções ao empreendimento, sob pena de vê-lo malogrado. Dessa maneira, dois reconhecimentos foram mandados em direção ao norte e ao sul do continente, um até Cabo Frio e outro até o Rio da Prata, com o objetivo não somente de se estudarem as condições oferecidas pelo litoral, mas também, de se examinarem as possibilidades de outra localização para a colônia.¹⁷⁴

¹⁷³ Tradução literal: *ce avoit esté conduit par un truchement, lequel avoit esté donné audict seigneur par un gentilhomme normand, qui avoit accompagné ledict seigneur iusques en ce lieu. Ce truchement estoit marié avec une femme sauvage, laquelle il ne vouloit ny la laisser ny la tenir pour femme. Or ledit sieur de Villegaignon, en son commencement, régla sa maison en homme de bien, et craignant Dieu: deffendant que nul homme n'eust affaire à ces chienes sauvages, si l'on ne les prenoit pour femme, et sur peine de mort. Ce truchement avoit vescu (comme tous les autres vivent) en la plus grande abomination et vie Epicurienne, qu'il est impossible de raconter : sans Dieu, sans foy, ne loy, l'espace de sept ans. Pourtant luy faisoit mal de délaisser sa putain, et vie supérieure, pour vivre en homme de bien, et compagnée de chrestiens.*

¹⁷⁴ FRAGOSO, Augusto Tasso. **Os Franceses no Rio de Janeiro**. 3º edição. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004. p.48.

Mesmo com estas tentativas de novas explorações, as ações do cavaleiro de Malta tentando se impor, o repúdio, as conspirações e as reações violentas de Villegagnon fragilizaram a empresa.

O vice-almirante envia, através de seu sobrinho, monsieur Boissy - senhor de Bois-le-Comte, correspondência a Gaspar de Coligny, pedindo reforços franceses em “colonos, navios e aprovisionamentos” para dar continuidade e progresso à empresa em que Villegagnon ainda acreditava; e, em 10 de março de 1557, seu sobrinho retorna comandando uma frota com três navios, com “cerca de trezentos homens, novos colonos, operários, marinheiros e 14 reformistas”, segundo Fragoso, escolhidos pelo próprio Calvino. “Em pouco tempo, com a presença da gente recém-chegada, transformava-se a fisionomia os próprios hábitos da ilha-fortaleza. Os quifazeres militares, de fortificação, que haviam tomado notável impulso nos primeiros dias, logo cederam lugar a outro gênero de atividade, a religiosa”¹⁷⁵, influenciada pelo momento em que a França e o continente europeu viviam. Este momento temático vale ser contextualizado para melhor compreender a mentalidade dos personagens desta pesquisa, e trataremos no próximo capítulo.

¹⁷⁵ FRAGOSO, Augusto Tasso. **Os Franceses no Rio de Janeiro**. 3º edição. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004. p.48.

II JOÃO DE BOLÉS, UM RELIGIOSO SEM RELIGIÃO ENTRE NÓS

2.1 Católicos e protestantes: contexto religioso do século XVI

Os intelectuais renascentistas procuravam viver intensamente a vida terrena, com um grande desejo de fama e de glória, interessando-se cada vez mais por si próprios - tal qual o individualismo. Procuravam o modelo de *homem ideal*, que passava por uma educação completa de boa formação cívica, intelectual e física. Nessa formação, era essencial o estudo do latim e do grego, para poder ler as obras dos autores clássicos.

Para Carlo Ginzburg, é ao próprio conceito cultural que interessa investigar, sobretudo, as resistências do popular, as circularidades e metamorfoses culturais no limiar da época moderna¹⁷⁶. Seu cenário privilegiado é o da resistência e domesticação - ou repressão - da cultura popular na longuíssima duração.

Entre diversos autores, Weber descreve que a Igreja censurava a usura - lucro exagerado obtido com a cobrança de juros excessivos sobre dinheiro emprestado a alguém - e defendia o preço justo¹⁷⁷. Assim, alguns comerciantes ficavam divididos entre a busca do lucro e as obrigações morais, que recomendavam moderação¹⁷⁸. Percebe-se que os defensores dos grandes lucros econômicos se sentiriam mais confortáveis se pudessem contar com a nova ética religiosa, adequada ao espírito capitalista. Essa necessidade da burguesia foi atendida, em grande parte pela ética protestante, que surgiu com a instigação da reforma protestante.

A era moderna, com sua tremenda criatividade, resultou da reunião da fé protestante com a humanista; vieram daí as idéias modernas de tolerância, da educação e da democracia; vieram também daí a energia e os alvos da época da 'livre empresa'. As implicações práticas da teoria da harmonia natural tornam-se especialmente claras quando se observa o contraste entre os pressupostos sociais e metafísicos da era protestante-humanista em comparação com os da época católica. O catolicismo sempre dependeu da hierarquia supostamente baseada na hierarquia ontológica do ser. Procurou

¹⁷⁶ GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. Tradução: Maria Betânia Amoroso. Tradução dos poemas: José Paulo Paes. Revisão técnica: Hilário Franco Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

¹⁷⁷ WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2004. p.291-292.

¹⁷⁸ WEBER, Max. **A ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2004.

fazer com que o sistema hierárquico controlasse todas as esferas da sociedade. Nos países onde o catolicismo dominou, como na Itália e na França, conseguiu diminuir os focos de resistência dessas idéias. A era protestante humanista tem demonstrado maior cooperação e harmonia com as esferas culturais autônomas do que o catolicismo¹⁷⁹.

Nesse contexto, segundo Anderson, há também muitos conflitos políticos entre autoridades da Igreja e alguns governantes das monarquias européias que representavam a unidade nacional e viam na autoridade do papa uma barreira para o fortalecimento dos seus poderes, sequenciando no bater de frente dos reis com a Igreja que tinha sede em Roma e cujo idioma oficial era o latim que como entidade estrangeira interferia em seus países¹⁸⁰. Desde então, ampliou-se a crítica a certas práticas e comportamentos do clero católico, que, para ganhar dinheiro, o alto clero iludia a boa fé de milhões de cristãos por meio da simonia, do comércio de relíquias sagradas, tais como espinhos que coroaram a fronte de Cristo, palhas da manjedoura de Jesus, objetos pessoais dos nomeados santos, em geral falsos, e a venda de indulgências¹⁸¹.

Entre tantos relatos, percebe-se que boa parte dos sacerdotes desconhecia a própria doutrina católica e demonstrava falta de preparo para funções religiosas; a ignorância e o mal comportamento do clero representavam problemas, pois na doutrina católica, os sacerdotes eram intermediários entre os homens e Deus, e tais fatos complicavam a imagem da Igreja, que cada vez mais, abria espaço ao protestantismo que por sua vez, cativava a profecia de parte dos seguidores do catolicismo.

Em seu sentido etimológico, o protestantismo agrega três significados. Historicamente remonta a uma linguagem jurídica imperial alemã de marcado conteúdo político e cultural. Num segundo momento, tornou-se autodeterminação religiosa pela qual em determinada situação histórica, a consciência religiosa e

¹⁷⁹ SANTOS, João Marcos Leitão. **O protestantismo e a historiografia no Brasil: Crise conceitual**. In: RODRIGUES, André Figueiredo & AGUIAR, José Otávio. **História, religiões e religiosidade: da antiguidade aos recortes contemporâneos e debates sobre religiões**. São Paulo: Humanitas, 2016. Apud ADAMS, Jay. Introdução. In: TILLICH, Paul. **A era protestante**. São Paulo: IMS, 1992. p.401.

¹⁸⁰ ANDERSON, Benedict R. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p.81.

¹⁸¹ Ou perdão dos pecados, em que fiéis pagavam taxas em dinheiro ou objetos valiosos em troca do perdão dos seus pecados e a salvação eterna dos entes já falecidos.

espiritual de certos grupos e orientações eclesiais tentou se exprimir comunitariamente. Finalmente designa globalmente igrejas que se diferenciam do catolicismo, não sendo possível a compreensão deste desligado daquele enquanto referencial histórico¹⁸².

Em meio a esse caos, Lucien Febvre descreve o surgimento de um homem de nome Martinho Lutero¹⁸³, nascido em 1483, em Eisleben - Alemanha. Influenciado pelo pai, foi estudar direito. Tinha inclinação para a vida religiosa e em 1505, após quase ter morrido em uma violenta tempestade, ingressou na ordem dos agostinianos, que segue as ideias de Santo Agostinho. Em 1510 viajou a Roma, sede da Igreja Católica. Regressou profundamente decepcionado devido ao ambiente de corrupção e avareza do alto clero.

Jean Delumeau narra que de 1511 a 1513, Lutero aprofundou-se nos estudos religiosos e amadureceu novas ideias teológicas. Nas Epístolas de São Paulo incluídas na Bíblia, encontrou uma frase que lhe pareceu de importância fundamental: *O justo se salva pela fé*. Interpretando essa mensagem, concluiu que o homem, corrompido em razão do pecado original, só poderia salvar-se pela fé em Deus. A fé - e não as obras - seria o único instrumento de salvação, graças à misericórdia divina¹⁸⁴.

Depois de uma série de tensões, em 1517 deu-se o conflito decisivo que provocou o rompimento entre Lutero e a Igreja Católica. Febvre ainda descreve que com o objetivo de arrecadar dinheiro para a reconstrução da basílica de São Pedro, o Papa Leão X autorizou a concessão de indulgências - perdão dos pecados - aos fiéis que contribuíssem financeiramente com a obra. Escandalizado com a atitude do papa, Lutero afixou na porta da Igreja de Wittenberg - Alemanha - um manifesto público - as 95 teses - em que protestava contra estas e outras ações¹⁸⁵.

Segundo Delumeau, a angústia do século XVI a respeito da salvação começou em Lutero, numa inquietação individual que acabou tornando-se coletiva. Além das doutrinas protestantes que descreveremos abaixo, o reformador de Wittenberg

¹⁸² SANTOS, João Marcos Leitão. **O protestantismo e a historiografia no Brasil: Crise conceitual**. In: RODRIGUES, André Figueiredo & AGUIAR, José Otávio. **História, religiões e religiosidade: da antiguidade aos recortes contemporâneos e debates sobre religiões**. São Paulo: Humanitas, 2016. p.395.

¹⁸³ FEBVRE, Lucien. **Martinho Lutero, Um Destino**. São Paulo. Três Estrelas, 2012. p.45.

¹⁸⁴ DELUMEAU, Jean. **Nascimento e Afirmação da Reforma**. Tradução: João Pedro Mendes. São Paulo: Pioneira, 1989. p.85-87.

¹⁸⁵ FEBVRE, Lucien. **Martinho Lutero, Um Destino**. São Paulo. Três Estrelas, 2012. p.47.

defendeu a ideia do *servo arbítrio* e atacou a infalibilidade da hierarquia eclesiástica¹⁸⁶. Sua Reforma logo foi difundida na Alemanha e fora dela; os humanistas e as burguesias urbanas se inclinavam para suas ideias., mas também atraía inimigos, tais como Roma, os radicais anabatistas e outras pequenas vertentes.

No impacto da necessidade de uma reforma da religião, popularizada por Lutero, também refletida nos primeiros anos do século por Erasmo de Roterdã, cresce a cultura protestante. E contemporâneo a esta cultura, em 1509 - ano da publicação do *Elogio da Loucura*¹⁸⁷, de Erasmo - nasce Calvino, em Noyon, na França, que começou pelos estudos de direito. Segundo alguns biógrafos de Villegagnon, ele e Calvino eram companheiros de estudo; porém, Calvino logo se interessou pelos problemas religiosos. Por volta de 1522, parece ter adotado as idéias de Lutero e participado de sua difusão na França¹⁸⁸. Em 1534, tendo sido afixado um manifesto contra a missa até na porta do quarto do rei, a repressão obriga-o a fugir para Basiléia, cidade suíça que também rompera com Roma. É em Basiléia que Calvino publica em 1536, a primeira edição, em latim, de sua obra mais importante: *Instituição cristã*, que ele devia, em seguida, traduzir para o francês e aumentar em várias edições sucessivas. Esta era a primeira grande síntese religiosa escrita em francês e ainda é um monumento da literatura francesa¹⁸⁹. Na Europa, aos eruditos que se empenharam nesta tarefa e que constituíram uma rede de contatos a nível internacional, dá-se o nome de humanistas.

Carlo Ginzburg, em *O Queijo e os Vermes*, relata que a posição de Lutero, ao protestar contra a Igreja, é vista como forma positiva, já que ele clama pelo concílio com a expectativa de clareza doutrinal repropondo o *puro evangelho*. Na mesma obra, ele tece elogios abertamente através de Taiacalze, dizendo que sobre Lutero, “padres prezavam pouco, e frades menos, porém, dos alemães era muito estimado;

¹⁸⁶ DELUMEAU, Jean. **Nascimento e Afirmação da Reforma**. Tradução: João Pedro Mendes. São Paulo: Pioneira, 1989. p.90.

¹⁸⁷ ROTTERDAM, Erasmo de. **Elogio da Loucura**. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre, L&PM, 2013.

¹⁸⁸ DELUMEAU, Jean. **Nascimento e Afirmação da Reforma**. Tradução: João Pedro Mendes. São Paulo: Pioneira, 1989. p.54.

¹⁸⁹ DELUMEAU, Jean. **De religiões e de homens**. São Paulo: Edições Loyola, 2000. p.230.

o mesmo, de exigir o concílio não se cansava, excelente em toda sorte de doutrina. Na ideia de um puro evangelho, sua mente muito intrigou Lutero”¹⁹⁰.

Martin Brecht descreve que Alberto - Arcebispo de Mainz - aparentemente recebeu a carta de Lutero com as *Teses* no final de novembro. Pediu a opinião dos teólogos na Universidade de Mainz e conferiu com seus conselheiros. Estes, todavia, recomendaram que ele - Alberto - proibisse Lutero de pregar, devido aos disparates sobre as indulgências e às normas vigentes na época. Sendo assim, Alberto pediu tal ação na Santa Sé. Dessa maneira, Lutero foi imediatamente percebido como uma ameaça em Roma:

Em fevereiro de 1518, o papa Leão solicitou ao chefe dos eremitas agostinianos - a ordem religiosa de Lutero - para convencê-lo a parar de difundir suas ideias sobre as indulgências. Silvestro Mazzolini também foi nomeado para escrever uma opinião que seria usada em um julgamento contra ele - Lutero. Mazzolini então redigiu, por título, *Um Diálogo contra as Teses Presuntivas de Martinho Lutero sobre o Poder do Papa*, que se concentrou no questionamento de Lutero sobre a autoridade do papa, sem citar as suas queixas sobre a pregação das indulgências. Lutero recebeu uma convocação de Roma em agosto de 1518. Ele respondeu, escrevendo *Explicações da Disputa sobre o Valor das Indulgências*, obra na qual ele tentou se esclarecer da acusação de que estava atacando o papa. Ao apresentar suas opiniões mais abertamente, Lutero pareceu ter reconhecido que as implicações de suas crenças o afastavam do ensino oficial do que inicialmente sabia. Ele disse mais tarde que talvez não teria iniciado a controvérsia se soubesse até onde esta o conduziria. As *Explicações* ficaram conhecidas como a primeira obra da Reforma Protestante de Lutero. [...] Johann Tetzel respondeu às Teses solicitando que Lutero fosse queimado por praticar heresia e que o teólogo Konrad Wimpina escrevesse resposta contra a obra de Lutero. Tetzel defendeu estas em uma disputa perante a Universidade Europeia Viadrina em janeiro de 1518. Oitossentos exemplares da disputa impressa foram enviados para serem vendidos em Wittenberg, mas estudantes da Universidade as pegaram do livreiro e as queimaram. Lutero ficou cada vez mais temeroso de que a situação estivesse fora de controle e que ele estaria em perigo. Para aplacar seus oponentes, ele publicou *Um Sermão Sobre a Indulgência e a Graça*, desta vez, sem desafiar a autoridade do papa.¹⁹¹

Brecht ainda descreve que esse panfleto, escrito em alemão, era muito curto e de fácil compreensão para os leigos. Sendo este o primeiro trabalho bem-sucedido

¹⁹⁰ GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. Tradução: Maria Betânia Amoroso. Tradução dos poemas: José Paulo Paes. Revisão técnica: Hilário Franco Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p.61.

¹⁹¹ BRECHT, Martin. **Martinho Lutero: Seu Caminho para a Reforma 1483–1521**. Tradução de James L. Schaff. Minneapolis, MN: Fortress, 1985. p.205-209.

de Lutero, acabou por ser reimpresso vinte vezes. Tetzel respondeu com uma refutação, citando fortemente a Bíblia e teólogos importantes¹⁹², porém, seu panfleto não era tão popular quanto o de Lutero. A resposta de Lutero ao panfleto de Tetzel, por outro lado, foi outro sucesso de publicação.

Lutero foi convocado pela autoridade do papa para defender-se contra acusações de heresia de Tomás Caetano em Augsburg, em outubro de 1518. Caetano não permitiu que Lutero discutisse com ele sobre suas supostas heresias, mas identificou dois pontos de controvérsia. A primeira foi contra a tese 58, que afirmava que o papa não poderia usar o tesouro do mérito para perdoar a punição temporal do pecado. Isto contradiz a bula pontifícia *Unigênito*, promulgada por Clemente VI em 1343. O segundo ponto era saber se alguém poderia ter certeza de que tinha sido verdadeiramente perdoado quando seus pecados foram absolvidos por um padre. As *Explicações* de Lutero sobre a sétima tese afirmam que se poderia basear-se na promessa de Deus, mas Caetano argumentou que o humilde cristão nunca deve presumir estar certo de sua posição perante Deus. Lutero se recusou a retrair-se e pediu que o caso fosse revisado por teólogos universitários. Este pedido foi negado, então Lutero apelou ao papa antes de sair de Augsburg¹⁹³.

Em 1520, Martinho Lutero publicou três escritos importantes. No chamado *A nobreza cristã da nação alemã*, afirmou o princípio do *sacerdócio universal*, segundo o qual, todos os batizados são sacerdotes e não apenas os clérigos. Com isso, repunha em discussão a hierarquia católica. O segundo escrito, *O cativoiro babilônico da Igreja*, acusava Roma de ter submetido toda a vida cristã ao estrito controle dos sacramentos. Lutero reconhecia apenas dois deles: o batismo e a ceia - a comemoração da refeição de Jesus com os apóstolos na *Quinta-Feira Santa*. Ele recriminava a Igreja por ter transformado a confissão em meio de sujeição dos fieis. O terceiro tratado, *Da liberdade do cristão*, não tinha caráter polêmico. Ele declarava que o cristão deve sua liberdade a Deus, que é a *fortaleza da alma*. Em 1521, Lutero completou estes escritos com um tratado, *Sobre os votos monásticos*, em que ele os rejeitou como todas as ordens religiosas. Mas, nessa data, estava consumada a ruptura com Roma, e Lutero havia enunciado os três fundamentos da doutrina reformada: *somente a Escritura, sem os acréscimos da Igreja; somente a graça, o dom gratuito de Deus, que nos salva, apesar de nossas indignidades; somente a fé, pela qual cremos que Jesus, por sua morte, eliminou nossos pecados*.

¹⁹² BRECHT, Martin. **Martinho Lutero: Seu Caminho para a Reforma 1483–1521**. Tradução de James L. Schaff. Minneapolis, MN: Fortress, 1985. p.242-253.

¹⁹³ BRECHT, Martin. **Martinho Lutero: Seu Caminho para a Reforma 1483–1521**. Tradução de James L. Schaff. Minneapolis, MN: Fortress, 1985. p.427.

Ainda em 1520, em novembro, foi publicada na Alemanha uma bula do papa Leão X, a *Exsurge domine*, que o condenava. Esta declarava heréticas 41 proposições tiradas das obras de Lutero. Em 10 de dezembro, esta foi queimada publicamente em Wittenberg. Em abril do ano seguinte, Lutero foi convocado a Worms, perante a *Dieta*, ou reunião dos príncipes e cidades livres do império. O jovem imperador Carlos V estava presente. Iniciava-se assim a longa discussão entre Lutero e as autoridades católicas:

No dia 17 de abril de 1521, os príncipes das cortes da Alemanha, arquedukes, príncipes eleitores, landgraves e margraves, reuniram-se em assembléia, em Worms, com o imperador Carlos V, para ouvir Lutero responder por suas doutrinas. Seus livros, o corpo de delito, estão empilhados numa sala, sobre uma mesa. O papa não enviou legado, pois Lutero já fora excomungado três meses antes. Mas, antes da decisão da perda dos privilégios, Frederico de Saxe conseguiu que o acusado fosse ouvido pela Dieta. Atrás do muro do palácio, uma multidão compacta comprime-se e ovaciona Lutero. O imperador pergunta solenemente: *Reconheces como teus esses livros? Estás disposto a renegá-los?* Lutero pede um dia para preparar a resposta. No dia seguinte, diante da assembléia reunida, Lutero explica-se. Fala em alemão, porém lhe pedem que repita suas frases em latim; em certo momento, muito comovido, ele se interrompe e exclama: *Não posso. Fazei de mim o que quiserdes!* Os debates vão durar dois dias, no fim dos quais, Lutero afirma: *A menos que me convençam por atestações da Escritura ou por razões evidentes, não creio nem no Papa, nem somente nos concílios, visto que é claro que muitas vezes eles se enganaram e se contradisseram. Estou preso pelos textos da Escritura que citei e minha consciência é cativa das palavras de Deus.* Depois vem a recusa final: *Não posso e nem quero me retratar em nada, pois não é seguro nem honesto agir contra a própria consciência.* Os estados alemães reconhecem todo poder ao imperador para proceder contra o herege. Lutero é banido, mas não detido; tem três semanas para se retratar e um salvo-conduto o protege por um mês. No dia 26 de maio, é oficialmente promulgado o Edito de Worms, que o baniu¹⁹⁴.

Lutero recusou se retratar. Ele perdeu os privilégios: *ninguém devia recebê-lo*. Podia ser morto por qualquer um ou pelo menos entregue à justiça. Todavia, cavaleiros enviados por seu príncipe, Duque Frederico de Saxe, levaram-no e puseram-no em segurança, no castelo de Wartburg, onde Lutero ficou um ano e começou a tradução, para o alemão, do Novo Testamento. Depois, voltou a Wittenberg, onde teve uma vida bem sucedida¹⁹⁵.

¹⁹⁴ DELUMEAU, Jean. **De religiões e de homens**. São Paulo: Edições Loyola, 2000. p.229.

¹⁹⁵ DELUMEAU, Jean. **De religiões e de homens**. São Paulo: Edições Loyola, 2000. p.230.

A vernaculização também foi instrumento de expansão da cultura sobre a fé e a religião no século XVI. Anderson percebe três fatores como vernaculizantes do capitalismo no século XVI, entre eles, a mudança do próprio latim, o impacto da Reforma e dos atos de Martinho Lutero, em que “a aliança entre o protestantismo e o capitalismo editorial, explorando edições populares baratas, logo criou novos e vastos públicos leitores, entre eles comerciantes e mulheres que sabiam pouco ou quase nada de latim”¹⁹⁶. O terceiro fator da vernaculização para Benedict Anderson foi a “difusão lenta, geograficamente irregular de determinados vernáculos como instrumento de centralização administrativa. A fragmentação da Europa pós fim do Império Romano significava que nenhum soberano poderia monopolizar o latim e convertê-lo em sua língua oficial, já que o latim não era centralizado”¹⁹⁷.

A independência do crente com relação às proposições eclesiásticas humanas significava para Lutero, segundo suas escritas, ser submisso à vontade exclusiva de Deus, mas muitos dos que o procuravam por aliado aspiravam à liberdade política e não espiritual, objeto de sua luta. O mesmo acontecia ao longo da expansão da Reforma pela Europa. À medida que se estendia a Reforma, cada grupo que a apoiava tinha suas vantagens particulares a obter, e que de nenhuma forma eram iguais.

Por outro lado, esses aliados é que propiciaram condições para que Lutero não fosse alcançado pelas sanções papais. Essa situação foi que lhe permitiu viver, debater, produzir seus escritos e divulgar suas doutrinas, tornando a Reforma Protestante um dos acontecimentos mais importantes da história da Igreja e decisivo em alguns pontos da história ocidental.

Depois de Lutero, todos recusaram-se a aceitar o poder do papa, reconhecendo somente a autoridade da Bíblia, afirmando a justificação pela fé, rejeitando o culto dos santos, aceitando apenas dois sacramentos - o *batismo* e a *ceia* - e autorizando o casamento dos pastores. Porém, a partir destas doutrinas comuns, houve, desde o início, uma diversidade do protestantismo.

Weber narra que no mesmo ano em que Lutero perdeu os privilégios, 1521, o cura na catedral de Zurique, na Suíça, Ulrich Zwinglio, rompia com a Igreja Católica,

¹⁹⁶ ANDERSON, Benedict R. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p.76.

¹⁹⁷ ANDERSON, Benedict R. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p.76.

levando com ele os contrerrâneos da sua cidade. Ele condenava o celibato clesialístico, os votos monásticos, a abstinência de carne às sextas-feiras, rejeitava a organização da igreja católica e conservava, também, apenas dois sacramentos: o batismo e a ceia¹⁹⁸. Todavia, a respeito desta, entrou em violento conflito com Lutero, que continuava a afirmar a *presença real do Cristo no pão e no vinho da eucaristia*. Zwinglio, ao contrário, via na ceia apenas uma cerimônia de lembrança. Ele foi morto em 1531, numa batalha entre as tropas de Zurique e as dos cantões católicos da Suíça. Quem o substituiu foi Calvino, o *segundo pai da Reforma Protestante*, segundo Delumeau.

Nascido em 1509, em Noyon, na França, Jean Calvin - aporuguesado João Calvino - começou pelos estudos de direito, mas logo se interessou pelos problemas religiosos. Por volta de 1522, parece ter adotado as ideias de Lutero e participado de sua difusão na França¹⁹⁹. Em 1534, tendo sido afixado um manifesto contra a missa até na porta do quarto do rei, a repressão obriga-o a fugir para Basiléia, cidade suíça que também rompera com Roma. É em Basiléia que Calvino publica em 1536, a primeira edição, em latim, de sua obra mais importante: *A instituição da religião cristã*²⁰⁰, que ele devia, em seguida, traduzir para o francês e aumentar em várias edições sucessivas. Esta era a primeira grande síntese religiosa escrita em francês e, segundo Delumeau, ainda é um monumento da literatura francesa²⁰¹.

Calvino, passando por Genebra, em 1537, outra cidade suíça que adotou a Reforma, foi convidado a permanecer lá, mas foi expulso em 1539, pelas autoridades da cidade que julgaram excessivas suas invasões no poder civil. Calvino dirigiu-se então a Estrasburgo, onde a Reforma havia triunfado, graças a um antigo dominicano alsaciano - Bucer. Foi considerável a influência deste sobre Calvino, que teria desejado ali permanecer. Contudo, em 1541, os partidários de Calvino, tornaram-se maioria em Genebra, e o reformador aceitou, de má vontade, retornar à

¹⁹⁸ WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2004. p.126.

¹⁹⁹ DELUMEAU, Jean. **Nascimento e Afirmação da Reforma**. Tradução: João Pedro Mendes. São Paulo: Pioneira, 1989. p.54.

²⁰⁰ CALVIN, Jean. **A instituição da religião cristã**. Tomo I, Livros I e II/João Calvino; [tradução Carlos Eduardo de Oliveira... et al., e tradução do livro II, Carlos Eduardo de Oliveira]. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

²⁰¹ DELUMEAU, Jean. **De religiões e de homens**. São Paulo: Edições Loyola, 2000. p.230.

cidade de Léman, onde permaneceu até sua morte, em 1564²⁰².

Nas suas ações, percebemos que Calvino aceitou o essencial das idéias de Lutero, acentuando a afirmação deste sobre a predestinação; mas divergiu na questão tão debatida entre os religiosos do século XVI: a presença real de Cristo na Eucaristia. Para ele, é o Cristo mesmo que o crente recebe, mas de maneira puramente espiritual. Por outro lado, Calvino atribuiu maior importância que Lutero à organização das igrejas: “*pregação pelos pastores, instrução pelos doutores, vigilância da cidade por anciãos eleitos e atividades sociais confiadas a diáconos*”²⁰³.

Um consistório, composto pelos pastores de Genebra e de uma dúzia de leigos - doutores, anciãos e diáconos -, encarregou-se da vida religiosa da cidade e exerceu forte controle sobre seus habitantes. Nenhum desvio foi tolerado. Michel Servet, que se recusava a crer na Trindade, foi queimado vivo em 1553. Por intermédio de Calvino, Genebra tornou-se uma *segunda Roma*, que contribuiu muito para difundir e organizar a Reforma Protestante na França.

Na primeira metade do século XVI, as contestações advindas da *Reforma Protestante* e, por sua vez, a resposta católica, por meio do *Concílio de Trento*²⁰⁴, passaram a figurar no rol de preocupações do referido *Tribunal da Fé*. A partir daí, as proposições heréticas, embasadas por tendências luteranas ou calvinistas, também foram alvo de perseguições. Assim como na metrópole, na América Portuguesa, a Igreja e seus feitos serviam o Estado e por ele era confirmada. Mais do que possíveis ameaçadores da unidade territorial da colônia, os franceses no Rio de Janeiro e os holandeses - no século XVII - no Nordeste eram considerados hereges; ameaçavam a unidade nacional e a missão catequizadora dos jesuítas.

Muitos destes invasores eram protestantes, provocando forte reação dos portugueses numa época em que a Europa se encontrava em pleno curso da Contra-Reforma, no esforço de deter ou suprimir o protestantismo. Nóbrega relata as invasões francesas a Dom João III, descrevendo que “eles seguiam as heresias

²⁰² DELUMEAU, Jean. **Nascimento e Afirmação da Reforma**. Tradução: João Pedro Mendes. São Paulo: Pioneira, 1989. p.54.

²⁰³ DELUMEAU, Jean. **De religiões e de homens**. São Paulo: Edições Loyola, 2000. p.230.

²⁰⁴ Realizado de 1545 a 1563, convocado pelo Papa Paulo III para assegurar a unidade da fé e a disciplina eclesiástica, no contexto da Reforma da Igreja Católica e da reação à divisão então vivida na Europa, devido à Reforma Protestante, razão pela qual é denominado também de Concílio da Contra-Reforma. Este Concílio foi realizado na cidade de Trento, no antigo Principado Episcopal de Trento, região do Tirol italiano.

luteranas da Alemanha, principalmente as de Calvino, que estava em Genebra, e que vinham a esta terra a semear estas heresias entre os gentios”²⁰⁵.

O padre José de Anchieta descreve um deles - Jean Cointa, o João de Bolés da América Portuguesa - como quem dispunha de grandes conhecimentos em teologia e *Sagrada Escritura*, que arrotava do seu estômago, que, para Anchieta, era cheio de fedor dos seus erros, por criticar os costumes da Igreja. Anchieta usa ainda das expressões “peçonha luterana, pestilência, peçonha mortal”, entre outras para descrevê-lo²⁰⁶.

É válido registrar que não houve em nenhuma época da América Portuguesa um tribunal próprio do Santo Ofício, que os inquisidores eram os bispos e que os processos eram levados para a corte de Portugal. Contudo, com o número de conversões que aumentavam na colônia através da missão jesuítica, a Igreja nomeou em 1579 o frei D. Antônio Barreiros como delegado e inquisidor apostólico²⁰⁷, com poderes limitados aos cristãos-novos na colônia.

Houvera na América Portuguesa, visitas do Santo Ofício; a primeira, em 1591, liderada por Heitor Furtado de Mendonça. Percebemos que, embora não haja consenso entre os historiadores sobre a principal razão da primeira visita, o desenvolvimento e a prosperidade dos engenhos açucareiros no nordeste da colônia, em sua maioria, administrado por cristãos-novos, é denotado como um dos motivos, cujo intento, segundo Gileade Godoi Abrantes de Barros, “era o confisco dos bens dos judeus. O desejo de integrar o Brasil ao mundo cristão católico ou investigar a fé colonial ou, ainda, simplesmente integração à nova estratégia da inquisição lisboeta também são considerados razões para essa primeira visita”²⁰⁸.

Os agentes eram encarregados de denunciar, confiscar e prender os acusados de práticas heréticas, considerados o canal de mais fácil acesso ao Santo Ofício. Alguns destes, segundo Vainfas, aproveitavam o momento de execução de suas

²⁰⁵ LEITE, Serafim. **Novas Cartas Jesuíticas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940. Apud NOBREGA, 1560. p 242-3.

²⁰⁶ ANCHIETA, José de. **Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1988. p. 76.

²⁰⁷ VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados - Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 216.

²⁰⁸ BARROS, Gileade Godoi Abrantes de. **Grão-Pará e Maranhão em tempo de graça: memórias, transferências e resistência nos processos constitutivos de identificação de um sujeito brasileiro**. Tese de doutoramento. Unicamp: Campinas, 2012. p.36.

funções para promover vinganças, roubar réus ou proteger amigos acusados²⁰⁹.

Entre os acusados e condenados registrados antes da primeira visitação, estão os casos de Pero do Campo Tourinho - por de blasfêmia em Porto Seguro - e o do objeto da nossa pesquisa, João de Bolés.

A historiografia da Inquisição sempre foi vinculada a atentados contra a liberdade humana, e por isso, quase sempre, de maneira polêmica ou tendenciosa. Segundo Ginzburg, “todo discurso citado é feito seu e remodelado por quem cita”²¹⁰.

Tal como a *Histoire des Martyrs* de Jean Crespin²¹¹, os historiadores protestantes utilizaram os processos inquisitoriais celebrando como heróicas as ações dos seus antepassados simpatizantes pelas ideias de Reforma da Igreja ou que protestassem ao catolicismo, que o fizeram por sua vez perseguidos pela Igreja.

Já os historiadores e cronistas católicos, como o padre Simão de Vasconcelos, Quirício Caxa, Sebastião Beretário, Pero Rodrigues, Hélio Abranches Viotti, embora tenham apenas citado Bolés como parte da história de Anchieta, ou mesmo Hélio Abranches Viotti, tratando de outros considerados hereges, sempre foram mais discretos em utilizar atos inquisitoriais nas suas narrativas. Na percepção de Ginzburg, “por um lado, devido a uma tendência mais ou menos consciente a redimensionar as repercussões da Reforma; por outro, devido a um sentimento de mal-estar em relação a uma instituição considerada, no âmbito da própria Igreja romana, com um embaraço cada vez maior²¹²”.

As questões que os inquisidores faziam aos acusados e testemunhas, buscando as verdades que eles pretendiam para condená-los nos processos, proporcionou aos historiadores desta temática vasta documentação. Quase sempre “distorcidas pelas pressões físicas e psicológicas (...) repetitivas e monológicas, com ecos dos réus em respostas às perguntas dos inquisidores”²¹³. Dessa maneira, as

²⁰⁹ VAINFAS, Ronaldo. e SOUZA, Juliana Beatriz de. **Brasil de todos os santos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p.26-27.

²¹⁰ GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. Tradução: Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.286.

²¹¹ CRESPIN, Jean. **Histoire des Martyrs: Persecutez et Mis a Mort Pour La Vérité de l'Évangile, Depuis le temps des Apostres Jusques À Présent (1619)**. Vol.1. Londres: Editeur Forgotten Books, 2018.

²¹² GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. Tradução: Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.281.

²¹³ GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. Tradução: Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.286.

pesquisas mais atuais criticam as narrativas e insistem numa análise de caráter subjetivo, percebendo algumas das histórias anteriores como ligadas a narrativas ficcionais e reconstruindo a história das vítimas destes processos - para lá dos estereótipos inquisitoriais - com a documentação e as percepções panorâmicas das narrativas anteriores.

2.2 Rápidas notas bibliográficas sobre Jean Cointa, o senhor de Bolés

Por vezes, ao longo da história, o próprio personagem se fez notar como autor de bom contexto que escreveu sobre si, tal como Menocchio de Scandella²¹⁴, ou mesmo o objeto desta dissertação, Jean Cointa²¹⁵, o Senhor de Bolés; que em seus processos inquisitoriais, mesmo como réus, optaram por fazer suas próprias defesas - no caso de Menocchio, ao menos em boa parte do seu processo. Ao perceber o autor em situações que ele mesmo narra o testemunho da sua vida ou de um outro e ainda que um acontecimento, é preciso considerar que sua versão não é o conjunto inteiro da narração, mas, talvez, apenas parte desse conjunto, pois sua expressão só está de acordo com os valores convenientes a este autor. É então que se notifica a importância de se trabalhar com fontes diversas - próximas e distantes, de segundas e terceiras gerações, - pois não pode haver a unidade de um sujeito ou situação a partir de apenas uma fonte.

No caso de Jean Cointa, este texto considera os relatos da obra Simão de Vasconcelos²¹⁶ - um dos primeiros a relatar a versão que liga o padre José Anchieta à história de Bolés; as cartas de Pero Rodrigues²¹⁷ - que nas suas narrativas, tenta construir e divulgar a imagem do padre José de Anchieta como santo, apoiando sua beatificação, e a partir dos dados, discute a versão que envolve seu nome a Bolés; entre outros jesuítas contemporâneos, inclusive as cartas do próprio padre José de

²¹⁴ GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

²¹⁵ ABN. **Processo de João de Boles e justificação requerida pelo mesmo (1560-1564)**. Rio de Janeiro, 1903-1904. Vol. 25. p. 215 -308.

²¹⁶ VASCONCELOS, Simão de. **Vida do Venerável Padre José de Anchieta**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

²¹⁷ RODRIGUES, S. J. P. **Vida do Padre José de Anchieta**. Anchieta, Bahia, 1955

Anchieta²¹⁸ - descrito várias vezes como assassino de Bolés - e dados sobre os franceses na Guanabara e o projeto da França Antártica registrados nas crônicas de André Thevet²¹⁹, Nicolas Barré²²⁰, de Jean de Lery²²¹; os depoimentos do seu processo inquisitorial, inclusive o seu próprio - disponíveis no site da Biblioteca Nacional e da Torre do Tombo²²².

Jacques Le Goff²²³, autor da biografia de Luís IX - rei da França no século XIII - afirma que, diferentemente do que se imagina, escrever biografias não é uma tarefa simples. Para o autor, esse tipo de trabalho apresenta as mesmas dificuldades que as outras formas de fazer história por exigir que se trabalhe com a estrutura da narrativa tida até pouco tempo como coisa de amadores. E, para tal função, as fontes e a consciência do manuseio deste conjunto de documentos é indispensável, já que estes comprovam ou ao menos aproximam o historiador da comprovação – a partir da interpretação – os fatos sugeridos na dissertação.

“Uma história com princípio, meio e fim”, Pierre Bourdieu denomina por ilusão biográfica - que trata a história de uma vida como “o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção”. Ainda não temos documentação que comprove os antecedentes de Cointa na América Portuguesa, a não ser seus discursos e questionamentos – que requeria uma certa erudição na época. Ainda para Bourdieu, “o biógrafo é cúmplice desta ilusão biográfica ao tentar satisfazer o leitor tradicional, que espera dele uma suposta realidade”. Mas a biografia apenas reconstrói, de acordo com a interpretação das suas fontes, um efeito parcial do real.

Natural de Boulez, jurisdição de Troyes, na França, em Champagne, diocese

²¹⁸ ANCHIETA, José de. **Minhas Cartas Por José de Anchieta**. Edições Loyola. São Paulo: Melhoramentos, 1984.

²¹⁹ THEVET, André. **Singularidades da França Antártica**. Trad. Estevão Pinto. 1º Ed. Vol. 229. Rio de Janeiro. Brasiliense Eletrônica, 1944.

²²⁰ BARRÉ, Nicolas. **Cartas por Nicolas Durand de Villegagnon e textos correlatos por Nicolas Barré & Jean Crispin** (1.ed., Paris, 1557). In: MOREIRA NETO, Carlos de Araujo (Coord.). **Coleção Franceses no Brasil: séculos XVI e XVII**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro; Batel, 2009.

²²¹ LÉRY, Jean de. **Viagem à terra do Brasil**. Trad. Sérgio Millet segundo a edição de Paul Gaffarel. 2ª ed. Biblioteca Histórica Brasileira VII. São Paulo: Martins, 1951.

²²² ABN. **Processo de João de Boles e justificação requerida pelo mesmo (1560-1564)**. Rio de Janeiro, 1903-1904. Vol. 25. p. 215 -308.

²²³ LE GOFF, Jacques. **São Luis - Biografia**. Tradução: Marcos de Castro. Editora Record. Rio de Janeiro: 1999.

de Saintes, filho de Joauno Cointa e de Francisca Calfounes, Jean Cointa era conhecido por doutor da Sorbonne, nas letras latinas, gregas e hebraicas, que dispunha de grande conhecimento das sagradas escrituras; era erudito, percebia-se essa virtude, e Bolés fazia questão de tal reconhecimento. No processo de inquisição que sofreu, e que optou por se defender, declara ser solteiro²²⁴ e entre outras,

lhe foi feito pergunta se fizera profissão em alguma ordem dise que não perguntado se tinha ordens dise que sendo menino mujto pequeno ho crismara ho cardea de borbom na jgreja de brunel e que não sabja se lhe derão emtão ordens-perguntado que quem no trouxera a estas partes do brasill e que viera fazer a elas dise que estamdo em framsa mandamdo o chamar a Rainha velha descorsja pera se seruir delle e pera cousas de seu seruiço elle se fora espedir do conde estable monsjor de fransa e sabendo o almirante que elle se queria yr de fransa pêra escorsja e ho mandara chamar hum primo seu por nome monsjor saler e que lhe dixerá que fisesse com elle jouanano cojnta que quisesse vyr ao Rio de janeiro que esta nestas partes do brasil omde estava por capitão monsjor de uilla ganhão com gente de fransa pera os por em ordem da gouernamsa que aujão de ter na Republica amtre sj e pera lhe fazer estatutos e leis e que vivesem conforme ao tempo e a desposjsão da teRa”²²⁵.

Cointa partiu da França na mesma tripulação do reforço solicitado por Nicolas Durand de Villegagnon ao Conde de Châtillon, por meio da correspondência enviada por seu sobrinho, M. Boissy - senhor de Bois-le-Comte, que retorna ao Rio de Janeiro em 10 de março de 1557²²⁶, numa frota de três navios com novos colonos, entre eles, operários, marinheiros e 14 reformistas, que, segundo Fragoso²²⁷, escolhidos pelo próprio Calvino. Eram cerca de trezentos homens; entre eles, João de Bolés.

E, assim, Bolés chegou à Guanabara e no forte Coligny esteve com os franceses e em companhia de Villegagnon. Jean Crespin aponta Cointa como principal responsável pelas primeiras discussões entre os franceses,

²²⁴ ABN. **Processo de João de Boles e justificação requerida pelo mesmo (1560-1564)**. Rio de Janeiro, 1903-1904. v. 25. p. 255.

²²⁵ ABN. **Processo de João de Boles e justificação requerida pelo mesmo (1560-1564)**. Rio de Janeiro, 1903-1904. v. 25. p. 255.

²²⁶ LÉRY, Jean de. **Viagem à terra do Brasil**. Trad. Sérgio Millet segundo a edição de Paul Gaffarel. 2ª ed. Biblioteca Histórica Brasileira VII. São Paulo: Martins, 1951. p.77.

²²⁷ FRAGOSO, Augusto Tasso. **Os franceses no Rio de Janeiro**. 3º edição. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004. p.48.

Impulsionado pela ambição e pelo louco desejo de ser considerado mais instruído que os ministros, afetou sobretudo a intensão do episcopado, alegando que lhe fora prometido na França. Mas ele foi descartado como imprudente e inconveniente, tendo desde então sido mal estimado na companhia. Ele concebe tal ódio contra os ditos minisires, mostrando sua tolice em todas as disputas e pregações, rigorosamente torcendo para contemplar alguma²²⁸.

Segundo Crespin, Jean Cointa foi embargado na sua aspiração e desde a viagem, se encontrara aborrecido, de ego ofendido e sem estima para a companhia, pois desejava exercer a intendência do episcopado prometido ainda na França - segundo ele. Luiz Fabiano de Freitas Tavares acrescenta que “diante da indiferença dos ministros genebrinos quanto a seus intentos, Cointa teria se tomado de raiva e assim que chegasse a Guanabara começaria a intrigar contra os pastores, junto a Villegagnon”²²⁹

Anchieta, ao descrever os franceses que estavam no Rio de Janeiro, caracteriza Jean Cointa ao geral padre Diogo Laínes da seguinte maneira:

um deles, instruído nas artes liberais, grego e hebraico, que sabe bem a língua espanhola e mui versado na Sagrada Escritura, ou por medo de seu capitão, que tinha diversa opinião, ou por querer semear seus erros entre os portugueses, veio-se para cá, com outros três companheiros iletrados idiotas [Pedro Vila Nova, Dionísio Bouilly e André Lafon], que, como hóspedes e peregrinos, foram recebidos e tratados mui benignamente²³⁰.

Já Jean de Léry descreve Jean Cointa como o apelidado de Hector - também assim chamado nos registros de Jean Crespin - e cita Bolés ao descrever as

²²⁸ Tradução literal: *poussé d'ambition et d'un fol désir d'estre estimé plus docte que les Ministres, affectoit l'intendence d'Episcopat par dessus iceux, alléguant qu'elle lui avoit esté promise en France. Mais il en fut débouté comme un téméraire et impudent, estant depuis mal estimé en la compagnie. Il conceut une haine mor telle contre lesdits minisires, faisant preuve de sa folie em toutes les disputes et prédications, epiloguant rigoureusement pour estre veu quelque chose.*

_____. CRESPIN, Jean. **Histoire des choses memorables advenues em la terre du Brésil, partie de L'Amerique australe, sous le gouvernement de N. de Villeg. Depuis l'na 1555 jusques a l'an 1558.** In: GAFFAREL, Paul Louis Jacques. **Histoire du Brésil Français ao seizième siècle.** Paris: Maisonneuve et C^{le}, 1878. p.447.

²²⁹ TAVARES, Luiz Fabiano de Freitas. **Da Guanabara ao Sena: Relatos e cartas sobre a França Antártica nas guerras de religião.** Dissertação (mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense. 2009. p.108.

²³⁰ Do Irmão José de Anchieta ao Geral Padre Diogo Laínes, Roma. São Vicente, 1º de junho de 1560.
_____. ANCHIETA, José de. **Minhas Cartas Por José de Anchieta.** Edições Loyola. São Paulo: Melhoramentos, 1984. p.69-70.

polêmicas cerimônias em que ele protagonizou questões com Villegagnon, mas sempre pautado nos registros de Crespín - pelos quais também trataremos em outros dados; porém, de uma forma geral, ele descreve que Jean Cointa:

doutor em teologia da Sorbonne, cujas opiniões estavam tão mal sentadas e dolorosamente procurando a verdade religiosa que ele não conseguia entender. O papel desse personagem é muito complexo. Ele realmente tinha dúvidas sobre a religião ortodoxa, ou era apenas um vulgar ambicioso, a quem o desejo de elogiar seus colegas lançava na apostasia? Às vezes estava interessado nas agitações de sua consciência, às vezes mudava frequente e vergonhosamente sua opinião. Hoje um católico ardente, amanhã calvinista convencido, logo ele retornará a sua antiga crença; e, no entanto, como sempre parece sincero, quase desculpa suas hesitações e contradições.²³¹

Mediante esta pluralidade tendenciosa de relatos, percebemos o quão tais descrições são descondizentes, infiéis a uma só personalidade, cada qual, flexibilizando o protagonismo de Jean Cointa às condições que descreviam, favorecendo seus rivais religiosos.

Por seis meses, segundo o próprio Jean Cointa, em depoimento ao processo inquisitorial, *“no dito tempo fizera alguns estatutos aserqua de governamsa da teRa que lhes amtão paResera neçesario”*²³². Por meio desta atividade, teve maior contato com os protagonistas da França Antártica, tais como Jean de Lery, Pierre Richier, Guillaume Chartier e o próprio Villegagnon. No seu processo de Inquisição, foi perguntado

se no dito tempo lhes emsinara alguma cousa da fee ou fizera sobre yso alguns estatutos dise que não hera esse seu cargo e que na mesma armada omde elle veio em outra naoo vierão dous homens um por nome mestre guilherme e outro mestre pedro os quais vinhão para pregarem e pregarem a fee aos que na dita fortaleza estauão e que não sabja se herão teoleguos os quaes herão naturais de

²³¹ Tradução literal: *ce docteur en théologie de la Sorbonne, dont les opinions étaient si mal assises, et qui cherchait péniblement la vérité religieuse qu'il ne pouvait saisir. Le rôle de ce personnage est fort complexe. Avait-il réellement conçu des doutes sur la religion orthodoxe, ou n'était-ce qu'un ambitieux vulgaire, que le désir de primer ses collègues jeta dans L'apostasie? Tantôt on s'intéresse aux agitations de sa conscience, tantôt on traiterait volontiers de trafics honteux ses fréquents changements d'opinion. Aujourd'hui catholique ardent, demain calviniste convaincu, bientôt il reviendra à ses anciennes croyances ; et néanmoins, comme il paraît toujours sincère, on excuse presque ses hésitations et ses contradictions.*

_____. GAFFAREL, Paul Louis Jacques. **Histoire du Brésil Français ao seizième siècle**. Paris: Maisonneuve et C^{le}., 1878. p.244-245.

²³² ABN. **Processo de João de Boles e justificação requerida pelo mesmo (1560-1564)**. Rio de Janeiro, 1903-1904. Vol. 25. p. 255.

*janebra e desjulos de calujno*²³³.

Neste período, presenciara os desafios de convívio entre os católicos e calvinistas, com seus costumes e ambições de doutrinação e prática da fé. Enviados por Calvino e financiados por Gaspar de Coligny, Villegagnon acolheu os genebrinos e calvinistas; religioso e conhecedor da teologia católica, aperfeiçoado na arte militar de marinharia, da diplomacia e das línguas, Cavaleiro de Malta, segundo alguns documentos, se comprometeu a permitir as práticas reformadas por João Calvino - que transmutavam várias práticas e celebrações da Igreja Católica - mas as querelas, os confrontos, embora apontem o Senhor de Bolés como o causador em várias narrativas, era inevitável para a mentalidade cultural e as ambições missionárias religiosas que aqueles homens carregavam consigo.

Como já registrado acima, a convite de Gaspar de Coligny – por meio de seu primo, Jean Cointa veio da França pelo conhecimento que tinha, para fazer os estatutos da governança da terra. Mas, decepcionado com a negação do episcopado que lhe fora prometido, passou a se posicionar contra o exercício das transmutações das práticas religiosas que os representantes de Calvino celebravam, instigando os manifestos de Villegagnon, que, além de católico, era representante da Cruz de Malta.

A discussão começou com a celebração da Ceia do Senhor. Cointa e Villegaignon desejaram que, de acordo com os antigos usos da Igreja, a água e o vinho fossem misturados na consagração. Os ministros recusaram-se a fazê-lo alegando as Sagradas Escrituras. "Essas disputas foram feitas antes da administração da última Ceia e foram levemente consensuadas; pelo menos as partes, por um lado, e o outro, por estarem de acordo". Os ministros especialmente fizeram grandes concessões, porque esperavam que seus oponentes convertessem solenemente, e que esse exemplo trouxesse aqueles que ainda hesitavam.²³⁴

²³³ ABN. **Processo de João de Boles e justificação requerida pelo mesmo (1560-1564)**. Rio de Janeiro, 1903-1904. Vol. 25. p. 255.

²³⁴ Tradução literal: *La discussion roula d'abord sur la célébration de la Cène. Cointa et Villegaignon voulaient que, conformément aux anciens usages de l'Eglise, l'eau et le vin fussent mêlés dans la consécration. Les ministres s'y refusaient en alléguant les Saintes Ecritures. «Ces disputes se firent devant l'administration de la Cène, et s'appointèrent légèrement ; pour le moins, les parties d'une part et d'autre feignoyent estre d'accord ». Les ministres surtout firent de grandes concessions, car ils espéraient que leurs contradicteurs se convertiraient solennellement, et que cet exemple entraînerait ceux qui hésitaient encore.*

_____. GAFFAREL, Paul Louis Jacques. **Histoire du Brésil Français ao seizième siècle**. Paris: Maisonneuve et C^{le}., 1878. p.246.

Mas Bolés apareceu nesta oportunidade e levantou novas objeções, e, segundo Jean Crespin,

Ele não só não levantou novas objeções, mas novamente duvidou da sinceridade de tal consagração, consentindo, porém, antes de receber a Comunhão das mãos de Pierre Richier e de acordo com os formulários usados em Genebra, para fazer a confissão pública de suas falhas e abjurar o catolicismo²³⁵.

Desde então, a ilha perdeu seu foco sobre sua fortificação, as conquistas e colonizações a partir da França Antártica, pois seus membros não se ocupavam com outra coisa a não ser estudos e querelas sobre as práticas da fé e das sagradas escrituras.

Bolés, que, como Rabelais, era conhecedor das obras de Erasmo de Roterdã²³⁶, intelectual da Sourbonne, que questionara sobre assuntos que influenciaram o cotidiano da mentalidade na Europa daquele momento, e que, por sua vez, se prolongavam até a América Portuguesa. Tal postura proporcionou no rompimento com Nicolas Durand de Villegagnon, em oposição aos ministros calvinistas da ilha de Coligny.

Para ganhar tempo, não perder o apoio e o prestígio, mas ainda almejando banir de vez as práticas religiosas - cerimoniais calvinistas - dos ministros Pierre Richier, Guillaume Chartier e seus seguidores, o governador da França Antártica percebeu que o retorno imediato dos genoveses à França arruinaria a colônia, pois era óbvio que eles reclamariam amargamente a deslealdade de Villegagnon, embargando qualquer novo apoio protestante para o projeto, especialmente o de Gaspar de Coligny, que antes era católico mas se convertera ao calvinismo. Sendo assim, ele fingiu escutar o conselho de Cointa e, para organizar a má situação decorrente das querelas religiosas da ilha e para satisfação de ambos, o melhor era

²³⁵ Tradução literal: *non seulement il ne souleva pas de nouvelles objections, mais encore, comme on doutait de sa sincérité, il consentit, avant de recevoir la communion des mains de Richier, et d'après les formes usitées à Genève, à faire la confession publique de ses fautes et à abjurer le catholicisme.* _____. GAFFAREL, Paul Louis Jacques. **Histoire du Brésil Français au seizième siècle**. Paris: Maisonneuve et C^{le}., 1878. p.246.

²³⁶ Deduzimos isso, por, além da sua formação, que naquele período era uma das bases teóricas teológicas na Europa, e por terem as mesmas posições sobre a fé. Desidério Erasmo (1466-1536), de Roterdã - capital européia da cultura, foi um teólogo e humanista neerlandês que viajou por grandes centros acadêmicos da Europa do século XVI. Representante do Renascimento, optou por uma vida acadêmica independente, de liberdade intelectual, na literatura e na teologia, recusando-se a opinar sobre as traduções e posturas de Martinho Lutero. Suas obras influenciaram vários intelectuais sobre os assuntos que abordavam acerca das questões sobre o Humanismo.

pedir novas instruções na Europa.

Ele sugeriu que um dos dois ministros fosse mandado de volta para a Europa por um dos navios que estavam prestes a trazer notícias da colônia para a França. Enquanto esperavam pelo seu retorno, os protestantes se comprometiam a não administrar os sacramentos, e nunca a falar sobre os artigos que eram objeto da discussão.²³⁷

Ainda segundo Crespin, quando Cointa e Villegagnon perceberam que a embarcação que retornava à França já não poderia mais voltar ao forte, declararam aos que ficavam em terra que não aceitariam nenhuma resolução que não procedesse da Sorbonne; e, contrariando Cointa, Villegagnon adicionou outros artigos na resolução, tais como “a transubstanciação, a invocação dos santos, as orações pelos mortos, o purgatório e o sacrifício da missa”.²³⁸

Dessa maneira, Bolés vai morar num vilarejo, que, segundo Lery, se trata da famosa Briqueterie ou olaria – a esquerda de quem entra na Guanabara – onde Pierre Richier, Philippe de Corguilleray, o Senhor Dupont – já estavam, desde que, assim como Cointa, foram expulsos do forte Coligny, sob os xingamentos de *bocas inúteis* por Villegagnon. Aquele momento remetia a situação assoladora que os europeus viviam, nas palavras de Paulo Knauss de Mendonça, “é como se a ilha, inicialmente sob o espectro de Malta, se constituísse em síntese do movimento da Reforma religiosa européia, cindindo os franceses entre os do continente e os da ilha, que, por seu turno, eram divididos entre os seguidores dos genebrinos e os do comandante Villegagnon”²³⁹.

Para Jean Crespin, Bolés percebera do mau ocasionado pela sua desenfreada ambição, quando se viu entregue ao abandono, sem nenhuma importância, exilado entre os selvagens, e isto por Villegagnon, de quem almejava ser reconhecido com distinções e recompensas. Por isso, “nesta nova fase, amaldiçoava com grandes

²³⁷ Tradução literal: *Il lui proposa de renvoyer en Europe l'un des deux ministres par un des navires qui allaient prochainement porter en France des nouvelles de la colonie. En attendant son retour les protestants s'engageraient à ne pas administrer les sacrements, et à ne jamais parler sur les articles qui formaient l'objet de la discussion.*

_____. GAFFAREL, Paul Louis Jacques. **Histoire du Brésil Français au seizième siècle**. Paris: Maisonneuve et C^{le}., 1878. p.251.

²³⁸ CRESPIN, Jean. **A tragédia da Guanabara**. Tradução de Domingos Ribeiro. São Paulo: Cultura Cristã, 2007. p.38.

²³⁹ KNAUSS DE MENDONÇA, Paulo. **O Rio de Janeiro da pacificação: franceses e portugueses na disputa colonial**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade, 1991. p.115.

imprecações o dia e a hora em que havia conhecido Nicolas Durand de Villegagnon”²⁴⁰²⁴¹.

Daí em diante, Bolés tem a oportunidade de conviver no litoral da América Portuguesa. No contato com os Tamoios, se engaja nos preparos de um ataque à Capitânia de São Vicente, e, ao chegar lá, “o francês com um criado seu, abandonou as ordas indígenas, indo ao encontro dos portugueses”²⁴², que tinham os Tupiniquins – tribo rival dos Tamoios – como aliados. Logo,

começou a blasonar que era fidalgo e letrado, e, com esta opinião e uma fácil e alegre conversação, que tem, fazia admirar-se os homens e que o estimassem. Escreveu também uma breve carta ao Pe. Luís da Grã, que estava então em Piratininga, na qual dava conta de quem fosse e do que havia aprendido, dizendo que depois que o moderador de sua adolescência, varão singular, o havia metido nas covas das Pierides, e bebera na fonte cavallina ameníssimos arroios de sabedoria, passara ao estudo da Sagrada Teologia e Divina Escritura, que para mais facilmente alcançar, havia aprendido a língua sacra, isto é, a hebréia, dos mesmos rabinos, dos quais havia ouvido muitos segredos, que praticaria com o padre quando se vissem. Tais coisas pouco mais ou menos compreendia na sua epístola, que concluiu com um dístico”²⁴³.

Neste novo ambiente, Bolés percebe a mediação dos padres jesuítas entre os nativos locais e os colonizadores portugueses e não se agrada da forma, passando a questionar seus erros, “dizendo muitas coisas das imagens dos santos que aprova a Santa Igreja, do Santíssimo Corpo de Cristo, do Romano Pontífice, das indulgências e outras muitas coisas”²⁴⁴, suas práticas de fé e a catequização dos

²⁴⁰ GAFFAREL, Paul Louis Jacques. **Histoire du Brésil Français au seizième siècle**. Paris: Maisonneuve et C^{le}., 1878. p.447-448.

²⁴¹ CRESPIIN, Jean. **A tragédia da Guanabara**. Tradução de Domingos Ribeiro. São Paulo: Cultura Cristã, 2007. p.42.

²⁴² KNAUSS DE MENDONÇA, Paulo. **O Rio de Janeiro da pacificação: franceses e portugueses na disputa colonial**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade, 1991. p.115.

²⁴³ Na mitologia Grega, as Nove Musas eram filhas do rei da Macedônia – Pieros - de Zeus, rei dos Olímpicos, e Mnemôsine, deusa da memória, e que nasceram em Pieria na Trácia, ao pé do monte Olimpo, por qual às vezes lhes chamavam *deusas olímpicas*. Foram consideradas *ninfas inspiradoras das fontes*, - na Grécia e em Roma - próximas das quais eram adoradas, e levaram nomes diferentes em distintos lugares.

____. ANCHIETA, Pe. José de. **Cartas-Correspondência Ativa e Passiva do Pe. Joseph de Anchieta.**, S.J. Obras completas - 6º volume, 2º ed. Pesquisa, organização, introdução e notas do Pe. Hélio Abranches Viotti. São Paulo: Edições Loyola, 1984. p.69 e 70.

²⁴⁴ ANCHIETA, Pe. José de. **Cartas-Correspondência Ativa e Passiva do Pe. Joseph de Anchieta.**, S.J. Obras completas - 6º volume, 2º ed. Pesquisa, organização, introdução e notas do Pe. Hélio Abranches Viotti. São Paulo: Edições Loyola, 1984. p.70.

autóctones de São Vicente. Tais polêmicas, que temperavam com certo sal de graça, despertavam a curiosidade do povo ignorante que Bolés cativara por sua boa oratória e a fúria dos representantes da fé católica. O padre Luís da Grã, ainda segundo Anchieta, sabendo disso, “veio de Piratininga a se opor a pestilência e arrancar as raízes ainda tenras deste mal, que começava a brotar”.

As cartas do padre José de Anchieta, nas informações sobre a vinda do padre Luís da Grã de Piratininga a São Vicente, denotam certo desconforto do padre Gonçalo Monteiro - que durante algum tempo ocupou o ofício de capitão-mor de São Vicente, nomeado por Martim Afonso de Sousa, quando se ausentou de sua capitania - que ali era pároco e permitia que Jean Cointa “vomitasse de seu estomago seus fétidos erros”.

Tendo receio disso, e não sem favorecer fortasse, para a seu respeito, mandou-lhe uma invectiva, cujo princípio era este: *Adeste mihi caelites, afferte ancipites ad faciendam vindictam in Lodovicum Dei osorem etc*²⁴⁵. Na qual o acusava e repreendia mui acremente, porque não partia o pão da doutrina aos portugueses, por muitas coisas com que lhe parecia que se exasperava o padre. Mas o padre, que tratava a causa de Deus e não a sua, tendo mais respeito à comum salvação de todos, que à sua própria glória, foi se ao vigário requerendo que não deixasse ir por diante esta peçonha luterana²⁴⁶.

Essa rivalidade proporciona o entendimento do que registra a existência de um primeiro processo, que segundo Anchieta, padre Gonçalo Monteiro fez desaparecer²⁴⁷, sequenciando na absolvição de Jean Cointa, o senhor de Bolés, no segundo, sob a alegação de não encontrar motivo para a condenação.

Vistos estes autos e o que per eles se mostra não nos ey por obligatorem contra Joam de cojnta monsjor de boles porque ha denunciação do padre luys da graam não hobriga que se Refere [e pero de la cruz] e o testemunho de pero de la cruz antes ho salua que comdena o dito monsjor de boles e o testemunho do padre manael da nobrega no Remate dele escuza ho mesmo boles

²⁴⁵ Acudi-me Anjos do céu, trouxe-me espada de dois gumes, para dar cabo de Luís, inimigo de Deus. Cf. SI CXLIX, 6-7. Com essa invectiva, conseguiu pretexto para lançar à conta de espírito de vingança, o processo que lhe moveu Luís da Grã (Padre Gonçalo Monteiro).

²⁴⁶ ANCHIETA, José de. **Minhas Cartas Por José de Anchieta**. Do Ir. José de Anchieta ao Geral P. Diogo Laínes, Roma. São Vicente, 1º de junho de 1560. Edições Loyola. São Paulo: Melhoramentos, 1984. p.75.

²⁴⁷ ABN. **Processo de João de Boles e justificação requerida pelo mesmo (1560-1564)**. Rio de Janeiro, 1903-1904. Vol. 25. p. 215 -308. p.235.

*hatribuyndo lhe a jgnorancias suas cousas e o testemunho do jrmão josee Reportase ao padre graãm e pero de la cruz ho que tudo não parrese cousa jimportante nem que obrigue pelo que ho absoluo e apelo pêra ho senhor bispo/gonsalo monteiro*²⁴⁸.

Anchieta registra que “Dom Pero Leitão, o bispo, agiu com firmeza e serenidade no caso, detendo preso na Bahia o perigoso heterodoxo, até o enviar, conforme solicitara o réu, à Inquisição, a Lisboa. Quanto a Mem de Sá, não tinha porque invadir o foro eclesiástico”²⁴⁹.

Para Felipe Pena, ao organizar a vida com uma história linear, o biógrafo fornece uma razão ao seu objeto e tranquiliza o seu leitor, que se identifica no passeio pela “estrada percorrida”. Associar a vida a um caminho ou estrada facilita a compreensão, facilita a narração, facilita a venda.²⁵⁰ O protagonismo de Jean Cointa, comparado ao de seus contemporâneos, não se faz tão conhecido; entre as várias versões que conhecemos sobre Bolés, descobrimos que seu nome também muda, à medida que muda o local, a ocasião ou o autor que registra sua história. Este fato contribui para a dispersão ao correlacionar Bolés aos acontecimentos que esteve presente. Em seu processo, se registra, ora, Jehovanan Cointa, outra, Joavano Cointa, Coynta, Jehovanan des Boulez, Joavano des Bolez e Des Boulez; já nas crônicas francesas dos seus contemporâneos, ora encontramos Jean Cointac, outra, Jean Cointa e, por fim, no aportuguesado brasileiro, ficou registrado como João de Bolés.

Segundo os registros do seu processo, o réu deu entrada no cárcere de Lisboa em 28 de outubro de 1563. E segundo consta, além de ter lido um livros luteranos, escreveu um livro contra judeus e mouros - *Colóquio de Joavana Senhor de Boulez contra Alchana de Farao capitão turco* - e um livro contra João Calvino e suas obras heréticas²⁵¹.

João Capistrano de Abreu descreve que “em Portugal, em 1900, o erudito Souza Viterbo, nos Annaes da Academia, apurava que Jean Cointa, autor de dois

²⁴⁸ ABN. **Processo de João de Boles e justificação requerida pelo mesmo (1560-1564)**. Rio de Janeiro, 1903-1904. Vol. 25. p. 215 -308. p.235.

²⁴⁹ ANCHIETA, Pe. José de. **Cartas-Correspondência Ativa e Passiva do Pe. Joseph de Anchieta.**, S.J. Obras completas - 6º volume, 2º ed. Pesquisa, organização, introdução e notas do Pe. Hélio Abranches Viotti. São Paulo: Edições Loyola, 1984. p.76.

²⁵⁰ PENA, Felipe. **Teoria da Biografia sem fim**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004. p.20.

²⁵¹ ABN. **Processo de João de Boles e justificação requerida pelo mesmo (1560-1564)**. Rio de Janeiro, 1903-1904. Vol. 25. p. 215 -308. p.275.

livros publicados em Lisboa, era o Bolés das crônicas de Jean de Lery"²⁵²; descobria-se então o processo do calvinista da Inquisição daquela cidade e lançava os primeiros lineamentos do perfil deste notável aventureiro.

Alain Corbin²⁵³ esclarece que, quando estuda a história da vida privada e a história do íntimo, o historiador é condenado a evocar apenas pessoas que praticaram a escrita de si, ou que foram colocadas sob uma luz particular, seja da polícia, seja do confessor, seja do médico, enaltecendo que a questão do indivíduo, o historiador aprende em massa, calculando taxas de natalidade, de nupcialidade, de mortalidade etc., destacando ainda que o problema, para o historiador, é detectar a história na história, e não decretar. Sobre Bolés, além da documentação disponível - as duas partes do seu processo de inquisição - dispusemos também do processo de seu criado, Pêro de Villa Nova das cartas dos jesuítas contemporâneos, entre as quais, a do Padre José de Anchieta e depois, a do Padre Simão de Vasconcelos, além das crônicas de Nicolas Durand de Villegagnon, Nicolas Barré, Jean de Léry, Jean Crespin e etc.

Mediante as pesquisas sobre a história de Bolés, especialmente - seguindo a cronologia dos registros - ao considerarmos os dados que o padre Simão de Vasconcelos registra em 1672, uma indagação surgiu comum aos demais pesquisadores deste personagem: a versão da possível participação de Anchieta na execução de Bolés. O sumiço do primeiro processo de Bolés - que segundo Anchieta, o padre Gonçalo Monteiro fez desaparecer, a resistência de parte da Igreja para canonizar Anchieta por quase cinco séculos, e que só veio a acontecer em abril de 2014, após a visita do Papa Francisco ao Brasil, em julho de 2013, ambos acontecimentos levantam suspeitas de tentativas de ocultar tal versão, quer pela rivalidade religiosa daquele momento, quer pela credibilidade que o padre José de Anchieta e a ordem Companhia de Jesus, envolvendo os seus jesuítas, tinham para os autóctones e os demais componentes da sociedade colonial. E ainda que doravante, a canonização de Anchieta tenha se concretizado em 2014, ao longo da história percebe-se que resultados e conquistas são influenciados por acontecimentos em torno do poder do momento. Tal reflexão se justifica na frase de

²⁵² ABREU, João Capistrano de. **Ensaio e estudos (crítica e História)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

²⁵³ CORBIN, Alain. **O Prazer do Historiador - Entrevista concedida a Laurent Vidal**. Tradução de Christian Pierre Kasper. São Paulo: Revista Brasileira de História, 2005.

Hannah Arendt, que alega: “nada mais imprevisível que o passado - ainda que o mais recente - pois ele muda em função do partido de quem está no poder”²⁵⁴.

Não obstante, à medida que as pesquisas avançaram, outras versões passam a ser consideradas de tamanha importância, já que também tinham fundamentos pautados em documentos, como o término do processo de Bolés em Lisboa, arquivado e disponível na Torre do Tombo²⁵⁵, que condena Bolés de abjuração em forma, cárcere a arbítrio, penitências espirituais e a proibição de sair do reino sem licença dos inquisidores, as duas obras publicadas por Cointa em Portugal²⁵⁶ e os relatos de Bolés ter sido condenado na fogueira da Inquisição Portuguesa em Goa.

Para Pierre Bourdieu, “a individualidade da biografia enriquece a história com questionamentos diferentes do conhecido até então”²⁵⁷. Deste ponto, podemos partir para a análise tendo como base a micro-história – trataremos nas próximas páginas - que sugere reformular concepções, exigências e procedimentos, permitindo uma revisão crítica dos instrumentos e procedimentos da análise histórica.

Entre tantas versões, as crônicas de Jean de Léry, francês com tanto em comum a João de Bolés, comparado aos registros de Jean Crespin, deixa vago o seu posicionamento a respeito da história do seu conterrâneo, Jean Cointa; sua obra é referência ao citar a participação de Bolés apenas nas polêmicas querelas do Forte Coligny, na França Antártica, justificada talvez pelo seu posicionamento sempre junto ao de Villegagnon, em oposição aos representantes de Calvino.

2.2 Participação na França Antártica: estatutos e disputas pelas práticas da fé

²⁵⁴ ARENDT, Hannah. **ORIGENS DO TOTALITARISMO - Anti-semitismo, Imperialismo, Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1951.

²⁵⁵ Arquivo Nacional da Torre do Tombo. **Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Processo 1586 (de Giovanni des Bolez)**. Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 6001. PT/TT/TSO-IL/028/05451. 74 fl. 1v.

²⁵⁶ As obras foram publicadas por Marcos Borges, em 1566:

____. COINTHA, Jean (João des Bolez). **Paradoxo ou Sentença Philosophica Contra a Opinião do Vulgo: Que a Natureza não faz o Homem se não o Vulgo**. Lixboa: Marcos Borges, 1566.

____. COINTHA, Jean (João des Bolez). **Catholica e Religiosa Amoestação à Sujeitar, o Homem sem Entendimento à Obediência da Fé com breve & crara & douta exposição do Simbolo dos Apostolos, pelo Senhor des Bolez**. Lixboa: Marcos Borges, 1566.

²⁵⁷ BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. (org.). Usos & abusos da história oral. 8.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p.183-191.

O tempo da história é o tempo das coletividades, ou seja, um tempo comum aos indivíduos de um mesmo grupo. Segundo Antoine Prost, “para estudar os homens que vivem em sociedade, a história se serve de um tempo social e de referências temporais que são comuns aos membros da mesma sociedade. No entanto, o tempo não é o mesmo para todas as sociedades”²⁵⁸.

O século XVI foi um século cheio de transformações para muitos países da Europa, especialmente para a França, que vivenciava a formação e a transformação da sociedade de corte, como esclarece Norbert Elias – por meio da distribuição de terras e de dinheiro e das modificações na prática de guerras, que a partir do afluxo de recursos financeiros, permitia a contratação de tropas com comandantes empreendedores para guerrear em nome do rei²⁵⁹. Tais fatos provocaram o empobrecimento dos mais pobres e o enriquecimento da burguesia, que, em seu auge, financiava descobertas e explorações visando novas rotas e maiores lucros nos empreendimentos.

No mesmo nível, experimentava, por conseguinte, a cultura e a religião, várias transformações, e tais mudanças nas metrópoles europeias refletiam nos espaços colonizados. Jean Cointa e Nicolas Durand de Villegagnon, assim como o padre André Thevet, os ministros calvinistas Pierre Richier e Guillaume Chartier, Jean de Léry, Nicolas Barrés, Jean Crespin e outros agentes da França Antártica, eram “frutos/filhos” desta mentalidade em transformação, e protagonizaram na construção do forte Coligny.

Os franceses, na tentativa da instalação da França Antártica, eram dirigidos por Villegagnon, a quem Henrique II confiara desbravar a Guanabara e por ela “expulsar os portugueses e instalar diversos núcleos colonizadores para comerciar com a metrópole e interferir no comércio marítimo com a Índia”²⁶⁰. Para isso, alguns homens com qualificações específicas foram convidados a comporem a expedição. Entre eles, Jean Cointa, para, segundo o mesmo e alguns cronistas contemporâneos seus, redigir os estatutos que organizariam a colônia francesa.

²⁵⁸ PROST, ANTOINE. **Doze lições sobre história**. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira - Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2008. p.96-97.

²⁵⁹ ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da releza e da aristocracia de corte**. Tradução: Pedro Sussekind. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 168-169.

²⁶⁰ MARIZ, Vasco Mariz & PROVENÇAL, Lucien. **Villegagnon e a França Antártica**. 2º edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p.80.

Bolés, entre suas características, era eloquente e persuasivo em suas falas, segundo Jean Crespin, tanto em francês como em latim, e adaptava-se ao paladar de cada um, sempre expondo posições sobre questões frívolas e néscias que trazia a público, com o intuito de parecer superior e mais idôneo que os pastores legitimamente eleitos, com quem, segundo as crônicas de Crespin, tinha rivalidade do exercício que Bolés alegava ter sido prometido para si ainda na França - a intendência do episcopado. Tais virtudes destacavam Cointa entre os demais franceses e faziam com que Villegagnon o ouvisse e se aproximasse com particular interesse.

A alegação de que fora prometido o cargo da intendência do episcopado a Bolés, ainda na viagem a caminho da Guanabara, fizera com que os ministros calvinistas o vissem como pretencioso, arrogante, e a ignorá-lo. Segundo Crespin, esta situação é um fator possível e de peso para que Bolés exibisse suas virtudes a Villegagnon desde os primeiros trabalhos com os estatutos da ilha, se assegurasse para possíveis alianças nas manifestações polêmicas que geraram querelas sobre Santa Ceia, do Batismo, etc., e das quais se posicionou contra as práticas dos ministros calvinistas.

Entre as temáticas das querelas, segundo Crespin,

Cointa e Villegaignon queriam, de acordo com antigos usos da Igreja, que a água e o vinho fossem misturados na consagração. Os ministros recusaram-se a fazê-lo alegando Sagradas Escrituras "Essas discussões aconteceram antes da administração da Última Ceia, aproximando-se; para ambos, um e outro lado fingiam estar de acordo."²⁶¹

Neste meio tempo, os ministros fizeram concessões aos apontamentos de Bolés e Villegagnon, almejando que seus oponentes se convertessem solenemente para, dessa maneira, servirem de exemplo àqueles que ainda hesitavam. O dia marcado para a cerimônia foi 21 de março. Cointa, na oportunidade, é convidado por Pierre Richier - de acordo com as formas usuais naquele período em Genebra - para fazer confissão de seus defeitos e abjurar o catolicismo publicamente; este fato

²⁶¹ Tradução literal: *Cointa et Villegaignon voulaient que, conformément aux anciens usages de l'Eglise, l'eau et le vin fussent mêlés dans la consécration. Les ministres s'y refusaient en alléguant les Saintes Ecritures. "Ces disputes se firent devant l'administration de la Cène, et s'appointèrent légèrement ; pour Le moins, les parties d'une part et d'autre feignoient estre d'accord.*

_____. GAFFAREL, Paul Louis Jacques. **Histoire du Brésil Français au seizième siècle**. Paris: Maisonneuve et C^{le}., 1878. p.246.

aumenta a fúria de Bolés com os ministros calvinistas e ele admite depois a Villegagnon que tal ocorrido o fez sentir-se humilhado. Segundo Gaffarel,

Depois de sua solene abjuração, Cointa dera um novo passo a frente. Ele tinha acabado de se casar com uma dos raras mulheres francesas que haviam concordado em vir ao Brasil. Ela era sobrinha e herdeira de um Rouennais, chamado La Roquette, que tinha acabado de morrer, deixando-lhe uma variedade grande de mercadorias. Richier abençoou esse casamento que ocorreu em 17 de maio; mas o novo convertido não demorou muito para se arrepender de sua abjuração e seu casamento.²⁶²

Para Léry, João Cointa só desposou a moça porque herdara todos os seus bens, tais como “grande quantidade de facas, pentes, espelhos, contas de côr, anzóis e outros objetos próprios para o tráfico com os selvagens”²⁶³.

Paul Gaffarel acrescenta ainda que Cointa encontrou em Villegagnon um confidente, desabafando suas questões sobre a prática da fé dos calvinistas e as práticas dos antigos costumes. As crônicas escritas pelos simpatizantes de Calvino - Richier, Chartier, Léry e o próprio Crespin - registram Bolés como um erudito que se apóia nas leituras da sua formação²⁶⁴ sobre a fé, mas que, de mente ansiosa, se confunde com os próprios questionamentos, mostrando-se inseguro de si.

Após terminar seu curto casamento com a sobrinha e herdeira de um senhor de *La Rouquete - Rouennais*²⁶⁵ - realizado depois de sua abjuração na Santa Ceia - Cointa tenta recuperar o tempo perdido, excitando a impaciência de Villegagnon, mas o vice-almirante dera sua palavra aos ministros genebrinos e relutava em violá-la; porém, com sua boa fala, Cointa influencia nas reações de Villegagnon, a partir do discurso sobre o batismo:

²⁶² Tradução literal: *Après son abjuration solennelle, Cointa avait fait un nouveau pas en avant. Il venait de se marier avec l'une des rares Françaises, qui avaient consenti à venir au Brésil. C'était la nièce et l'héritière d'un Rouennais, nommé La Roquette, qui venait de mourir en lui laissant un assortiment assez complet de marchandises. Richier avait béni ce mariage qui eut lieu le 17 mai ; mais le nouveau converti ne tarda pas à regretter et son abjuration et son mariage.*

_____. GAFFAREL, Paul Louis Jacques. **Histoire du Brésil Français au seizième siècle**. Paris: Maisonneuve et C^{le}., 1878. p.248.

²⁶³ LÉRY, Jean de. **Viagem à terra do Brasil**. Trad. Sérgio Millet segundo a edição de Paul Gaffarel. 2^a ed. Biblioteca Histórica Brasileira VII. São Paulo: Martins, 1951. P.85-86.

²⁶⁴ Tais como Elogio da loucura, de Erasmo de Roterdã, Os amigos da mentira e O falso profeta, de Luciano Samósata, Pantagruel e Gargantua de François Rabelais e outros pensadores sobre as questões da fé daquele período.

²⁶⁵ GAFFAREL, Paul Louis Jacques. **Histoire du Brésil Français au seizième siècle**. Paris: Maisonneuve et C^{le}., 1878. p.248.

No final de maio, Richier estava celebrando dois casamentos na presença da maioria dos colonos. Ele pregou sobre o batismo e disse que era necessário retornar às tradições antigas e administrar este sacramento como São João Batista. Villegaignon deixa-o com grande dificuldade para terminar seu discurso, e, em plena assembléia, "o desmente e protesta contra ele dizendo que os que introduziram estas cerimônias – com sal, óleo e saliva - eram pessoas maiores e melhores que Richier e sua laia, e que quanto a ele - Villegaignon, não estava disposto a abandonar o que se observava há mais de mil anos. Richier, enérgico e nervoso, replicou vigorosamente. A querela ficava ainda mais amarga. O vice-almirante declarou que não compareceria mais para os sermões nem para orações, e tão pouco compartilharia mais refeições com os ministros²⁶⁶.

Os demais presentes na cerimônia, decepcionados, tentaram acalmar a situação, ponderando a querela e persuadindo os protagonistas a "se harmonizarem, o que Villegaignon e Cointac prometeram fazer, contanto que se pondersassem os pontos em litígio, os quais deveriam ser submetidos às igrejas da França e da Alemanha para que elas decidissem a esse respeito", segundo Jean Crespin, na tradução de Domingos Ribeiro²⁶⁷, comprometendo os ministros calvinistas a não mais administrarem sacramentos e a não mais falarem sobre os artigos que se formaram o assunto da discussão. Na tentativa de se colher respostas mais seguras, escolheram o mais jovem dos dois ministros - Guillaume Chartier - para ser o portador da consulta, mas para os cronistas calvinistas, esta proposta não passava de um artilho plano de Villegaignon e Cointac para se desembaraçarem deste pregador.

Segundo Jean Crespin, o almirante confessou mais tarde que, caso a consulta fosse favorável aos calvinistas, ele só consideraria as opiniões dos teólogos da Sourbonne. Villegaignon percebia o risco de ter seu nome queimado pelos calvinistas na França, que poderia embargar à ilha a possibilidade de novas imigrações, de investimentos para a empresa arruinando a colônia. Tais discussões fizeram com

²⁶⁶ Tradução literal: *Vers la fin du mois de mai, Richier célébrait deux mariages en présence de la plupart des colons. Il prêcha sur le baptême et affirma qu'il fallait revenir aux traditions antiques, et administrer ce sacrement comme l'avait fait saint Jean-Baptiste. Villegaignon le laisse à grand'peine achever son discours, puis, en pleine assemblée, « le dément et proteste contre lui que les susdits qui avoient introduit lesdites cérémonies estoient plus gens de bien que ledit Richier et ses semblables, et que quant à luy il ne vouloit délaissier ce qui avoit esté ia observé par plus de mille ans». Richier, bravé en face, riposta vigoureusement. La discussion s'aigrit tout de suite. Le vice-amiral déclara qu'il n'assisterait plus ni au prêche ni aux prières, et même qu'il ne partagerait plus ses repas avec les ministres.*

_____. GAFFAREL, Paul Louis Jacques. **Histoire du Brésil Français au seizième siècle**. Paris: Maisonneuve et C^{le}., 1878. p.250.

²⁶⁷ CRESPIN, Jean. **A tragédia da Guanabara**. Tradução de Domingos Ribeiro. São Paulo: Cultura Cristã, 2007. p.37.

que Villegagnon - tão condecorado na França por seu preparo intelectual e suas conquistas militares - se esquecesse do principal objetivo com a vinda para a Guanabara, concedendo uma importância exagerada para as querelas teológicas, esquecendo das qualidades que seus companheiros tinham para contribuir na prosperidade da colônia.

Por mais tendenciosos que tenham sido os registros dos cronistas calvinistas contemporâneos a Bolés, percebe-se que o seu protagonismo - nas manifestações sobre as questões da fé e nas normas dos estatutos da ilha - proporcionou à empresa França Antártica reações fora do planejamento do seu capitão - Nicolas Durand de Villegagnon - e dos investidores franceses, e por sua vez, a falência do projeto.

Após a partida da embarcação em que Guillaume Chartier e Philippe de Corguilleray - o senhor Du Pont - voltam à França para esclarecimentos das questões que assolavam a ilha sobre a fé, Villegagnon, segundo os cronistas calvinistas contemporâneos a esta empresa, falta com a palavra e volta atrás do acordo feito antes para acalmar os envolvidos, dizendo – ele e Jean Cointa - que não aceitariam resposta alguma que não fosse a dos teólogos da Sorbonne. Este relato é o único percebido por nós que revela os motivos da saída de Jean Cointa da ilha. E esta situação será esclarecida a seguir:

2.3 Desdobramentos entre Bolés x Villegagnon sobre a Santa Ceia: opiniões divergentes sobre o corpo de Cristo e a expulsão da ilha

Os intelectuais renascentistas procuravam viver intensamente a vida terrena, com um grande desejo de fama e de glória, interessando-se, cada vez mais, por si próprios – tal qual o individualismo. Procuravam o modelo de homem ideal, que passava por uma educação completa de boa formação cívica, intelectual e física. Nessa formação era essencial o estudo do latim e do grego, para ler as obras de autores clássicos.

Os modelos de estudos sob a visão econômica do período do Antigo Regime não eram suficientes para responder os novos questionamentos que surgiram no âmbito da História Social, especialmente os questionamentos da micro-história - tão bem representada pelas diferentes percepções do processo do Menocchio, de

Ginzburg²⁶⁸ - percebida a partir dos debates do diálogo historiográfico da antropologia com o grupo dos Annales, mediante a perspectiva estruturalista que compunha a base teórica e metodológica em voga na década de 1970, na oportunidade que se fez conhecer a história das Mentalidades, tão comum ao objeto desta dissertação com a obra de Lucien Febvre, sobre a religião de Rabelais²⁶⁹.

As abordagens socioculturais sob perspectivas diversas era o mais comum, com enfoque microanalítico por meio do uso das fontes e da riqueza documental italiana, iniciado por Edoardo Grendi e Giovanni Levi. Segundo Henrique Espada R. de Lima, “a crítica se direcionava à maneira como a mentalidade e a convicção de que os sujeitos históricos não eram conscientes e não tinham controle sobre os processos sociais e culturais de que faziam parte”²⁷⁰. Em tal mentalidade se percebe por meio dos reflexos sobre os povos do passado a partir da perspectiva dos vencedores.

Para Carlo Ginzburg, “é ao próprio conceito cultural que interessa investigar, sobretudo, as resistências do popular, as circularidades e metamorfoses culturais no limiar da época moderna”²⁷¹. Seu cenário privilegiado é o da resistência, da repressão, da domesticação, da heresia e das configurações culturais populares e alternativas na longuíssima duração.

A erudição de Jean Cointa fez dele protagonista da empresa França Antártica, e, apesar de seu nome ser vinculado a polêmicas por todos os registros - quer dos cronistas calvinistas, quer pelos católicos seguidores de Villegagnon, pelos cronistas dos colonos portugueses ou jesuítas desta história - as crônicas dos calvinistas são as que mais fornecem dados coerentes sobre sua trajetória e as discussões em que estava metido, talvez por estar vinculada ao principal protagonista da França Antártica, o cavaleiro de Malta e capitão da empresa Nicolás Durand de Villegagnon, de quem se aproximou através da função que viera desempenhar e em quem se apoiou para sustentar suas discordâncias.

²⁶⁸ GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

²⁶⁹ FEBVRE, Lucien. **O problema da incredulidade no século XVI: A religião de Rabelais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

²⁷⁰ LIMA FILHO, Henrique Espada R. **A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p.77-79.

²⁷¹ GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Paul Gaffarel, por meio das crônicas de Jean Crespin, revela que a aproximação de Villegagnon e Bolés é caracterizada por debates teológicos, que sustentavam a organização dos estatutos da ilha e que eram embasados no conhecimento das escrituras sagradas e nos pensadores estudados em suas formações na França, por confidências, especialmente quando atingiam o orgulho de ambos, que tinham em comum a rivalidade teológica com os ministros calvinistas. Segundo Gaffarel,

mesmo admitindo que Richier converteu o vice-almirante ao calvinismo, sua conversão não durou muito tempo. Fazia alguns dias desde a celebração da Última Ceia, e novos debates teológicos sobre a Eucaristia já estavam ocorrendo. Cointa, que havia contribuído muito para Villegaignon em relação às idéias genovesas, ainda era o principal instrumento de seu retorno definitivo ao catolicismo. [...] Ele se aproximou de Villegaignon, que provavelmente não desgostou desse papel de confidente, e contou-lhe sobre suas novas preocupações. Ele não perdoou os ministros pela humilhação que tinha imposto, submetendo somente a uma confissão geral e pública, e, como suas queixas particulares misturadas a sérias dúvidas, ele confundiu o seu ódio e as preocupações religiosas e pediu a Villegaignon para intervir para dissipá-los. O vice-almirante já estava muito inclinado pelo seu temperamento e seus estudos para se misturar com tais discussões²⁷².

A obra de Gaffarel, embora escrita no século XIX, proporciona a compreensão da discussão em torno da Santa Ceia, que acontecera antes da sua realização, ainda no clima receptivo e amigável entre os ministros Richier e Chartier e entre Bolés e Villegagnon. Os ministros almejavam converter seus oponentes e solenemente, com base no exemplo deles, seus seguidores, pois este foi um dos motivos que levaram Gaspard de Coligny - agora seguidor de Calvino - a patrocinar a empresa colonizadora. Gaffarel também registra a versão de que Pierre Richier

²⁷² Tradução literal: *même en admettant que Richier ait converti le vice-amiral au calvinisme, sa conversion ne dura pas longtemps. Quelques jours à peine s'étaient écoulés depuis la célébration de la Cène, et déjà s'élevaient de nouveaux débats théologiques à propos de l'Eucharistie. Cointa, qui n'avait pas peu contribué à pousser Villegaignon vers les idées Genevoises, fut encore le principal instrument de son retour définitif au catholicisme. (...) Il se rapprocha de Villegaignon, à qui sans doute ne déplaisait pas ce rôle de confident, et lui fit part de ses nouvelles inquiétudes. Il ne pardonnait pas aux ministres l'humiliation qu'ils lui avaient imposée, en le soumettant seul à une confession générale et publique, et, comme ses griefs particuliers se mêlaient à des doutes sérieux, il confondit sa haine et ses inquiétudes religieuses, et pria Villegaignon d'intervenir pour les dissiper. Le vice-amiral n'était déjà que trop porté par son tempérament et ses études à se mêler à de pareilles discussions.*

____ GAFFAREL, Paul Louis Jacques. **Histoire du Brésil Français au seizième siècle**. Paris: Maisonneuve et C^{le}., 1878. p.248-249.

teria convertido Villegagnon ao calvinismo, através das crônicas de Crespin, mas os biógrafos atuais de Villegagnon contestam esta conversão, através dos próprios pedidos de provas, como as cartas que os cronistas calvinistas diziam haver sobre tal admissão do próprio Villegagnon e os argumentos chamando João Calvino para um debate.

Jean de Léry descreve em sua crônica que

Ao terminar o sermão, Villegagnon, aparentando zelo, levantou-se e alegou que os capitães, mestres, marujos e algumas pessoas presentes ainda não professavam a religião reformada; deviam portanto sair porque não estavam aptas para assistir ao ministério da administração do pão e do vinho. E êle próprio afim de dedicar o seu fortim a Deus e fazer confissão de sua fé em face da igreja, ajoelhou-se num coxim de veludo, que um pagem trazia geralmente consigo, e pronunciou em voz alta duas orações²⁷³.

Após fazer as duas orações²⁷⁴, Villegagnon apresentou-se à mesa e recebeu de joelhos o pão e o vinho da mão do ministro, e estas ações, também praticadas por Jean Cointa, foram interpretadas pelos cronistas calvinistas como abjuração ao catolicismo, fortalecidas, talvez, por suas exposições sobre a transubstanciação e a consubstanciação. Porém, para Vasco Mariz e Lucien Provençal, tal cena parece inverossímil, ao começar pela afirmação de Jean de Léry, de que obteve cópia de tais orações proferidas, considerando que a primeira edição do seu livro²⁷⁵ - *Viagem à terra do Brasil* - só foi publicado em 1578, cerca de vinte anos depois do acontecido.

Leonice Peillard - historiador da marinha francesa - considera inconsistente as versões das crônicas de Léry e Crespin, sobre as ações de Bolés e Villegagnon, especialmente de Villegagnon, que estaria alienando seus fieis gentis-homens, capitães de navios, soldados, marinheiros e os escoceses, todos católicos, para agradar os ministros calvinistas e seus seguidores. Peillard ainda acentua que

²⁷³ LÉRY, Jean de. **Viagem à terra do Brasil**. Trad. Sérgio Millet segundo a edição de Paul Gaffarel. 2ª ed. Biblioteca Histórica Brasileira VII. São Paulo: Martins, 1951. p.80.

²⁷⁴ Ambas em anexo nas obras de Jean de Léry - *Viagem à terra do Brasil*, p.80-83 – e de Vasco Mariz & Lucien Provençal - *Villegagnon e a França Antártica*, p.173-178.

²⁷⁵ LÉRY, Jean de. **Viagem à terra do Brasil**. Trad. Sérgio Millet segundo a edição de Paul Gaffarel. 2ª ed. Biblioteca Histórica Brasileira VII. São Paulo: Martins, 1951.

“Villegagnon não era ventoinha que girava na direção para onde soprava o vento”.²⁷⁶

Já para Arthur Heulhard - historiador e jornalista francês no século XIX - as palavras de Villegagnon proferidas nas duas orações pretensas – segundo Léry e Crespin - não o comprometem. Segundo Heulhard, “foram duas invocações com considerações teológicas bastante nebulosas, onde faltam precisamente os principais traços da religião calvinista”²⁷⁷. Tanto que na mesma celebração e nos dias que seguiram, Villegagnon contestava junto a Bolés o princípio da ceia reformada.

Segundo Paul Gaffarel - por meio das crônicas de Jean Crespin -, o ministro Pierre Richier interpretou e pronunciou de maneira errônea, polêmica e impiedosa as palavras do Evangelho, em João, 1:1-51, em que registra que “o verbo se fez carne”. Para Richier, “o espírito que vivifica, a carne não tem utilidade (...) não deve ser adorado ou invocado, e a Ceia do Senhor ou a eucaristia, de qualquer maneira que recebemos o corpo de J. C, não traz nenhum benefício para quem se comunica”²⁷⁸.

Tal oratória, já expressada antes da celebração da Santa Ceia, incomodou Jean Cointa e Villegagnon, que se deixaram fermentar por tal colocação e acabaram se expressando de forma alterada no momento da celebração, proporcionando discussão e clima tenso entre os simpatizantes de Calvino e os do catolicismo presentes.

Dessa maneira, segundo Léry, Villegagnon e Bolés logo discursavam que o trecho “êste é o meu corpo, êste é o meu sangue” na Bíblia significavam que ali se encontravam o corpo e o sangue de Jesus Cristo, mas não sabiam responder como entendiam esta situação, se rejeitavam a transubstanciação e a consubstanciação. Léry acreditava

que êles nada entendiam, pois quando lhes mostrávamos por outros trechos que essas palavras e locuções são figuradas, não as refutavam com argumentos procedentes para provar o contrário, mas

²⁷⁶ PEILLARD, Leonce. **Villegagnon, vice-amiral de Bretagne, vice-roi du Brésil** Edições Perrin. Paris, 1991. p.132-133.

²⁷⁷ HEULHARD, Arthur. **Villegagnon, roi d'Amerique, un homme de mer au XVI siècle**. edições Leroux. Paris, 1897. p.198.

²⁷⁸ Tradução literal: *C'est l'esprit qui vivifie, la chair ne sert de rien (...) ne doit estre ni adoré, ni invoqué, et qu'ensuite la cène ou l'eucharistie, en quelque manière que l'on y reçoive Le corps de J. C, n'apporte aucune utilité à celui qui communie.*

_____. GAFFAREL, Paul Louis Jacques. **Histoire du Brésil Français ao seizième siècle**. Paris: Maisonneuve et C^{le}., 1878. p.248.

*permaneciam obstinados. Queriam assim, embora sem saber como fazê-lo, comer a carne de Jesus Cristo, não só espiritualmente, mas ainda materialmente, à maneira dos selvagens guaitaká, que mastigam e engolem a carne crua*²⁷⁹.

Após a discussão desta celebração, os envolvidos combinaram, para manter o bom convívio, conter seus questionamentos até que Guillaume Chartier e Du Pont retornassem com posicionamento mais esclarecido sobre a ceia. Tal qual Villegagnon visava o apoio dos colaboradores para fazer a colônia prosperar, os ministros também almejavam seguir o plano de evangelizar a colônia e fazer da França Antártica um refúgio para os reformadores calvinistas perseguidos na Europa. Mas após os desabafos de Jean Cointa, com o ego inflamado por ser intimado por Richier à confissão pública, Villegagnon volta a intervir na oportunidade da segunda celebração da ceia. Segundo Léry, Villegagnon

infringiu êle próprio o acordo que antes estabelecera e alegando terem S. Cipriano e S. Clemente escrito que na celebração da ceia cumpria pôr água no vinho, e pretendeu com obstinação não somente que isso se fizesse e mas ainda que crêssemos o pão consagrado aproveitasse tanto â alma como ao corpo. Sustentou ainda que devia pôr sal e óleo na água do batismo e, mais ainda, que um ministro não podia contrair segundas núpcias, baseando-se na passagem de S. Paulo a Timóteo - I,3-2 - em que diz “seja o bispo marido de uma só mulher”. Em suma, fiando-se tão somente em sua opinião própria, que não tinha fundamento na palavra de Deus, tudo se pôs a dirigir a seu bel prazer - alusão ao famoso desafio lançado a Calvino por Villegagnon a 13 de julho de 1560.²⁸⁰

Léry ainda descreve o argumento que registrou na primeira edição do seu livro, usando das sagradas escrituras, a passagem do pedido do leproso, para ficar limpo, alegando que “quando Jesus diz do pão, que é seu corpo, cumpre crer, sem maiores interpretações que de fato assim é”. As discussões retornaram de maneira mais tumultuosa, como já descrito antes, colerizando ainda mais o ego de Villegagnon, que propôs outras regras no estatuto.

Segundo os mesmos cronistas calvinistas, o posicionamento de Villegagnon - após a partida de Chartier e Du Pont - revelou seu caráter, decepcionando a seus aliados, inclusive a Bolés - que passou a suspeitar dele - ao acrescentar nos novos registros do estatuto a transsubstanciação, a invocação dos santos, as orações

²⁷⁹ LÉRY, Jean de. **Viagem à terra do Brasil**. Trad. Sérgio Millet segundo a edição de Paul Gaffarel. 2ª ed. Biblioteca Histórica Brasileira VII. São Paulo: Martins, 1951. p.84.

²⁸⁰ LÉRY, Jean de. **Viagem à terra do Brasil**. Trad. Sérgio Millet segundo a edição de Paul Gaffarel. 2ª ed. Biblioteca Histórica Brasileira VII. São Paulo: Martins, 1951. p.86-87.

pelos mortos, o purgatório e o sacrifício da missa²⁸¹.

Nessa guerra surda que envolvia os ministros calvinistas, Bolés e Villegagnon, percebemos, entre as crônicas do período que se destacam, a falta de posicionamento do padre André Thevet nas querelas sobre a fé. Jean Crespin descreve o companheirismo dele a Villegagnon²⁸². O próprio Thevet, na sua obra²⁸³, se queixa dos ministros de Calvino, descrevendo-os como “invejosos de seus bens e cargos, que o impediam de conquistar as almas transviadas dos selvagens”, tal como almejavam os padres jesuítas. Léry, chamando-o de “embuste”, comenta que nunca o viu no forte e questiona se “seria - André Thevet - mais afeiçoado aos bárbaros do que à defesa da Igreja Romana, de que se diz um dos mais fortes defensores?”²⁸⁴

Percebemos que as demais crônicas, cartas, publicações - artigos, capítulos - sobre Bolés não exploraram as fontes o bastante, a não ser sobre a versão polêmica que vincula Anchieta à sua morte. Ainda que com narrativas diferentes sobre seu fim, os cronistas calvinistas - especialmente Jean Crespin - expressam com mais detalhes o protagonismo de Bolés na história da França Antártica, facilitando as conexões entre os dados das demais narrativas tendenciosas sobre ele - tal como os motivos que o aliaram a Villegagnon, a verdadeira relação dele com os Calvinistas, o motivo que fez Villegagnon expulsá-lo da ilha. Dados como estes foram citados por seus contemporâneos depoentes do seu processo, que trataremos a seguir.

²⁸¹ CRESPIN, Jean. **A tragédia da Guanabara**. Tradução de Domingos Ribeiro. São Paulo: Cultura Cristã, 2007. p. 37-38.

²⁸² GAFFAREL, Paul Louis Jacques. **Histoire du Brésil Français au seizième siècle**. Paris: Maisonneuve et C^{le}., 1878. p.244-245.

²⁸³ THEVET, André. **Cosmographie universelle**. Paris, Les héritiers de Maurice de La Porte, 1575. p.76.

²⁸⁴ LÉRY, Jean de. **Viagem à terra do Brasil**. Trad. Sérgio Millet segundo a edição de Paul Gaffarel. 2^a ed. Biblioteca Histórica Brasileira VII. São Paulo: Martins, 1951. p.88.

III JEAN COINTA NAS MALHAS DA INQUISIÇÃO

3.1 Das polêmicas querelas com os franceses à ousada arrogância com os portugueses

A saída de Jean Cointa do forte Coligny, narrada no capítulo anterior, esclarece a interferência dos portugueses e os motivos pelos quais não interromperam antes o progresso francês na ilha e na região da Guanabara.

A fama do governador do forte - Nicolas Durant de Villegagnon - era grande na Europa. Como bem especifica seus principais biógrafos²⁸⁵, Villegagnon era o cavaleiro de Malta que conseguira servir Carlos V e Francisco I, enfrentar os desafios da mobilização da marinha inglesa para raptar a futura rainha da França - Maria Stuart - e fortificar o porto de Brest - ameaçado pelos ingleses - para Henrique II; este último lhe proporcionou o título de vice-almirante da Bretanha. Entre disputar o território com os nativos, fazendo-os submissos, sem armas de fogo, e enfrentar os franceses sob as orientações de um capitão como Villegagnon os desafios eram diferentes e arriscados para os portugueses.

A desunião dos huguenotes proporcionada pelas querelas religiosas, pela fragmentarização dos líderes e seus seguidores - que parte havia retornado à França e outra sido expulsa da ilha - expunha à derrota o projeto França Antártica. Especialmente após o retorno de Villegagnon, que se preocupava com as possíveis acusações de Guillaume Richier e os demais calvinistas que estavam buscando respostas com os teólogos na Europa.

As narrativas de Crespín evidenciam que, ao invés de abandono, a versão que justifica os motivos da saída de Cointa e dos outros franceses da ilha com mais coerência é a de expulsão - após discordarem das últimas regras estipuladas por Villegagnon. As demais versões não expõem dados que justifiquem abandono, dado que as embarcações francesas que ali transitavam eram de contato e interesse da França Antártica, liderada por Nicolas Durand; porém, na narrativa de Arthur Peillard, "*Villegagnon avait décidé d'en finir avec ces déserteurs. Il avait cinq hommes à juger. Il avait d'abord pensé à les déporter aux îles Macahé*"²⁸⁶.

²⁸⁵ Paul Gaffarel, Arthur Heulhard, Leonce Peillard e Chermont de Britto.

²⁸⁶ Tradução Livre: Villegagnon decidiu pôr fim a esses desertores. Ele tinha cinco homens para julgar. Ele havia pensado em deportá-los para as ilhas Macahé.

_____. PEILLARD, Leonce. **Villegagnon, vice-amiral de Bretagne, vice-roi du Bresil**. Paris: Librairie Académique Perrin. Paris, 1991. p.165.

Dos contemporâneos do senhor de Bolés, entre as crônicas que relatam seu protagonismo na ilha, percebemos em ambas que ele não aguardou a próxima embarcação para retornar à França junto aos calvinistas. Ao depor no processo de João de Bolés, após ser intimado como seu amigo, Guilherme De Laporta diz ter ouvido do bretão Oliveiros Pinel - que lhes ensinava o ofício de tecelão que

o dito monsjor de boles se uiera do Rio de Janeiro porque ho capitão Vilaganhão mandara fazer uma crus e adoRaRa e mandaua que todos os que estauam na dita fortaleza hadoRasem e queho dito monsjor de boles há não quisera hadoRar e se apartara dele com medo de ho fazer adoRar por força ou de lhe fazer algum mal pelo dito uilaganhão lhe dizer que ou auja dadorar ou ho auja de matar”²⁸⁷.

E, ao chegar no litoral fluminense, o senhor de Bolés, por não se dar bem com seus opositores nas ideias teológicas, foi viver entre os nativos Tamoios, e segundo Knauss, “ao acompanhar um dos confrontos militares dos índios com as forças lusitanas mais ao sul, terminou passando para o lado dos portugueses, indo ficar algum tempo em São Vicente”²⁸⁸. Seus conterrâneos franceses que permaneceram na ilha reagem. Peillard descreve esta situação, relatando que

O conselho tomou o caso desses cinco homens, que desembarcaram, infiéis ao seu juramento, tomados a deserção. O julgamento foi feito. A inocência de um dos réus foi reconhecida, o tribunal condenou à pena de morte os outros quatro. Lafon foi perdoado como traidor. Ele havia se comprometido apenas pela religião e foi absolvido. Os três condenados à morte: Jean Du Bordel, Mathieu Vermeil e Pierre Bourdon foram executados no forte em fevereiro de 1558²⁸⁹.

Cointa, apesar de ser doutor na Sorbonne e dominar algumas línguas, não

²⁸⁷ ABN. **Processo de João de Boles e justificação requerida pelo mesmo (1560-1564)**. Rio de Janeiro, 1903-1904. Vol. 25. p. 215-308. p.250.

²⁸⁸ KNAUSS, Paulo. **No rascunho do Novo Mundo: os espaços e os personagens da França Antártica**. História. 2008, vol.27, n.1, pp.143-153. p.149.

²⁸⁹ Tradução literal: *Le conseil avait été saisi du cas de ces cinq hommes, débarqués, revenus, infidèles à leur serment, poussant à la désertion. Le jugement fut rendu. L'innocence de l'un des accusés reconnue, le tribunal requit contre les quatre autres la peine de mort. Lafon plaida son innocence comme traître. Il ne s'était compromis que pour la religion. Il fut acquitté. Les trois condamnés à mort: Jean Du Bordel, Mathieu Vermeil et Pierre Bourdon furent exécutés dans Le fort em février 1558.*

_____. PEILLARD, Leonce. **Villegagnon, vice-amiral de Bretagne, vice-roi du Bresil**. Paris: Librairie Académique Perrin. Paris, 1991. p.165.

falava o português. Segundo Vicente de Salvador, “os portugueses o receberam cuidando ser catholico, e como tal o admitiam em suas conversações, por elle ser também na sua eloquente e universal na língua espanhola, latina, grega, e saber alguns princípios da hebréa”²⁹⁰. Já Mem de Sá assim descreve esse momento:

Ao tempo que me queria partir dos Ilhéus veio da Capitania de São Vicente um gentil-homem francês que se chamava monsenhor de Bolés, pessoa de sangue segundo os franceses afirmavam, o qual viera de França para povoar o Rio de Janeiro onde estava outro fidalgo monsenhor Vila Ganhão que tinha feito uma fortaleza muito forte e por desavenças que com ele teve se saiu de sua companhia e se foi para São Vicente e daí veio ter comigo e me descobriu algumas ruins intenções de Vila Ganhão em prejuizo desta terra e do serviço de Sua Alteza²⁹¹.

Mesmo com o desafio de não falar a língua portuguesa, Bolés usou do conhecimento que tinha sobre assuntos da fé para se socializar; de princípio, convencendo os portugueses de ser católico, talvez por se posicionar contra as ideias calvinistas; depois, passou a despertar inquietações entre os religiosos católicos, tais como entre os padres, chefe da primeira missão jesuítica na América - Manoel da Nóbrega, o provincial da Companhia de Jesus - Luís da Grã, o provedor da misericórdia da vila de Santos - Josephe Adorno, Gaspar Pinheiro, Adão Gonsalves, José Gonsallo Monteiro, frei João Rodrigues e José de Anchieta, conhecido como irmão José.

O padre José de Anchieta descreve em suas cartas que na sua socialização, Bolés começa a “blasonar que era fidalgo e letrado”. Anchieta admite sua admiração descrevendo que com os dotes de Cointa, os demais portugueses impressionavam-se “com esta opinião e uma fácil e alegre conversação, que tem, fazia admirar-se os homens e que o estimassem”²⁹².

Os padres logo perceberam que Cointa “não partilhava do mesmo pão que a doutrina dos portugueses” e que ele ameaçava as catequizações e conversões dos portugueses e nativos ignorantes que se interessavam por suas colocações sobre as

²⁹⁰ SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil: 1500-1627**. Terceira edição, revista por Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. São Paulo, Cayeiras-Rio: Melhoramentos, 1918. p.193.

²⁹¹ ABN. **Documentos relativos a Mem de Sá, governador-geral do Brasil**. Rio de Janeiro: 1905. Vol. 27, 1905. p.127-280. p.134.

²⁹² ANCHIETA, José de. **Minhas Cartas Por José de Anchieta**. Do Ir. José de Anchieta ao Geral P. Diogo Laínes, Roma. São Vicente, 1º de junho de 1560. Edições Loyola. São Paulo: Melhoramentos, 1984. p.69.

questões da fé. Entre as crônicas que descrevem como Bolés passou a ser inconveniente aos portugueses de São Vicente, Anchieta relata que ele escreveu uma breve carta ao padre Luís da Grã, dizendo quem era, os segredos que ouvia dos rabinos desde sua adolescência e do que havia aprendido através da língua sacra e dos estudos sobre a teologia, que queria praticar com o padre quando tivessem a oportunidade de se encontrar. E por esta carta e outros relatos testemunhados no seu processo,

Luís da Grã, veio logo de Piratininga a se opor à pestilência e arrancar as raízes ainda tenras deste mal, que começava a brotar. Tendo receio disto, e não sem favorecer fortasse, para indignar o padre contra si e fazê-lo suspeito, se por ventura denunciasse a seu respeito, mandou-lhe uma invectiva, cujo princípio era este: *Adeste mihi caelites, afferte gladios ancipites ad faciendam vindictam in Ludovicum Dei osorem etc*²⁹³.

Cointa soube da vinda do padre Luís da Grã e logo fez uma invectiva contra ele, segundo o padre Simão de Vasconcelos, o arguindo por “dar o pão da doutrina da palavra de Deus aos portugueses, por dá-lo aos gentios contra a doutrina de S. Paulo, que primeiro manda principiari a doutrina cristã pelos que são de nossa nação, e depois pelos que são estranhos”²⁹⁴. A astúcia de Bolés, não só como questionador que era, mas para exasperar o ânimo do povo contra o padre Luís - por faltar a sua doutrina para dar aos nativos - e o ânimo do padre, para que, caso fosse repreendido ou acusado por ele, se fizessem suspeições, pode justificar as reações neutras nos depoimentos das autoridades e personagens relevantes envolvidos no seu processo.

Nas suas cartas, o padre Anchieta descreve ver a “pestilência pouco a pouco se encaixando nos corações da imperita multidão”, assustado com o posicionamento do padre Gonçalo Monteiro, que parece ter feito a primeira invectiva do padre Luís da Grã contra Jean Cointa desaparecer, se dizendo ainda - conforme o previsto de

²⁹³ Tradução literal: Acudi-me Anjos do céu, trazei-me espadas de dois gumes para dar cabo de Luís, inimigo de Deus.

_____. ANCHIETA, José de. **Minhas Cartas Por José de Anchieta**. Do Ir. José de Anchieta ao Geral P. Diogo Laínes, Roma. São Vicente, 1º de junho de 1560. Edições Loyola. São Paulo: Melhoramentos, 1984. p.70.

²⁹⁴ VASCONCELLOS, Simão de. **Vida do Venerável Padre José de Anchieta**. Vol.I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943. p.133.

suspeições que Vasconcelos descreve²⁹⁵ - que o padre Luís o perseguia. Segundo Simão de Vasconcelos,

Determinou o herege sagaz de ir visitar ao padre, que estava noutra vila vizinha, por ver se podia, ou abrandá-lo, ou irritá-lo totalmente para seus intentos. Porem não sucedeu, porque chegou a tempo em que estava para subir ao púlpito e, vendo-o, deu-lhe tal vigor de espírito que de repente mudou a pregação e, acomodando-a ao novo ouvinte, como se muito tempo dantes a estudara ao mesmo intento, ficou suspenso o herege, tornou-se às boas e, acabada a pregação, foi praticar com o pregador familiarmente, fingindo-se em tudo católico e dando escusas a seus ditos frívolos. Porém Grã, que entendia bem seus embustes e sabia que lavrava a peste em oculto, e que já o vulgo ignorante chegava a dizer que Bolés era homem doutíssimo, que o padre Grã não ousava disputar com ele, que o perseguia pela invectiva que lhe fizera e outras cousas semelhantes, apertou com a justiça eclesiástica e, depois de muitas exortações e protestos, acabou que se procedesse contra ele e fosse preso e remetido ao bispo da Baía. Assim se fez e dous companheiros moços e idiotas foram com ele; o quarto reduziu-se e ficou na terra, onde viveu por muitos anos, com mostras de fiel católico²⁹⁶.

E, assim, por resistir ao posicionamento do padre Gonçalo Monteiro, o padre Luís da Grã, segundo Anchieta, “mandou [Bolés] à Bahia, para que lá se conhecesse de sua causa mais largamente”²⁹⁷.

Bolés, por meio deste episódio, é intimado à prisão pelo vigário geral da vila de Santos - Gonsalo Monteiro -, e o meirinho - Antônio Lopes -, pela denúncia de Pero de La Cruz. No seu processo, publicado em 1903, é registrado que, ao receber a intimação, em nome do bispo, ele respondeu que

se ho mandaua chamar ho dito Senhor bispo por boa amizade que heria ao outro dia mas se ho mandaua prender que não queria yr que não conhecia bispo nem arcebispo nem auja de ser julgado per cleriguo nenhum nem os conhecia e depois de lhe dizerem que auja de uir prezo per elle dito monsjor foy dito que tinha feitos a el Rey e que ajmda que elle quebrara a cabeça a Jesus christo/ que lhe ouuera dagardar dous ou tres dias pêra elle sayra fora o que nos trouxemos ao dito monsjor de boles prezo. Perante ho dito Senhor

²⁹⁵ VASCONCELOS, Simão de. Vida do Venerável Padre José de Anchieta. Vol.I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943. p.133.

²⁹⁶ VASCONCELOS, Simão de. Vida do Venerável Padre José de Anchieta. Vol.I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943. p.134.

²⁹⁷ ANCHIETA, José de. **Minhas Cartas Por José de Anchieta**. Do Ir. José de Anchieta ao Geral P. Diogo Laínes, Roma. São Vicente, 1º de junho de 1560. Edições Loyola. São Paulo: Melhoramentos, 1984. p.71.

*bispo/ e pelo dito Senhor bispo foy mandado que o leuasem a cadea ahomde foy leuado e ficou preso*²⁹⁸.

Segundo Pedro Calmon, “os jesuítas mostraram quão daninho era ali, quem tanto podia ser católico imprudente como luterano disfarçado”²⁹⁹; e assim, aos 28 de dezembro de 1560, segue Jean Cointa preso para a Bahia, na mesma nau que vinha o capitão Estácio de Sá, seguindo para a Europa, a pedir reforços para a conquista do Rio de Janeiro, segundo consta nos autos de entrega³⁰⁰ do escrivão - Antônio Fernandez - com o meirinho - Antônio Lopes. Trataremos com mais dados a seguir.

3.2 Nos cárceres da Inquisição: trajetória e desdobramentos na prisão

Quem diria, Bolés, homem douto nas letras e em assuntos da fé, que viera à Terra dos Papagaios pela promessa do episcopado na França Antártica, em que ajudou Nicolas Durand de Villegagnon a elaborar estatutos, no cárcere, pela teia da Inquisição na América Portuguesa. Tal situação levou o nome de Cointa às crônicas de vários personagens contemporâneos portugueses e ao título de mártir na obra de Jean Crespin³⁰¹, revelador em dados, tais como alguns que citamos antes, que preenchem lacunas sobre as narrações dos seus feitos, causador de fatores que “dramatizam” as aventuras dos franceses e seu protagonismo na colonização do Rio de Janeiro, na expulsão dos seus companheiros liderados pelo cavaleiro de Malta, nas desavenças entre os padres Luís da Grã e Gonsalo Monteiro e nas ações da Igreja em nome do Tribunal do Santo Ofício na América Portuguesa.

É válido ressaltar que a Inquisição surgiu na Idade Média com o intuito de descobrir, inquirir e combater os apóstatas, os seguidores do livre espírito e as demais seitas heréticas. Segundo Ronaldo Vainfas, “o estilo inquisitorial de justiça atingiu seu apogeu na Época Moderna” e

²⁹⁸ ABN. **Processo de João de Boles e justificação requerida pelo mesmo (1560-1564)**. Rio de Janeiro, 1903-1904. Vol. 25. p. 215-308. p.217-218.

²⁹⁹ CALMON, Pedro. **História do Brasil**. Vol.1. 2º edição. São Paulo: Editora Nacional, 1951. p.287.

³⁰⁰ ABN. **Processo de João de Boles e justificação requerida pelo mesmo (1560-1564)**. Rio de Janeiro, 1903-1904. Vol. 25. p. 215-308. p.217.

³⁰¹ CRESPIN, Jean. **Histoire des Martyrs: Persecutez et Mis a Mort Pour La Vérité de l'Évangile, Depuis le temps des Apostres Jusques À Présent (1619)**. Vol.1. Londres: Editeur Forgotten Books, 2018.

enquanto tribunal eclesiástico fundamentalmente voltado contra os desvios da “verdadeira fé”, a Inquisição seria “recriada” na Itália em 1542, pouco antes de iniciar-se o Concílio de Trento, assumindo então os mesmos objetivos da Contrarreforma: conter o avanço do protestantismo na Península, combater os saberes eruditos que estrapolavam os preceitos do catolicismo e perseguir manifestações da cultura e da religiosidade populares irredutíveis aos dogmas da Igreja³⁰².

Logo percebemos o quão as atitudes e ideias de Cointa são vistas como heresia na América Portuguesa, tal qual seguia sua metrópole, embora as estruturas da sociedade colonial e da Igreja ainda estivessem se estabelecendo no Ocidente. Assim, ainda segundo Vainfas, ao Santo Ofício interessava

fundamentalmente os erros de doutrina passíveis de serem captados não apenas em afirmações ou idéias contestatórias à verdade oficial e divina, mas em atitudes ou comportamentos que, por sua obstinação desafiadora àquela verdade, implicavam suspeita de heresia, presunção de que o indivíduo pecava e insistia em fazê-lo, recusando-se a qualquer emenda e urdindo maneiras de burlar a disciplina normatizadora da Igreja³⁰³.

No seu processo, enquanto Bolés esteve na prisão, entre os depoimentos constam relatos dos padres, dos que se diziam amigos - portugueses e franceses - e de alguns que apenas já ouviram os discursos heréticos de Bolés em oportunidades corriqueiras, além do capitão Estácio de Sá, que no seu depoimento sobre ele, deixa registrado que *“nunqua lhe uio ler por liuros erretiquos e os que lya não lhe sentia neles errezia alguma e ysto quanto no nauio que ele dito monsjor hia pera o Rejno e foi perguntado pelo mais conteúdo no dito auto. dise elle testemunha que não sabja mais nada”*³⁰⁴

Ao analisarmos os depoimentos registrados no seu processo, percebemos, como Paulo Knauss, os testemunhos revelarem que

as personalidades mais destacadas na sociedade colonial demonstravam antes proteger João de Cointa, seja pela atitude de negar as acusações, ou rejeitar a interrogação, seja por justificá-las

³⁰² VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados**. Rio de Janeiro: Campus, 1989. p.247.

³⁰³ VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados**. Rio de Janeiro: Campus, 1989. p.252.

³⁰⁴ ABN. **Processo de João de Boles e justificação requerida pelo mesmo (1560-1564)**. Rio de Janeiro, 1903-1904. Vol. 25. p. 215-308. p.219-220.

de alguma maneira, como no depoimento dos jesuítas. Por outro lado, os depoimentos das figuras comuns e ligados ao quotidiano das populações locais afirmavam as culpas do francês³⁰⁵.

Apesar das inconveniências que as manifestações sobre as questões teológicas de Bolés causavam aos portugueses, após sua deserção aos franceses, as posturas das personalidades mais destacadas - tais como autoridades, clérigos e senhores de engenho - podem se justificar pela contribuição com as informações que encorajaram o ataque dos portugueses ao forte Coligny e ao litoral da Guanabara povoado pelos franceses e nativos Tamoios; e ainda, pelo fato de que estas personalidades dificilmente seriam envolvidas nas teias da Inquisição como réus, diferente das figuras comuns, que precisavam “garantir a si próprios, explicitando o afastamento de atitudes consideradas heréticas e colaborando com a ação inquisitorial, burlando ao mesmo tempo qualquer envolvimento pessoal”³⁰⁶.

Nas curiosas diferenças entre os depoimentos do processo, percebemos que nem todos os testemunhos de fato ouviram Bolés expor suas ideias, inclusive o padre Luís da Grã - denunciante - que afirma ter feito a denúncia a partir da informação de Pero de La Cruz. Conforme consta no processo,

Perguntado ele testemunha pelo conteudo na pitição da deuasa que se em são visente e por a dita pitição foram perguntadas as testemunhas atrás que pelo vigairio geral lhe foy lyda e declarada se elle testemunha que neste caso ele dita testemunha tem já denunciado perante ho vigairo gonsalo monteiro da capitania de santos como Pero de La cruz disera na borda do campo perante muitas pesoas mujtas cousas escamdelosas que ouuira ao dito monsjor de boles e dise ele testemunha que se Reporta do mais a pitição e denunciação / que elle fez em uilla de santos ao vigairo gonsalo monteiro a qual esta aqui acostada a deuasa que se tirou em a uilla de santos e que a ela Reporta tudo o conteudo na pitição e al não dise e o asjnou com ho dito uigairo geral e eu fernão vaaz escriuão que o escreui lujs da graam sjlvestre Lourenço mestre escolla³⁰⁷.

O padre Luís insiste na mesma afirmação - de que Pero De La Cruz ouviu de

³⁰⁵ KNAUSS, Paulo de Mendonça. **No rascunho do Novo Mundo: os espaços e os personagens da França Antártica**. História, Franca, v. 27, n. 1, 2008. p.117.

³⁰⁶ KNAUSS, Paulo de Mendonça. **No rascunho do Novo Mundo: os espaços e os personagens da França Antártica**. História, Franca, v. 27, n. 1, 2008. p.117.

³⁰⁷ ABN. **Processo de João de Boles e justificação requerida pelo mesmo (1560-1564)**. Rio de Janeiro, 1903-1904. Vol. 25. p. 215-308. p.221.

Bolés muitas coisas escandalosas - ao solicitar ao padre Gonsalo Monteiro o auto em que ele denuncia João de Bolés, por meio dos ditos de Pero De La Cruz, e que, segundo Luís da Grã, Gonsalo Monteiro “*emquerrio e tirou huma deuasa sobre sertos errores herresjas e noujdades que se comesauão a semear pela terra*”³⁰⁸. Nesta petição, Luís da Grã solicita ao vigário geral, Gonsalo Monteiro, que devolva e envie a ele as denúncias com os testemunhos dos ouvidos do processo de João de Bolés, para enviar à justiça, para que sigam com a inquirição. Anexa ao corpo do processo de Bolés, a petição de Luís da Grã deixa o mistério sobre a relação de Bolés com Gonsalo Monteiro, por fazer sumir a primeira denúncia sobre ele.

Já citado acima para descrever os motivos possíveis que afungentaram Bolés da ilha, outro depoimento que causou no processo foi o do seu dito amigo Guilherme de Laporta, que afirmava ter testemunhado momentos e conversas de *Monsjor de Boles* com Candim Fernandes, o francês Oliveiros Pinel e Diniz - também francês e criado de Bolés - e relata com detalhes as opiniões de Bolés que para seus contemporâneos causavam tanto espanto e que, alguns, foram declarados pelas demais testemunhas, tais como os questionamentos sobre o poder e a não santidade do papa; as leis das escrituras do Velho e do Novo Testamento não eram mutáveis como os homens de Roma, da Alemanha e de Genebra; não há purgatório, nem inferno, e nem paraíso, e os pecadores foram lavados com o sangue que Jesus Cristo derramou na cruz; os cristãos podem comer carne nos dias de jejum da Igreja; a adoração das imagens de Jesus, de Nossa Senhora e dos santos é feita por idólatras e é determinação do Concílio, se Jesus estivesse ali, não concordaria; Deus não pediu para que clérigos nem frades não se casassem; não toma hóstia porque os sacerdotes que a preparam são pecadores, idólatras e hereges, e não há corpo de Jesus ali; que não deveriam rezar a Nossa Senhora e nem a outros santos oração nenhuma se não o *Pater Noster* a Deus; que não deviam rezar por defunto nenhum porque quando morriam, iam para o céu de Abraão onde ficariam até o dia do juízo final; que o credo deveria ser pronunciado como declaração e não como protesto; que o papa quem instituiu a quaresma; que as bulas papais eram uma falsidade; que deveriam fazer a ceia no modo que fazem os discípulos de Calvino; que deviam confessar somente a Deus e não aos clérigos, que quem é batizado e tiver fé, se salvará sem obras; e que por falas assim, não devia pedir misericórdia e

³⁰⁸ ABN. **Processo de João de Boles e justificação requerida pelo mesmo (1560-1564)**. Rio de Janeiro, 1903-1904. Vol. 25. p. 215-308. p.226.

nem perdão, porque era a verdade³⁰⁹.

Ao ser questionado se sabia quem já havia ouvido “Monsjor de Boles” ensinar ou dizer as ditas opiniões, Guilherme de Laporta responde que muitas vezes o viu lendo a bíblia com Cantim Fernandes junto dele, e que quando alguém se aproximava, que *“deixaua de ler a dita briuja e mudaua ho preposjto de maneira que emtendia elle testemunha que ho timhão em pouquo por omde lhe não queria dar conta do que lya e praticaua com ho dito cantim fernandez e que huma vez declarando hum paço da brivja a ele testemunha e não he lembrado se estaua ahi”*³¹⁰.

Laporta ainda registra que pela proximidade e pelo tanto que conversavam, Cantim Fernandes teria algumas das mesmas opiniões de Bolés, pois na cadeia, ao se intrometer na conversa deles para perguntar algo, *“monsjor de boles e cantim Fernandes se asenauão hum ao outro como pessoas que emtendião e fazião escarneo dele”*³¹¹.

Cantim, embora tenha enfatizado ao final do seu depoimento ser amigo, comer e beber junto do réu - João de Bolés – que os clérigos deveriam ser eleitos pelo povo e que não deveria haver mosteiros de frades e nem de freiras e nem religião porque os homens quem as inventava e que *“asy ouijra dizer per vezes que calujno e os seus decipulos e que segião a sua opinyão pregauão ho euangelho e que se chamauão ho euangelho e que se chamauão evangelistas e os que segião os papas e ha jgreja de Roma herão papistas e que asi gauaua muito e louuaua o dito joam caluino de vertuoso e santo e amigo de deus”*³¹². Tais dados, embora coincidam com as posições de Bolés, se divergem dos confrontos com os seguidores de Calvino no Forte Coligny e das críticas que declarava junto a Villegagnon, segundo as crônicas dos próprios ministros com quem divergia na ilha. Cantim ainda registra que Bolés lia a bíblia de frente as casas onde pousava junto a Guilherme De Laporta, assim como também fazia na cadeia.

³⁰⁹ ABN. **Processo de João de Boles e justificação requerida pelo mesmo (1560-1564)**. Rio de Janeiro, 1903-1904. Vol. 25. p. 215-308. p.247-248.

³¹⁰ ABN. **Processo de João de Boles e justificação requerida pelo mesmo (1560-1564)**. Rio de Janeiro, 1903-1904. Vol. 25. p. 215-308. p.249.

³¹¹ ABN. **Processo de João de Boles e justificação requerida pelo mesmo (1560-1564)**. Rio de Janeiro, 1903-1904. Vol. 25. p. 215-308. p.249.

³¹² ABN. **Processo de João de Boles e justificação requerida pelo mesmo (1560-1564)**. Rio de Janeiro, 1903-1904. Vol. 25. p. 215-308. p.250.

Em seu depoimento, Guilherme De Laporta também registra que o bretão Oliveiros Pinel - que lhes ensinava o ofício de tecelão - tinha todas as opiniões posicionadas por Bolés, pois repetia as mesmas falas acima; mas que de Diniz, o criado, nunca havia manifestado ter ou não a mesma opinião de seu senhor, porém, por ter Diniz convivido com os franceses na ilha, Laporta acreditava que sim, acrescentando no seu depoimento que só o viu manifestar algo quando Oliveiros Pinel expunha sua opinião, aconselhando muitas vezes que guardasse ela para si para que não descobrissem, para acusá-los e pendê-los, e que *“quando o dito oliueiros lhe dizia as ditas cousas lhas dizia pela lingoa franceza e que sua mulher andava e que bem as poderia ouvir mas não sabe se as emtendia por ella não saber a lingoa franseza”*³¹³.

Ao final do depoimento, Guilherme De Laporta deixa registrado que além dele, Duarte Menezes e o carcereiro Antônio Fernandes também ouviram as opiniões declaradas por Bolés, que

*muitas vezes vira o dito antonjo fernandes servindo de caseReiro emtrar de nojte dentro na cadea omde ho dito monsjor de boles estaua e se asentaua junto dele numa Rede e estaua muitas vezes ate a mea nojte perguntando lhe por cousas da fee e o dito monsjor de boles lhas dizia e estauão praticando muito espaço de tempo e que humas vezes uira ao dito antonio Fernandes pedir por escrito sertas cousas da fee ao dito monsjor de boles dizendo que lhas deixase por escrito pera sua lembransa pêra lhe ficar pera depois que ele fose e que ho dito monsjor de boles se lhe deu alguma cousa por escrito foy mujto pouqua cousa e que o dito antonio fernandes hera mujto contino em lhe perguntar cousas da fee e em lhe ouujr as cousas açjma ditas e que tambem estaua persente quando o dito monsjor de boles as dezua jacome pinheiro e pedro escrauo da graça da uilla e cantim fernandes e outros prezos que estauão na cadea de que não he lembrado*³¹⁴.

Sobre o depoimento de Diniz Feauses, seu criado, além de descrever o tempo de *“tres anos pouquo mais ou menos que ele testemunha serue ao dito monsjor de boles (...) e ele lhe da o neçesario”*, apenas relata alguns dos feitos que as outras testemunhas já haviam declarado ter ouvido antes de Bolés, tais como

³¹³ ABN. **Processo de João de Boles e justificação requerida pelo mesmo (1560-1564)**. Rio de Janeiro, 1903-1904. Vol. 25. p. 215-308. p.250.

³¹⁴ ABN. **Processo de João de Boles e justificação requerida pelo mesmo (1560-1564)**. Rio de Janeiro, 1903-1904. Vol. 25. p. 215-308. p.250-251.

*que não havia daver ahi jmagens de jesu cristo nem da crus nem dos santos porque deus não mandara que ouuese e que hera ydrolatar adoralas (...) que uira per muitas vezes a monsjor de boles comer carne as sestas feiras e sabados e dias da coResma e que não gardauão la (...) porque deus não defendia (...) Rogase quem quisesse aos santos que ele não auja de Rogar se não a deus porque hera mais serto Rogar a deus que aos santos*³¹⁵.

Entre os que conviveram com João de Bolés em São Vicente e na sua trajetória na cadeia, percebemos a conexão de personagens de ocupações, saberes e funções diferentes naquela sociedade; e estes são os depoimentos que mais despertam atenção no seu processo, quer pela diferença de argumentos, quer pelas relações que diziam ter com ele e, especialmente, por contribuírem para novas percepções sobre sua personalidade.

O polêmico francês nos autos da Inquisição portuguesa, mesmo sendo erudito entre seus contemporâneos, como já citado acima, por vezes questionou Villegagnon sobre certas opiniões da fé; devido à divergência religiosa que instabilizava as concepções sobre o cristianismo - influenciado pelas correntes que Inácio de Loyola, Martinho Lutero e João Calvino lideravam sob o estímulo de outros pensadores do momento - Cointa era movido por sua curiosidade e “por um projeto desgarrado de ordens coletivas e estruturas sociais, em busca de um espaço próprio de mobilidade social”³¹⁶.

Em um tempo em que a religião influenciava tudo na vida dos homens, “de tudo o que os ultrapassa e de tudo o que os une, de suas grandes paixões, de seus pequenos interesses, de suas esperanças e de suas fantasias”³¹⁷, através do forte vínculo que mantinha com o Estado, Bolés também despertou a atenção dos agentes do Santo Ofício, e nas teias da Inquisição, assim como na trajetória da França Antártica, também escreveu sua história, inclusive ao optar por fazer a defesa do seu próprio processo, do qual o fim ainda se faz incógnita, pelas vagas fontes conhecidas. Sobre este, trataremos a seguir.

³¹⁵ ABN. **Processo de João de Boles e justificação requerida pelo mesmo (1560-1564)**. Rio de Janeiro, 1903-1904. Vol. 25. p. 215-308. p.252.

³¹⁶ KNAUSS, Paulo de Mendonça. **No rascunho do Novo Mundo: os espaços e os personagens da França Antártica**. História, Franca, v. 27, n. 1, 2008. p.150.

³¹⁷ FEBVRE, Lucien. **O problema da incredulidade no século XVI: A religião de Rabelais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p.51

3.3 E agora, Bolés? Fim do processo, sentença e provável soltura (versões)

Aos 8 de maio de 1563, em Salvador da Bahia de Todos os Santos, conforme registrado no processo de Jean Cointa, foi dada uma carta de traslado do bispo D. Pedro Leitão ao escrivão Francisco da Luz para que o mesmo levasse *“desboulest françes da prisão domde estão com as cullpas que delle ouuer aos senhores inquisidores apostollicos do arcebispado de Lisboa prezo a bom Recado pelas ditas culppas serem tocantes ha nosa santa fee e a santa ymquisição”*³¹⁸.

Bolés, em seu processo, não confessou ter dito que a Igreja de Roma enriquecia à custa da inocência dos seus fiéis, que os santos têm falsa santidade, que as bulas papais e as cartas de indulgências são mentirosas e abusivas, que negava a existência do purgatório, que rejeitava o celibato aos padres, que lia livros hereges e que mostrava-se favorável aos protestantes, pelos quais fora acusado³¹⁹; não pediu perdão e nem misericórdia, mas pediu que fosse levado para ser julgado pela Santa Inquisição de Lisboa, e assim, depois de quatro anos, fora feito³²⁰.

Sobre este fato, averiguamos outras versões divergentes que vão desde uma condenação à forca, ainda na América Portuguesa, à condenação de permanecer em Portugal, praticando os costumes da fé católica e à soltura e uma nova prisão, desta vez, condenado à fogueira em Goa, na Índia. Destes, trataremos nas próximas linhas.

No término do seu processo e condenação na América Portuguesa, segundo Paulo Roberto Pereira, a deturpação histórica que envolve o padre José de Anchieta na morte de Jean Cointa aparece pela primeira vez na obra de Sebastião Berettário - numa biografia europeia de Anchieta - publicada na Colônia em 1617; porém, embora exista referência sobre a obra³²¹, não conseguimos encontrá-la para melhor análise, mas a obra do Frei Vicente do Salvador - concluída em 1627 - já comentara sobre seu conteúdo. Segundo Salvador,

³¹⁸ ABN. **Processo de João de Boles e justificação requerida pelo mesmo (1560-1564)**. Rio de Janeiro, 1903-1904. Vol. 25. p. 215-308. p.267.

³¹⁹ ABN. **Processo de João de Boles e justificação requerida pelo mesmo (1560-1564)**. Rio de Janeiro, 1903-1904. Vol. 25. p. 215-308. p.255.

³²⁰ ABN. **Processo de João de Boles e justificação requerida pelo mesmo (1560-1564)**. Rio de Janeiro, 1903-1904. Vol. 25. p. 215-308. p.255.

³²¹ BERETTARI, S.J. Sebastianus. Josephi **Anchietae Societatis Jesu sacerdotis in Brasilia defuncti vita**. Colônia: 1617.

o foram denunciar ao bispo, o qual o condenou como seus erros mereciam e sua obstinação, que nunca quis retractar-se, pelo que o remetteu ao governador, o qual o mandou que, á vista dos outros que tinham cativos na ultima victoria, morresse a mãos de um algoz. Achou-se alli pêra o ajudar a bem morrer o padre Joseph de Anchieta, que já então era sacerdote, e o tinha ordenado o mesmo bispo D. Pedro Leitão e, posto que no princípio o achou rebelde, não premittiu a divina providencia que se perdesse aquella ovelha fora do rebanho da igreja, sinão que o padre com suas efficazes rasões, e principalmente com a efficacia da graça, o reduzisse a Ella. Ficou o padre tão contente deste ganho, e por conseguinte tão receioso de o tornar a perder que, vendo ser o algoz pouco dextro em seu offício e que se detinha em dar a morte ao réu e com isso o angustiava e o punha em perigo de renegar a verdade que já tinha confessada, reprehendeu o algoz e o industriou pêra que fizesse com presteza seu officio, escolhendo antes pôr-se a si mesmo em perigo de incorrer nas penas ecclesiasticas, de que algo se absolveria, que arriscar-se aquella alma ás penas eternas. Casos são estes que desculpa a divina dispensação e a caridade, que é sobre toda a lei, sem isto, mais são pera admirar que pera imitar³²².

A aproximação de Bolés com o padre após a sentença se justifica pela necessidade de comunicação para salvar esta alma, pois, segundo Hélio Abranches Viotti, “ao recalcitrante confiaram-no ao Pe. Anchieta (...) para entender-se com ele, já que ninguém falava o francês, Anchieta dominava o latim, que o herege também sabia, e a língua geral”³²³.

Quase meio século depois, em 1672, Simão de Vasconcelos é o quarto a publicar uma biografia de José de Anchieta e também registra uma versão atrelando o fim de Jean Cointa à participação do padre Anchieta. Segundo Pereira, esta versão torna Bolés e “o Herege da Guanabara em uma só pessoa, adquirindo foros de verdade, após a publicação do livro”³²⁴, que registra que

o principal herege João Bolés, que foi o que mais deu ao P. Grã em atalhar seus falsos dogmas, agora neste ano presente de 1567, dá que fazer ao padre José. Porque depois de ser mandado preso à Baía, foi trazido (não se diz a causa porquê) a este Rio de Janeiro porventura para que fosse castigado no lugar onde começara a

³²² SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil: 1500-1627**. Terceira edição, revista por Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. São Paulo, Cayeiras-Rio: Melhoramentos, 1918. p.193-194.

³²³ VIOTTI, Hélio Abranches. **Bolés e Outros Hereges**. Revista Eclesiástica Brasileira: Pio IX e o Brasil, 1953. p.21.

³²⁴ PEREIRA, Paulo Roberto. **João Cointa, um heterodoxo na França Antártica**. In: Revista Brasileira. Fase VII. Abril, maio, junho 2005, ano XI, Nº 43. 2001, p. 25.

semear suas heresias, ou porque ali teria cometido outro delito grave. Como quer que seja, o governador Mem de Sá mandou que fosse justiado a mãos de um algoz e a olhos dos mesmos inimigos, (que ainda restavam); para ajudá-lo em tão duro transe, foi chamado o padre José de Anchieta. Achou o herege pertinaz em seus errados fundamentos, pediu que se detivesse mais tempo a execução da justiça, e, entre aquelas tréguas da vida falou o novo sacerdote ao réu, antigo herege, com tão grande espírito e eficácia de razões, que converteu seu empedernido coração, e veio a reconciliar com a santa Igreja aquela ovelha perdida e tragada do lobo infernal, com aplauso do céu e dos homens. Porém, aconteceu aqui um caso digno de ser sabido, porque o algoz, quando foi a execução do castigo, como era pouco destro no ofício, detinha o penitente no tormento demasiadamente, com agonia e impaciência conhecida. José que via este erro tão grande e arreceava que por impaciência se perdesse aquela alma de um homem colérico por natural e de tão pouco convertido, entrou em zelo, repreendeu o algoz e instruiu-o ele mesmo de como havia de fazer seu ofício com a brevidade desejada. Ato de fina caridade; sabia muito bem José a pena das leis eclesiásticas, que suspendem de seu ofício a todo aquele que, sendo sacerdote, acelera a execução da morte, em qualquer ocasião que seja, ainda que pia. Porém preponderava com ele mais a caridade, que devia ao próximo; e respondeu aos que lhe perguntaram a causa de tal resolução, desta maneira. Porque o dano de minha suspensão não é ofensa de Deus e tem remédio com a absolvição da Igreja. Porém o dano daquela alma, se ali se perdera, por impaciência, era pecaminoso e não podia remediar-se. E pela salvação de uma alma vivera eu suspenso toda minha vida, (resolução da engenhosa caridade!)³²⁵.

Neste registro, percebemos o Irmão José consciente da gravidade do seu ato perante as leis eclesiásticas, acreditando na possibilidade de absolvição pela Igreja. Assim, seu interesse, segundo Vasconcelos, era perder uma alma, pelo tempo que agonizava pelo feito de pouca destreza do algoz. Na mesma versão, Pêro Rodrigues registra que:

Comquistando o Governador Mem de Saa, a segunda ves o Ryo de Janeiro, quis fazer justiça de hum erege muito pertinaz, que entre os soldados fransezes tomara. Emcarregouse delle o padre Jose teue dificuldade em o redoizir, e pedio mais tempo, finalmente, o redozio com a devina graça e o fes confesar e aparelhar para bem morrer; chegando ao ponto da execusam, estaua o padesente muy aflegido, e impaciente pello algos se emparasar em seu offiço, repreendeu então o padre ao algos, e deulhe ordem como o fizese bem; contando o padre daly a muitos annos este casso a hum Irmão nosso, lhe dise o Irmão: e V.R. não uia que ficaua regular, sy bem aduertia niso, respondeu o padre: porem ha minha irigularidade, não era ofensa de Ds, e tinha remédio, mas aquelle pobre não tinha outro

³²⁵ VASCONCELOS, Simão de. **Vida do Venerável Padre José de Anchieta**. Vol.I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943. p.134-135.

*remédio porque sua salvação de hua alma ainda que ficara toda a uida iregular, o dera por bem empregado*³²⁶.

Aos olhos dos seus contemporâneos, sem a venda limitante das paixões, o trecho de Pero Rodrigues expõe um Anchieta “cercado de uma auréola de simpatia”³²⁷. Para Otoniel Motta, “fazer tudo de acordo com as suas convicções e a sua consciência, afim de levar para o céu quem ele reputava condenado ao sofrimento eterno, e fazê-lo com o sacrifício daquilo que este tinha de mais caro na terra, não pode ser labéu”³²⁸.

Viotti registra que Mem de Sá, “no cumprimento das duras leis da guerra e das severíssimas penalidades reservadas pela legislação luso-espanhola contra os invasores das colônias ibéricas”³²⁹, enforcou, ou nos termos de Motta, “pendurou para exemplo e terror”³³⁰ os huguenotes capturados na batalha que arrasou o reduto francês na tomada do forte de Biraoçu-Mirin, em 20 de janeiro de 1967. Ainda para Viotti, a orientação de Mem de Sá não enforcou os franceses capturados por heresia, mas sim “como intrusos e açuladores da guerra contra o domínio português (...) a todos proporcionou, aliás, assistência religiosa (...) e todos, menos um, a aceitaram reconciliando-se - os que eram huguenotes, com a fé que fora provavelmente a de sua infância”³³¹.

Tais informações atrelam a versão do enforcamento de Jean Cointa e a partir delas, percebemos a possibilidade de confusão das leituras. Para Viotti,

O papel de Anchieta no caso, consistiu, com efeito, em pedir que se retardasse alguns dias a execussão desse sentenciado anônimo. E, depois de convertê-lo da heresia ao catolicismo e prepará-lo para a morte na graça de Deus, - em assistir-lhe os últimos momentos com a sua simpatia humana, suas orações, o conforto, enfim, que nessa

³²⁶ ABN. **Vida do Padre José de Ancieta pelo Padre Pedro Rodrigues, conforme a copia existente na Biblioteca Nacional de Lisboa (1560-1564)**. Rio de Janeiro, 1907. Vol. 19. p.181-288. p.237.

³²⁷ VIOTTI, Hélio Abranches. **Anchieta O apóstolo do Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1980. p.132.

³²⁸ MOTTA, Otoniel. **O caso Anchieta-Bolés**. São Paulo, 1942.

³²⁹ VIOTTI, Hélio Abranches. **Anchieta O apóstolo do Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1980. p.132.

³³⁰ MOTTA, Otoniel. **O caso Anchieta-Bolés**. São Paulo, 1942. p.72.

³³¹ VIOTTI, Hélio Abranches. **Anchieta O apóstolo do Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1980. p.132.

hora pode oferecer a fé religiosa. Diante da imperícia do algoz que, atormentando desastrada e inutilmente o condenado, o expunha, violento como era, a entregar-se nesse derradeiro instante a sentimentos de desespero ou de ódio, repreende Anchieta ao algoz e lhe ordena que faça bem o seu ofício. Essa, a melhor interpretação do trecho de Pero Rodrigues, “deu-lhe ordem como o fizesse bem”³³².

Numeramos nesta ordem as versões pela popularidade que tem e de acordo com o número de registro dos seus contemporâneos; sendo assim, a versão que liga a participação do padre José de Anchieta à morte de Jean Cointa é a primeira versão. O que consta no processo de João de Bolés proporciona o sentido da segunda e da terceira versão sobre nosso personagem, que após ter sua insistência em ser enviado e julgado pela Inquisição de Lisboa atendida, escreveu duas obras, publicadas por Marcos Borges, em 1566; obras estas³³³ que obtivemos, através dos arquivos da Torre do Tombo.

Aos 11 de novembro de 1563, na Casa de Despacho da Santa Inquisição de Lisboa, trouxeram perante os inquisidores o senhor “*Joauano Cojnta, o monsjor des Bolés*” - que solicitou esta audiência -

*pêra amostrar a suas merces hum papel que tinha escrito que fazia a bem de sua justiça pedia que lho mandase ajuntar a seus autos / o qual papel leo logo elle Joauano cojnta de verbo ad verbum e disse pelo juramento que tinha Recebydo que tudo que nelle tinha escrito era verdade e que nenhuma outra cousa sentia escrúpulo em sua consciência que pertencesse ao santo offício da Inquisição e asynou o dito papel”*³³⁴.

Nestes escritos, Bolés registrara suas confissões de culpa e de fé e pede que os inquisidores anexem aos seus autos e que o considerem para sentenciar sua condenação ou absolvição. E, nesta oportunidade,

³³² VIOTTI, Hélio Abranches. **Anchieta O apóstolo do Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1980. p.133.

³³³ COINTHA, Jean (João des Bolez).

_____. **Paradoxo ou Sentença Philosophica Contra a Opinião do Vulgo: Que a Natureza não faz o Homem se não o Vulgo**. Lixboa: Marcos Borges, 1566.

_____. **Catholica e Religiosa Amoestação à Sujeitar, o Homem sem Entendimento à Obediência da Fé com breve & crara & douta exposição do Simbolo dos Apostolos, pelo Senhor des Bolez**. Lixboa: Marcos Borges, 1566.

³³⁴ ABN. **Processo de João de Bolez e justificação requerida pelo mesmo (1560-1564)**. Rio de Janeiro, 1903-1904. Vol. 25. p. 215-308. p.269.

o amoestirão os senhores Inquisidores que confessase suas culpas que tiuesse cometidas contra a fee e contra o que tem e crê a Santa madre Jgreja de Roma e declarasse Jntenção que tyuera e pedise perdão para com elle poderem vsar de mysericordia e por não dizer mais soamente o que tinha declarado no dicto papel e asy nas perguntas que lhe forão feytas no brasyl foy outra vez amoestado e mandado a seu Carcer³³⁵.

Dessa maneira, após este episódio, os inquisidores mandaram vir Bolés para questioná-lo sobre as coisas que escreveu, porém, com formulação diferente, intimando-o a confissão de culpas ao modo dos inquisidores, instigando-o a recordar e confessar tudo, se andava mais tempo nos erros e se sabia de outras pessoas que estivessem naquele reino ou no Brasil e que deviam pedir perdão, mas Bolés apenas respondia que

elle tinha cuydado em suas culpas e que nom lhe lembrava mais cousanenhuma do que tem confesado em suas comfições atras / soamente que bem pode ser que estando na cadea lhe ouuise la dizer os erros que tem confesado outras majs pesoas que hy estauão alem das que tem declaradas em suas comfissões atras³³⁶.

Ainda no mês de novembro e início de dezembro daquele ano, Bolés foi inquirido sobre os motivos por não ter confessado antes sobre os erros que cometera contra a Igreja e sobre sua opinião já exposta dos dizeres em torno dos escritos de João Calvino e ele respondera que

nom confesou diante do bispo estando no brasil por ter pejo do bispo conhecer de sua causa e lhe parecer que lhe era sospeyto e que se la o despachasem não ho deyxarião vir qua pera o Regno por dizerem alguuns dos pouos que não o avyão de deyxar sayr do brasil porque se fose a franca tornarya ao brasil por saber la as entradas e saydas e poderia fazer muito mal / posto que o carcereiro lhe dezia la que o bispo lhe mandava dizer que se quizesse que elle o despachase que pedise perdão de suas culpas e que o bispo mesmo lhe dise que lhe pedise elle perdão de suas culpas e que o poria na Rua porque doutra maneira nom no podia fazer / e que elle comfesante lhe dise que não avia de pedir perdão porque nom sentia em sy de que /. e que doutra cousa não he lembrado³³⁷.

³³⁵ ABN. **Processo de João de Boles e justificação requerida pelo mesmo (1560-1564)**. Rio de Janeiro, 1903-1904. Vol. 25. p. 215-308. p.272.

³³⁶ ABN. **Processo de João de Boles e justificação requerida pelo mesmo (1560-1564)**. Rio de Janeiro, 1903-1904. Vol. 25. p. 215-308. p.278.

³³⁷ ABN. **Processo de João de Boles e justificação requerida pelo mesmo (1560-1564)**. Rio de Janeiro, 1903-1904. Vol. 25. p. 215-308. p.276.

Percebemos nesta resposta que o conhecimento sobre as questões da religião que Bolés dispunha, junto a característica de bom observador que era - considerando as posições que tomou no seu percurso da França Antártica aos cárceres de Lisboa - adotando artimanhas para lidar com os tramites do processo que sofria na América Portuguesa, almejando ser trasladado para ser julgado pelo Tribunal do Santo Ofício de Lisboa.

Tal malícia pode ser compreendida por outra revelação do seu processo que ainda não vimos nas bibliografias que tratam sobre ele: a de que, sobre haver debatido as questões da fé, *“elle se aRepemdeo diso e tornou a crer todo o que tem e crê e emsina a santa madre jgreja de Roma”*. E registra ainda em seu depoimento outro dado que esclarece o quão tinha consciência dos seus feitos e as proporções que seus atos tiveram: após se arrepender,

se pos a escreuer hum liuro contra judeos e mouros que se intitula/ colóquio de Joavano Senhor de boles/ com alchana de farao capitão turco/ escrito de sua propria letra que aquy veyo ao Santo Officyo/ e ja damtes tinha esrito outro estando no Rio de Janeiro contra caluino e suas obras hereticas e em fauor dos catholicos o qual lyuro lhe tomou o bispo com outros lyuros e se nom o tem ajmda visto pede que ho mandem vir perante sy se for posiuel porque faz muito a seu caso pêra por elle verem que antes que fose prezo elle era muito catholico e perseguia os lutheranos per palaura e per esprito estando no Rio de Janeiro / e que elle se sogeyta em tudo e per tudo nos ditos artigos e majs a todo aquelo que tem e cre e emsyna a santa madre jgreja de Roma e protesta de nunca della se apartar e de cumprir a penytencia que lhe for dada³³⁸.

Em algumas oportunidades, os jesuítas descreveram Bolés como peçonhento e dissimulado. Bolés sempre fez perceber o indivíduo de pensamentos críticos e polêmicos que era, sem convicções religiosas partidárias das tendências - católica, luterana ou calvinista - daquele período; no depoimento acima, se mostra astuto, cita em sua defesa as próprias obras escritas no Brasil, antes de ser preso, e nos cárceres de Lisboa, durante seu processo. Bolés se posicionava nas questões fundamentais da fé do seu tempo; autentico protestante.

Das obras escritas por Jean Cointa, só dispomos das duas escritas e publicadas em Lisboa em 1566, após sua soltura decretada; estas tratam-se de

³³⁸ ABN. **Processo de João de Boles e justificação requerida pelo mesmo (1560-1564)**. Rio de Janeiro, 1903-1904. Vol. 25. p. 215-308. p.276.

temática que requerem mais tempo e outros vieses teóricos para abordar, e que pretendemos, com as quais, analisar futuramente em outro trabalho. Das outras duas citadas por ele em seu depoimento, ainda não encontramos.

Em janeiro, aos quatro dias de 1564, Jean Cointa pede que os inquisidores observem o tempo que ele estava na cadeia e que tivessem misericórdia, conforme disseram que teriam se ele fizesse as confissões de culpa e de fé, e estes, depois de inquiri-lo sob pressão para que falasse mais dos seus feitos e dos seus contemporâneos que cometeram o mesmo, admoestando-o por mais outras vezes, até agosto do mesmo ano de 1564, decidiram através de um acórdão entre os inquisidores ordinários e deputados da Santa Inquisição, considerando os autos e a confissão de Bolés anexados no seu processo que, após *“ler per liuros hereticos e de authores damnados, e reprouados veyo a ter a crença na maldita secta lutherana e em muitos erros della, e de outros herejes crendo que elles tinham mais razão, que os catholicos e sentia mal do poder do Santo padre”*³³⁹, se mostrando cristão, batizado e obrigado a crer na fé católica, *“encorreo em excomunhão mayor, e nas outras penas em direito contra os semelhantes estatuidas e porem, visto como elle vsando de melhor conselho, confessou suas culpas e pedio dellas perdão, e misericordia com sinaes de arrependimento, dizendo que de verdadeiro coração se conuertia com o mais que dos ditos autos resulta”*³⁴⁰.

Ainda assim, segundo consta em seu processo, Jean Cointa permaneceu preso por três anos em Salvador, mas conseguiu ser atendido na solicitação para ser transferido e julgado pelos inquisidores apostólicos do arcebispado do Santo Ofício de Lisboa; e após esse traslado, permaneceu quase um ano preso em Portugal. Depois dos dados acima detalhados sobre seu percurso, os inquisidores decidem que

recebem o Reo ha reconciliação, e vnião da santa madre jgreja como pede. E lhe mandão que abjure seus hereticos errores em forma e em pena e penitencia delles lhe assignão carcer pello tempo que parecer aos Jnquisidores somente o qual carcer seraa naquella parte e lugar que lhe seraa assignado e nelle seraa instructo nas cousas que cumprem pêra saluação na mesa diante dos jnquisidores e seus

³³⁹ ABN. **Processo de João de Boles e justificação requerida pelo mesmo (1560-1564)**. Rio de Janeiro, 1903-1904. Vol. 25. p. 215-308. p.292.

³⁴⁰ ABN. **Processo de João de Boles e justificação requerida pelo mesmo (1560-1564)**. Rio de Janeiro, 1903-1904. Vol. 25. p. 215-308. p.292.

officiaes, e ahy seraa absoluto in forma ecclesiae da dicta excommunhão mayor, que encorreio. E se confessaraa as três pascoas do anno e nellas receberaa o setimo sacramento de conselho do seu confessor que isso mesmo lhe seraa assignado e Resaraa os sete psalmos penitenciaes em totalas quartas e sextas feiras da somana per tempo de hum ano com suas preces e ladainhas e mais orações fazendo todos os mais autos de bom e catholico cristão e se guardaraa muito da comonicação de pesoas suspectas, e que lhe possão causar damno a sua alma nas cousas da fee. E da mais pena e penitencia publica, e ordinaria que pello caso merecia o releuão, auendo respecto ha qualidade do dicto caso e de como passou. e assy aa qualidade da dicta confissão e de sua pessoa, e ser estrangeiro e do lugar onde cometteo as dictas culpas. Com outras considerações que nisso se ouuerão e não sairaa do Regno sem licença dos jnquisidores³⁴¹.

A sentença desta versão sobre o fim do processo inquisidor que sofreu Bolés foi registrada pelo escrivão Antônio Rodrigues e publicada na Casa do Despacho da Santa Inquisição de Lisboa, aos 12 de agosto de 1564, pelo inquisidor Ambrosio Campelo.

Sobre a terceira versão do fim de Jean Cointa, acrescenta-se um segundo processo inquisitorial que ele teria sofrido em Goa - também colônia de Portugal, em 1572, pelo qual, segundo João Capistrano de Abreu, ele teria sido justificado pelo braço secular. Para Abreu,

Pela história contada por Paternina e Simão, a execução de Monsier de Bolés, em que Anchieta representava tão singular papel, ocorreu em 1567, um ano depois dessas publicações. É, porém, possível que a Inquisição, que se reservara a licença para Bolés sair do Reino, lhe permitisse tornar à Colônia, que ele scandalizara com seus destemperos? É pelo menos tão improvável como, se consentisse que tornasse à França tão grande conhecedor deste país, cujas entradas e saídas praticara, e que só podia fazer mal à nossa terra. Por isso nada se opõe, antes tudo impõe a aceitação do próprio Anchieta. Bolés foi mandado para a Inquisição de Lisboa; depois foi para a Índia e não mais apareceu³⁴².

³⁴¹ ABN. **Processo de João de Boles e justificação requerida pelo mesmo (1560-1564)**. Rio de Janeiro, 1903-1904. Vol. 25. p. 215-308. p.293-294.

³⁴² As publicações que Capistrano se refere são as já citadas *Paradoxo ou Sentença Philosophica Contra a Opinião do Vulgo: Que a Natureza não faz o Homem se não o Vulgo* - vista, aprovada pelos deputados da Santa Inquisição e dedicada a D. Sebastião, em 1 de janeiro de 1566 - ; e *Catholica e Religiosa Amoestação à Sujeitar, o Homem sem Entendimento à Obediência da Fé com breve & crara & douta exposiça do Simbolo dos Apostolos, pelo Senhor des Bolez* - Dirigida à D. Maria, princesa de Parma e de Plazencia, regente de Flanders, e impresso em dez de março de 1566. _____. ABREU, João Capistrano de. **Ensaio e estudos: crítica e história**. 3º série, 2 edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL. 1976. p.16.

Para Francisco Adolfo de Varnhagen,

Indiscretamente, no desejo de glorificar Anchieta, os escritores da Companhia atribuíram-lhe um papel bem triste no suplício felizmente imaginário deste aventureiro desequilibrado. Como nasceu tal lenda tão pouco digna é ponto obscuro ainda, pois falta uma edição integral do livro de Pêro Rodrigues, narrando a vida do taumaturgo, onde se poderia quiçá encontrar o ponto de partida (...) Como se adivinhasse a glorificação prepóstera de que viria a ser vítima, teve este cuidado de deixar escrito, Informações (...) que J. de Bolés da Bahia “foi mandado pelo bispo D. Pedro Leitão a Portugal e de Portugal à Índia, e nunca mais apareceu” (...) D. Pedro Leitão deixou sem resposta os itens que tratavam dele. Talvez não gostasse de se lembrar da carta que João Cointa lhe escrevera, modelo de escárnio e insolência (...) Um depoimento do Padre Luís da Grã perante a mesa do Santo Ofício, na Bahia (...) confirma o desterro de J. de Bolés para a Índia³⁴³.

O trecho de Pêro Rodrigues a que Varnhagen faz referência, que possibilitaria o ponto de partida da versão que envolve o padre Anchieta ao fim de Bolés seria o que citamos acima, publicado pelos Anais da Biblioteca Nacional³⁴⁴. Comum a versão de Capistrano de Abreu e de Varnhagen, Paulo Roberto comenta que Bolés,

na sua defesa não nega que seguia as correntes protestantes, mas revela os serviços que prestara no Brasil e acaba recebendo uma condenação leve, com penas espirituais, em 13 de agosto de 1564; e, em novembro desse ano, o castigo é comutado. Mas a alma inconstante de Cointha acaba por levá-lo ao Oriente. Lá, na capital do Estado Português da Índia, longe dos protetores que reconhecessem os trabalhos que fizera e os livros que publicara, Cointha acabou por ser preso, em 1569, acusado de relapso por culpas de luteranismo, sendo entregue à justiça secular³⁴⁵.

Nesta terceira versão, em Portugal, após cumprir sua sentença, segundo consta no seu processo, Jean Cointa teria publicado folhetos polêmicos - supomos que sejam as obras³⁴⁶ já citadas acima - e, contradizendo o que afirma Abreu - sobre

³⁴³ Sobre a Primeira Visitação, Varnhagen se refere ao depoimento de 14 de Agosto de 1591, em Denúncias da Bahia, do padre e registra a referência, mas não conseguimos encontrar.

_____. VARNHAGEN, Francisco A. **História geral do Brasil: Antes da sua separação e independência de Portugal. Tomos I – II.** 7ª edição. São Paulo: Melhoramentos, 1962. p.357.

³⁴⁴ ABN. **Vida do Padre José de Ancieta pelo Padre Pedro Rodrigues, conforme a copia existente na Biblioteca Nacional de Lisboa (1560-1564).** Rio de Janeiro, 1907. Vol. 19. p.181-288. p.237.

³⁴⁵ PEREIRA, Paulo Roberto. **João Cointha, um heterodoxo na França Antártica.** In: Revista Brasileira. Fase VII., Abril, maio, junho 2005, ano XI, Nº 43. 2001, p. 26.

³⁴⁶ COINTHA, Jean (João des Bolez).

_____. **Paradoxo ou Sentença Philosophica Contra a Opinião do Vulgo: Que a Natureza não faz o Homem se não o Vulgo.** Lixboa: Marcos Borges, 1566.

estas terem sido vista e aprovadas pelos deputados inquisidores -, Israel Salvator Révah afirma que por estes folhetos, Bolés “acabou sendo deportado para a Índia (...) e em Goa, o Tribunal da Inquisição o teria supliciado como relapso”³⁴⁷, em 1572. Sobre estas informações, não conseguimos documentos que comprovem.

“Os fundamentalismos em nome da religião ou do Estado têm, ao longo da história, gerado muitas histórias de intolerância contra aqueles que são diferentes, que pensam por si mesmos, que se rebelam contra ortodoxias estabelecidas”³⁴⁸. Tal qual a de François Rabelais, a de Domenico Scandella, a de Antônio Serrão de Castro, esta é mais uma narrativa de intolerância.

_____. **Catholica e Religiosa Amoestação à Sujeitar, o Homem sem Entendimento à Obediência da Fé com breve & crara & douta exposiça do Simbolo dos Apostolos, pelo Senhor des Bolez.** Lixboa: Marcos Borges, 1566.

³⁴⁷ RÉVAH, Israel Salvator. **Jean Cointa, Sieur dês Bouléz, execute par l'Inquisition de Goa.** 1967. p.71-75.

³⁴⁸ RIBEIRO, Benair Alcaraz Fernandes. **Um Morgado de Misérias - O auto de um poeta marrano.** 1ª. ed. v.1. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/USP, 2007.

Conclusão

A trajetória de Jean Cointa, o senhor de Bolés, possibilita a percepção histórica por meio dos vieses que explicam os acontecimentos que o trouxeram junto aos seus contemporâneos franceses à América Portuguesa. As relações políticas entre estado e Igreja antecedentes à vinda dos portugueses à Terra Pindorama também influenciaram, direta e indiretamente, a cultura, a mentalidade e as ambições dos franceses e dos demais europeus daquele período.

Os franceses não aceitavam e questionavam a cláusula do testamento de Adão que os excluía da divisão do mundo entre portugueses e espanhóis. Por esta posição, também se aventuraram ao Novo Mundo e nele perceberam as oportunidades ao seu país, a partir dos contatos com os nativos que aqui viviam e as possibilidades de colonização.

Para Sérgio Buarque de Holanda, a verdadeira colonização se iniciou com a fundação de vilas e cidades em pontos privilegiados da costa brasileira: as primeiras ligadas à iniciativa dos donatários e as últimas erigidas pela ação direta da administração portuguesa³⁴⁹. Na colonização do Rio de Janeiro, percebemos o desinteresse inicial dos portugueses que deixaram a exploração daquele espaço para segundo plano, e neste abandono momentâneo, a ação dos franceses interessados naquelas terras ameaçou tal domínio, modificando a ordem de prioridades de ambos.

Tais aglomerados pioneiros redundaram na criação de pequenas áreas agrícolas e de bases explorativas em seus arredores, destinadas ao abastecimento imediato das populações colonizadoras e às relações de escambo. Alianças com alguns agrupamentos indígenas fortaleceram o esquema da vida colonial, garantindo seu progresso e continuidade, enquanto os jesuítas, encarregados da catequese, se constituíram no elemento moderador entre as pretensões dos colonos e as prerrogativas ancestrais dos gentios.

Jean Cointa chegou ao Brasil em 10 de janeiro de 1557³⁵⁰, numa frota de reforço à empresa França Antártica, para elaborar os estatutos da colônia francesa.

³⁴⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **A Época Colonial 1: Do descobrimento à expansão territorial**. Tomo 1. Volume 1. 6ª edição. São Paulo: Difel-Difusão Editorial S.A., 1981. p.69.

³⁵⁰ LÉRY, Jean de. **Viagem à terra do Brasil**. Trad. Sérgio Millet segundo a edição de Paul Gaffarel. 2ª ed. Biblioteca Histórica Brasileira VII. São Paulo: Martins, 1951. p.77.

Na ilha liderada por Villegagnon, acabara por se envolver em discussões teológicas, e, nestas, mostrara os fundamentos emocionais que incentivavam seu protagonismo, sob a revolta por não ter o episcopado prometido ainda na França; porém, com a promessa negada já na viagem de vinda, se revoltara contra os representantes de Calvino.

Encarcerado pela Inquisição em 1561, João de Bolés era presa fácil nestas teias; embora as perseguições dos seus agentes ainda não tivessem um perfil - já que seu processo fora um dos primeiros na América Portuguesa -, Bolés se fazia notar pelo sotaque diferente no espanhol e pela erudição, especialmente ao tornar a falar de assuntos da fé, numa comunidade que, além de falar a língua portuguesa, tinha por missão, a catequização dos nativos e era contemporânea de um país em que a Igreja regia todas as atitudes da sociedade, em todas as esferas e pensamentos.

Entretanto, percebemos que além do luteranismo - descrição equivocada, pois os franceses com quem convivia na ilha e que não eram católicos, eram calvinistas - apontado na folha de rosto do arquivamento de seu processo, outras razões incomodavam os jesuítas e demais líderes da Igreja. Embora seu processo não mencione, a fala erudita de Bolés e o conhecimento sobre o que falava fundamentava sua credibilidade, repercutindo na América Portuguesa, assim como outros intelectuais na Europa daquele período.

Embora os documentos que conseguimos só permitam narrar sua trajetória após sair da França, a história e o pensamento de Cointa revelam um espírito crítico, sem convicções religiosas partidárias das tendências - luterana ou calvinista - daquele período. Bolés se posicionava nas questões fundamentais da fé do seu tempo, tal como o pensador Erasmo de Roterdã³⁵¹ ou o Rabelais analisado por Febvre³⁵²; era autêntico protestante.

Os cárceres não foram suficientes para intimidar as posições de João de Bolés sobre a fé. Os depoimentos revelaram que na prisão, Bolés ainda proferia suas interpretações das sagradas escrituras e das práticas da Igreja. Deste modo, percebemos que este erudito se fez notar por todos os lugares do percurso que

³⁵¹ ROTTERDAM, Erasmo de. **Elogio da Loucura**. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre, L&PM, 2013.

³⁵² FEBVRE, Lucien. **O problema da incredulidade no século XVI: A religião de Rabelais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

investigamos desde sua vinda da França: no forte Coligny entre seus contemporâneos franceses, em São Vicente entre os portugueses e mesmo preso, entre os que partilhavam da sua companhia.

Atevemo-nos dizer que a história de Jean Cointa se divide em quatro fases: a de Cointa antes da experiência no Brasil - desde seu nascimento, crescimento e formação; a de polêmico das querelas religiosas na França Antártica; a do João de Bolés causador entre os portugueses de São Vicente e a do Senhor de Bolés posterior a sentença do Tribunal do Santo Ofício.

Da primeira e desta última, não conseguimos documentos que fundamentassem a vida que levou antes da França Antártica e após cumprir sua sentença, mas levantamos informações sobre as possibilidades de ter levado uma vida em Portugal, onde teria escrito dois textos³⁵³, os quais encontramos no site dos arquivos da Torre do Tombo; porém, reiteramos: tais textos não foram analisados com a merecida atenção nesta oportuna dissertação, pois tratam-se de uma temática que demanda e merece mais tempo e foco com outros teóricos, e por meio destes, pretendemos futuramente analisar e entender a individualidade de Bolés, sua fé e seus posicionamentos, através da micro-história, por exemplo, identificar as percepções sobre a religião no século XVI e como certos indivíduos reagiram e influenciaram a sociedade da América Portuguesa por meio das mesmas.

Outra versão que levantamos e que se faz conhecida posterior a sua soltura, é a de que Jean Cointa teria ido a Goa - outra colônia portuguesa - e lá, voltado a se posicionar sobre os assuntos da fé, porém, com menos sorte que na primeira vez, sendo preso novamente pela Inquisição e condenado à fogueira.

Paul Veyne afirma que os historiadores pesquisam, anotam, escrevem situações, relações, intrigas, que, no percurso desta trajetória, *“ils tracent à leurs guise à travers le très objectif champ événementiel (lequel est divisible à l’infini et n’est pas composé d’atomes événementiels); aucun historien ne décrit la totalité de ce champ, car un itinéraire doit choisir et ne peut passer partout; aucun de ces*

³⁵³ COINTHA, Jean (João des Bolez).

_____. **Paradoxo ou Sentença Philosophica Contra a Opinião do Vulgo: Que a Natureza não faz o Homem se não o Vulgo**. Lixboa: Marcos Borges, 1566.

_____. **Catholica e Religiosa Amoestação à Sujeitar, o Homem sem Entendimento à Obediência da Fé com breve & crara & douta exposição do Simbolo dos Apostolos, pelo Senhor des Bolez**. Lixboa: Marcos Borges, 1566.

*itinéraires n'est le vrai, n'est l'Histoire*³⁵⁴.

Acreditamos na existência dos estatutos que Cointa redigiu com Villegagnon - talvez na ilha onde atualmente abriga a escola naval do Rio de Janeiro - e na possibilidade de documentos que possam contar mais sobre a sua história antes de sair da França - na Sorbonne talvez.

Encontramos, dias depois da defesa deste trabalho - na Biblioteca Nacional da França -, os artigos em resposta aos ministros calvinistas da França Antártica sobre o sacramento da eucaristia, as tradições³⁵⁵. Nestas, estão três cartas de Villegagnon - inclusive a que ele enviou a Calvino - e atas de respostas a Pierre Richer, sobre as questões debatidas na França Antártica.

Junto a outros documentos e impressos contemporâneos, pretendemos também problematizar o processo judiciário inquisitorial de João de Bolés, as obras escritas por ele e publicadas em Lisboa - por Marcos Borges - as disputas da sua memória entre as perspectivas católicas e protestantes, francesas e portuguesas; delimitar a mentalidade dos seus contemporâneos e os pensadores teológicos pelos quais apoiava seus pensamentos, também mediante das suas obras, das crônicas de seus contemporâneos e dos depoimentos que testemunhavam suas opiniões; e discutir as narrativas sobre sua trajetória - na França, na América Portuguesa e em Portugal.

Recordamos a versão que despertou nosso interesse para este personagem e tal temática: a da possibilidade de participação do padre José de Anchieta em uma das narrativas sobre o fim de João de Bolés. Ainda que tal possibilidade sofra interpretação menos benigna, tal como a registrada por Hélio Abranches Viotti ao refletir sobre as primeiras narrativas desta versão - por Estevan de Paternina³⁵⁶ e de

³⁵⁴ Tradução livre: atraem o que desejam através do campo objetivo dos eventos (que é infinitamente divisível e não composto de átomos eventuais); nenhum historiador descreve o todo deste campo, porque deve escolher uma rota e não pode passar em todo lugar; nenhum desses itinerários é o verdadeiro, é a história.

_____. VEYNE, Paul. **Comment on écrit l'histoire**. Paris: Seuil, 1978. p. 38.

³⁵⁵ VILLEGAGNON, Nicolas Durand de. **Ad articulos calvinianae de sacramento Eucharistiae traditionis, ab ejus ministris in Francia antarctica evulgatae, responsiones per Nicolaum Villagagnonem, ... ad Ecclesiam christianam**. Editio secunda, ab ipso authore aucta ac emendata. Parisiis : apud A. Wechelum, 1562.

³⁵⁶ PATERNINA, Estevan de. **Vida del Padre Ióseph de Ancheta de la Compañia de Iesus, y Provincial de Brasil**. Salamanca: Emprenata de Antonia Ramirez Viuda, 1618.

Simão de Vasconcelos³⁵⁷, de que: “Anchieta haja industriado ou instruído o carnífice (...) que haja incorrido em irregularidade canônica, como parece tê-lo receado; que haja enfim, prevaricado de certa forma”³⁵⁸, e se tal versão impediu que Anchieta fosse canonizado nos séculos anteriores, questionamos comum a Viotti: os demais santos canonizados não eram humanos, pecadores?

Os estudos desta história proporcionaram-nos, além de uma dissertação, a percepção de que ainda que as narrativas, mesmo tendenciosas a esteriótipos, limitadas ao pouco conhecimento ou ao desfoque da temática do objeto, por mais vagas que sejam suas informações, as esferas das fontes - de primeiro e segundo grau - todas são válidas para uma nova leitura, uma nova análise e reconstrução, ainda que para outros objetos vinculados.

Concluímos este trabalho retomando o percurso de João de Bolés: um francês que partiu da Europa no período da Reforma - pouco antes de eclodirem as guerras religiosas -, da invenção da imprensa - certamente promissora para o seu perfil -, que fora protagonizar as polêmicas querelas sobre a fé com os franceses - que influenciaram nos rumos do projeto França Antártica -, com os jesuítas portugueses, que caíra nas malhas da Inquisição, sua trajetória e desdobramentos na prisão e o fim do seu processo. Jean Cointa foi um homem do seu tempo, e por sua vez, direta e indiretamente, com sua personalidade, contribuiu para os acontecimentos dos meios nos quais viveu.

³⁵⁷ VASCONCELOS, Simão de. **Vida do Venerável Padre José de Anchieta**. Vol.I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

³⁵⁸ VIOTTI, Hélio Abranches. **Anchieta O apóstolo do Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1980. p.133.

Fontes:

ABN. **Documentos relativos a Mem de Sá, governador-geral do Brasil**. Rio de Janeiro: 1905. Vol. 27. p.127-280.

ABN. **Processo de João de Boles e justificação requerida pelo mesmo (1560-1564)**. Rio de Janeiro, 1903-1904. Vol. 25. p. 215-308.

ABN. **Vida do Padre José de Anchieta pelo Padre Pedro Rodrigues, conforme a copia existente na Biblioteca Nacional de Lisboa (1560-1564)**. Rio de Janeiro, 1907. Vol. 19. p.181-288.

ANCHIETA, José de. **Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.

ANCHIETA, Pe. José de. **Cartas-Correspondência Ativa e Passiva do Pe. Joseph de Anchieta.**, S.J. Obras completas - 6º volume, 2º ed. Pesquisa, organização, introdução e notas do Pe. Hélio Abranches Viotti. São Paulo: Edições Loyola, 1984.

ANCHIETA, José de. **Minhas Cartas Por José de Anchieta**. Do Ir. José de Anchieta ao Geral P. Diogo Laínes, Roma. São Vicente, 1º de junho de 1560. Edições Loyola. São Paulo: Melhoramentos, 1984.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. **Petição do provincial Luís da Grã e depoimentos de diversos padres da Companhia de Jesus em defesa da fé católica no processo do francês fugitivo João de Bolés**. Inquisição de Lisboa. Processo nn. 1586 e 5451.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. **Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Processo 5451 (de Giovanni des Boulez)**. PT/TT/TSO-IL/028/05451. 14 fl. Papel.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. **Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Processo 1586 (de Giovanni des Boulez)**. Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 6001. PT/TT/TSO-IL/028/05451. 74 fl. 1v.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. **Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Processo 2526 (de Pêro de Vila Nova)**. Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 2789. PT/TT/TSO-IL/028/02526. 27 fl. 1v.

BARRÉ, Nicolas. **Cartas por Nicolas Durand de Villegagnon e textos correlatos por Nicolas Barré & Jean Crispin** (1.ed., Paris, 1557). In: MOREIRA NETO, Carlos de Araujo (Coord.). **Coleção Franceses no Brasil: séculos XVI e XVII**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro; Batel, 2009.

BARRÉ, Nicolas - **Discours sur la navigation du chevalier de Villegagnon em Amérique**. Paris: Editor Le Jeune, 1558.

CAMINHA, Pero Vaz. **Carta a El-Rei D. Manuel**. A Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro. NUPILL. Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

COINTHA, Jean (João des Bolez). **Paradoxo ou Sentensça Philosophica Contra a Opinião do Vulgo: Que a Natureza não faz o Homem se não o Vulgo**. Lixboa: Marcos Borges, 1566.

COINTHA, Jean (João des Bolez). **Catholica e Religiosa Amoestação à Sujeitar, o Homem sem Entendimento à Obediência da Fé com breve & crara & douta exposiça do Simbolo dos Apostolos, pelo Senhor des Bolez**. Lixboa: Marcos Borges, 1566.

GANDAVO, Pero de Magalhães. **Tratado da Terra do Brasil: História da Província de Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos de Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

GONNEVILLE, Binot Paulmier de. **Relation authentique du Voyage Du Capitaine Gonneville Es Nouvelles Terres Des Indes**. Campagne Du Navire L'Espoir de Honfleur, 1503 - 1505. Publ. intégralement pour la 1re fois avec une introd. et des éclaircissements par M. d'Avezac. 1869. Geneve: Sletkines reprints, 1971.

LÉRY, Jean de. **Viagem à terra do Brasil**. Trad. Sérgio Millet segundo a edição de Paul Gaffarel. 2ª ed. Biblioteca Histórica Brasileira VII. São Paulo: Martins, 1951.

NÓBREGA, Manoel da. **Cartas do Brasil**. In: ROWER, Basílio. A Ordem Franciscana no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1947.

PATERNINA, Estevan de. **Vida del Padre Ióseph de Ancheta de la Compañia de Iesus, y Provincial de Brasil**. Salamanca: Emprenata de Antonia Remirez Viuda, 1618.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil: 1500-1627**. Terceira edição, revista por Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. São Paulo, Cayeiras-Rio: Melhoramentos, 1918.

SOUZA, Pero Lopes de. **Diário da navegação da Armada que foi à Terra do Brasil - em 1530**. Lisboa: Typografia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 1839.

STADEN, Hans. **Viagem ao Brasil**. Versão do texto de Marpurgo, de 1557, por Alberto Lofgren. Publicações da academia brasileira. Rio de Janeiro: Officina Indurtrial Graphica, 1930.

STADEN, Hans. **Duas viagens ao Brasil**. Tradução Angel Bojadsen. Porto Alegre: L&PM POCKET, 2017.

THEVET, André. **As singularidades da França Antártica**. Tradução de Eugênio Amado. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

THEVET, André. **Cosmographie universelle**. Paris, Les héritiers de Maurice de La Porte, 1575.

VASCONCELOS, Simão de. **Vida do Venerável Padre José de Anchieta**. Vol.I. Rio

de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

VESPUCCI, Amerigo. **Cartas de viaje**. Luciano Formisano. Madrid: Alianza, 1986.

Bibliografia:

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial : 1500-1800**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

ABREU, João Capistrano de. **Ensaio e estudos: crítica e história**. 3º série, 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1976.

ABREU, Maurício de. **A Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar, 1987.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. In: FRAGOSO, João. GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **O Brasil Colonial - Vol. 1 (ca. 1443 – ca. 1580)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARENDT, Hannah. **ORIGENS DO TOTALITARISMO - Anti-semitismo, Imperialismo, Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1951.

AUGRAS, Monique. **Imaginária França Antártica**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 19-34, jul. 1991. ISSN 2178-1494.

BAIÃO, Antônio. DIAS, Carlos Malheiro. **A Expedição de Cristóvam Jacques**. In: DIAS, Carlos Malheiro; VASCONCELOS, Ernesto de; GAMEIRO, Roque. **História da colonização portuguesa do Brasil**. Vol. III. **A Idade Média brasileira (1521-1580)**. Edição monumental comemorativa do primeiro centenário da Independência do Brasil. Porto - Portugal: Litografia Nacional; Rio de Janeiro: Sociedade Editora da História da Colonização do Brasil, 1924.

BARBOSA, Maria de Fatima Medeiros. **As letras e a cruz: pedagogia da fé e estética religiosa na experiência missionária de José de Anchieta, S.I.: (1534-1597)**. Roma [Itália]: Pontificia Università Gregoriana, 2006.

BARRETO, Luis Filipe. **Descobrimentos e Renascimento. Formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI (Temas Portugueses)**. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983.

BARROS, Gileade Godoi Abrantes de. **Grão-Pará e Maranhão em tempo de graça: memórias, transferências e resistência nos processos constitutivos de identificação de um sujeito brasileiro**. Tese de doutoramento. Unicamp: Campinas, 2012.

BEAUCHAMP, M. Alphonse de. **Histoire du Brésil**. Vol. 3 Paris: D'Alexis Eymery, 1878.

BERETTARI, S.J. Sebastianus. Josephi **Anchietae Societatis Jesu sacerdotis in Brasilia defuncti vita**. Colônia: 1617.

BERSTEIN, Serge. **A cultura política**. In: RIOUX, Jean-Pierre. & SIRINELLI, Jean-François. (org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1988.

BICALHO, Maria Fernanda. **A Cidade e o Império: O Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BICALHO, Maria Fernanda Batista. **Temor, cumplicidade e sedução: relações entre franceses e portugueses no Brasil colonial**. Revista Acervo do Arquivo Nacional. França e Brasil: História, Ideias e Olhares, Rio de Janeiro, vol. 23, 2010.

BILLY, Robert de. **Les français et le Brésil au XVI Siècle**. Paris:1955.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOXER, R. Charles. **O império marítimo português 1415-1825**. Tradução: Ana Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. (org.). Usos & abusos da história oral. 8.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BRECHT, Martin. **Martinho Lutero: Seu Caminho para a Reforma 1483–1521**. Tradução de James L. Schaff. Minneapolis, MN: Fortress, 1985.

BRITO, Chermont de. **Villegaignon, o Rei do Brasil**. 2º edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002.

CALMON, Pedro. **História do Brasil**. Vol.1. 2º edição. São Paulo: Editora Nacional, 1951.

CALMON, Pedro. *in* **História da Expansão Portuguesa no Mundo**. Vol. III. Lisboa, 1940. p.31. *apud* BARRETO, Luís Filipe. **Descobrimentos e Renascimento. Formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI (Temas Portugueses)**. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983.

CALVIN, Jean. **A instituição da religião cristã**. Tomo I, Livros I e II/João Calvino; [tradução Carlos Eduardo de Oliveira... et AL., e tradução do livro II, Carlos Eduardo de Oliveira]. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

CAPISTRANO DE ABREU, João. **Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI**. Rio de Janeiro: Typographia de G. Leuzinger e filhos, 1883.

CARDIM, Fernão. **Do principio e origem dos índios do Brasil e de seus costumes, adoração e ceremonias**. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1881.

CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e gente do Brasil**. São Paulo - Rio - Recife - Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1939.

CERTEAU, Michael de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

CERTEAU, Michel de. Etno-grafia. “**A oralidade ou o espaço do outro: Lery**”, in **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p.222. In: BICALHO, Maria Fernanda. **A Cidade e o Império: O Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CINTRA, Jorge Pimentel. **As capitanias hereditárias no mapa de Luís Teixeira**. Anais do Museu Paulista, v.23, p.11-42, São Paulo, 2015.

CORBIN, Alain. **O Prazer do Historiador - Entrevista concedida a Laurent Vidal**. Tradução de Christian Pierre Kasper. São Paulo: Revista Brasileira de História, 2005. p.22-25.

CRESPIN, Jean. **A tragédia da Guanabara**. Tradução de Domingos Ribeiro. São Paulo: Cultura Cristã, 2007.

CRESPIN, Jean. **Histoire des choses memorables advenues em la terre du Brésil, partie de L’Amerique australe, sous le gouvernement de N. de Villeg. Depuis l’na 1555 jusques a l’an 1558**. In: GAFFAREL, Paul Louis Jacques. **Histoire du Brésil Français au seizième siècle**. Paris: Maisonneuve et C^{le}., 1878.

CRESPIN, Jean. **Histoire des Martyrs: Persecutez et Mis a Mort Pour La Vérité de l’Évangile, Depuis le temps des Apostres Jusques À Présent (1619)**. Vol.1. Londres: Editeur Forgotten Books, 2018.

DELUMEAU, Jean. **De religiões e de homens**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

DELUMEAU, Jean. **Nascimento e Afirmação da Reforma**. Tradução: João Pedro Mendes. São Paulo: Pioneira, 1989.

DESMARQUETS, Jean Antoine Samson. **Mémoires chronologiques pour servir l’histoire de Dieppe et celle des navigations françaises**. Paris: Éditions Desauge, 1785.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: Uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, v I.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da releza e da aristocracia de corte**. Tradução: Pedro Sussekund. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FEBVRE, Lucien. **Martinho Lutero, Um Destino**. São Paulo. Três Estrelas, 2012.

FEBVRE, Lucien. **O problema da incredulidade no século XVI: A religião de Rabelais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FERRO, Marc. **História das colonizações: das conquistas às independências, séculos XIII a XX**. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FRAGOSO, Augusto Tasso. **Os franceses no Rio de Janeiro**. 3º edição. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **A França Antártica e a criação de padrões narrativos sobre o Brasil e os brasileiros**. Revista História. Dossiê França Antártica. São Paulo, Tomo 27 (1º semestre), 2008.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Visões do Rio de Janeiro colonial: Antologia de textos (1531-1800)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

GAFFAREL, Paul Louis Jacques. **Histoire de la decouverte de l'Amerique. Deuxième partie - Les contemporains de Colomb**. Extrait des mémoires de la société Bourguinonne de géographie et d'histoire. Paris: Arthur Rousseau, 1892.

GAFFAREL, Paul Louis Jacques. **Histoire du Brésil Français au seizième siècle**. Paris: Maisonneuve et C^{le}., 1878.

GAFFAREL, Paul Louis Jacques. **Les decouvreurs françaises du XIV au XVI siecle: côtes de Guinée, du Brésil et de l'Amérique du Nord**. Paris: Challamel et Compagnie, 1888.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. Tradução: Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. **O Inquisidor como Antropólogo**. in América, Américas, Revista Brasileira de História, São Paulo. ANPUH/Marco Zero, n. 21 - setembro 90/ fevereiro 91, pp. 9-20.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. Tradução: Maria Betânia Amoroso. Tradução dos poemas: José Paulo Paes. Revisão técnica: Hilário Franco Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GUEDES, Max Justo. **Aspectos náuticos da expedição de Pedro Teixeira (1636-1639)**. In: DOMINGUES, Francisco Contente; BARRETO, Luís Filipe. **A abertura do Mundo. Estudos de História dos Descobrimentos Europeus**. Lisboa: Presença, 1987.

HEULHARD, Arthur. **Villegagnon, roi d'Amerique, un homme de mer au XVI siècle**. éditions Leroux. Paris, 1897.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **A Época Colonial 1: Do descobrimento à**

expansão territorial. Tomo 1. Volume 1. 6ª edição. São Paulo: Difel-Difusão Editorial S.A., 1981.

HOLANDA, Sérgio Buarque de et al. **História Geral da Civilização Brasileira.** Tomo I. Volume 1. **A Época Colonial. Do descobrimento à Expansão Colonial.** 20ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 2015.

KNAUSS, Paulo de Mendonça. **No rascunho do Novo Mundo: os espaços e os personagens da França Antártica.** História. 2008, vol.27, n.1, pp.143-153.

KNAUSS, Paulo de Mendonça. **O Rio de Janeiro da pacificação: franceses e portugueses na disputa colonial.** Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade, 1991.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado - contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Tradução Bernardo Leitão. [et al.] – Campinas-SP, Editora da UNICAMP, 1990.

LE GOFF, Jacques. **São Luís - Biografia.** Rio de Janeiro: Record, 2010.

LEITE, Serafim. **Novas Cartas Jesuíticas.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940. Apud NOBREGA, 1560.

LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial; trajetória de um Exorcista no Piemonte.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA FILHO, Henrique Espada R. **A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LUTHER, Martin. **De Servo Arbitrio, Martin Luther's Reply to Erasmus of Rotterdam.** Translation of Packer, J.I.; Johnston, O. R., eds. Old Tappan, New Jersey: Fleming H. Revell Co, 1957.

MARIZ, Vasco Mariz & PROVENÇAL, Lucien. **Villegagnon e a França Antártica.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

MARIZ, Vasco. **Villegagnon: herói ou vilão.** Revista História. **Dossiê França Antártica.** São Paulo, Tomo 27 (1º semestre), 2008.

MONBEIG, Juliette. **Normandos no Brasil.** In: Revista *O Cruzeiro*, p.45-50. Rio de Janeiro: 19 de outubro de 1963.

MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, tapuias e historiadores : estudos de historia indigena e do indigenismo.** Campinas: IFCH Unicamp, 2001.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. **O Rei no Espelho: a Monarquia Portuguesa e a Colonização da América: 1640-1720.** São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2002.

MOTTA, Otoniel. **O caso Anchieta-Bolés.** São Paulo, 1942.

NÉSPOLI, José Henrique Songolano. **Cultura política, história política e historiografia**. História e Cultura, Franca: v.4, n.1, p.361-376, mar. 2015.

NIREU, Cavalcanti. **O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777 - 1808)**. São Paulo: Hucitec, 1979.

OLIVEIRA, João Pacheco. In: FRAGOSO, João. GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **O Brasil Colonial – Vol. 1 (ca. 1443 – ca. 1580)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

PEILLARD, Leonce. **Villegagnon, vice-amiral de Bretagne, vice-roi du Bresil**. Paris: Librairie Académique Perrin. Paris, 1991.

PENA, Felipe. **Teoria da Biografia sem fim**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

PEREIRA, Paulo Roberto. **João Cointha, um heterodoxo na França Antártica**. In: Revista Brasileira. Fase VII., Abril, maio, junho 2005, ano XI, Nº 43. 2001, p. 26.

PITTA, Sebastião da Rocha. **História da América Portuguesa desde o anno de mil e quinhentos, do seu descobrimento, até: de mil e setecentos e vinte e quatro**. Lisboa Occidental: Officina de Joseph Antonio da Silva, Impressor da Academia Real, 1730.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

PROST, ANTOINE. **Doze lições sobre história**. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira – Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2008.

RABELAIS, François. **Gargantua**. Tradução de Christian Poslaniec. Toulouse: Éditions Milan et Demi, 2004.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo 24 (1º trimestre), 1861, pp. 74-79. Apud: RIBEIRO, Darcy & MOREIRA NETO, Carlos de Araújo (orgs.). **A Fundação do Brasil: Testemunhos, 1500-1700**. Petrópolis: Vozes, 1992. p.136-8.

RÉVAH, Israel Salvator. **Jean Cointa, Sieur dès Bouléz, execute par l'Inquisition de Goa**. 1967.

RIBEIRO, Benair Alcaraz Fernandes. **Um Morgado de Misérias - O auto de um poeta marrano**. 1ª. ed. v.1. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/USP, 2007.

ROTTERDAM, Erasmo de. **Elogio da Loucura**. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre, L&PM, 2013.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil: 1500-1627**. Terceira edição, revista por Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. São Paulo, Cayeiras-Rio:

Melhoramentos, 1918.

SAMÓDATA, Luciano. **O falso profeta**. São Paulo: Bira Câmara, 2013.

SANTOS, João Marcos Leitão. **O protestantismo e a historiografia no Brasil: Crise conceitual**. In: RODRIGUES, André Figueiredo & AGUIAR, José Otávio. **História, religiões e religiosidade: da antiguidade aos recortes contemporâneos e debates sobre religiões**. São Paulo: Humanitas, 2016.

SCHULLER, Rodolpho R.. **A Nova Gazeta da Terra do Brasil (Neben Zeytung auss Presillg Landt) e sua origem mais provavel**. Tradução portuguesa e a reprodução em fac-simile do precioso pamphlete pertencente á Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. XXXIII (1911), p. 115-143. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1915.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno I**. Revisão técnica: Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

STONE, Lawrence. **O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história**. In: *Revista de História*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1991.

SOUZA, Laura de Mello e. **O nome do Brasil**. In: *Revista de História*. n. 145. São Paulo: FFLC/USP, dez. 2001. p.61-86.

TAVARES, Luiz Fabiano de Freitas. **Da Guanabara ao Sena: Relatos e cartas sobre a França Antártica nas guerras de religião**. Dissertação (mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense. 2009. p.108.

VAINFAS, Ronaldo. e SOUZA, Juliana Beatriz de. **Brasil de todos os santos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da História: Micro-História**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2002.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados: Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História geral do Brasil: Antes da sua separação e independência de Portugal. Tomos I – II**. 7ª edição. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

VEYNE, Paul. **Comment on écrit l'histoire**. Paris: Seuil, 1978.

VIANNA, Hélio. História do Brasil: Período Colonial. Vol.1. São Paulo: Melhoramentos, 1967.

VILLEGAGNON, Nicolas Durand de. **Ad articulos calvinianae de sacramento Eucharistiae traditionis, ab ejus ministris in Francia antarctica evulgatae, responsiones per Nicolaum Villagagnonem,...** ad Ecclesiam christianam. Editio secunda, ab ipso authore aucta ac emendata. Parisiis : apud A. Wechelum, 1562.

VIOTTI, Hélio Abranches. **Anchieta O apostolo do Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1980.

VIOTTI, Hélio Abranches. **Bolés e Outros Hereges**. Revista Eclesiástica Brasileira: Pio IX e o Brasil, 1953.

VREGILLE, Bernard de. **Hugues de Salins, archevêque de Besançon, 1031-1066**. Besançon: Cêtre, 1981. P.152-153.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2004.